

## UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO

LÁZARO AUGUSTO GUIMARÃES ANDRADE BRANDÃO

INTEGRAÇÃO REGIONAL E PODER GLOBAL: ANÁLISE DE FATORES CONDICIONANTES DA DINÂMICA DO MERCOSUL.

Salvador 2008

## LÁZARO AUGUSTO GUIMARÃES ANDRADE BRANDÃO

# INTEGRAÇÃO REGIONAL E PODER GLOBAL: ANÁLISE DE FATORES CONDICIONANTES DA DINÂMICA DO MERCOSUL.

Dissertação apresentada ao Núcleo de Pós-Graduação em Administração, Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para obtenção grau de Mestre em Administração.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Teresa Franco Ribeiro

Salvador 2008

#### Escola de Administração - UFBA

#### B817 Brandão, Lázaro Augusto Guimarães Andrade

Integração regional e poder global: análise de fatores condicionantes da dinâmica do MERCOSUL / Lázaro Augusto Guimarães Andrade Brandão – 2008. 147 f.

Orientador: Prof.ª Dr.ª Maria Teresa Franco Ribeiro. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia. Escola de Administração, 2008.

1. MERCOSUL – Integração econômica. 2. Administração local – Países do MERCOSUL. 3. Integração latino - americana. 4. Relações econômicas internacionais. I. Universidade Federal da Bahia. Escola de Administração. II. Ribeiro, Maria Teresa Franco. III. Título.

337.18

#### **AGRADECIMENTOS**

A Maria Teresa Franco Ribeiro, querida orientadora e companheira de alegrias e angústias diversas, pela atenção, dedicação e compromisso com a qualidade e a ética.

A Nelson Oliveira, grande mestre e amigo, pelas conversas instigantes, pela energia de suas palavras e pela honestidade de seus pensamentos.

Ao Núcleo de Pós-Graduação em Administração, pelo apoio, infra-estrutura e presteza de seus professores e funcionários.

À Universidade Federal da Bahia, pelas experiências de vida, encontros, desencontros, pessoas e recursos sempre à disposição.

Ao Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq) e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Muito obrigado a minha família e a todos aqueles que participaram desta experiência singular e gratificante, contribuindo para o debate, militando nos espaços possíveis e pensando a mudança.

"Se existe senso de realidade, e ninguém duvida que ele tenha justificada existência, tem de haver também algo que se pode chamar de senso de possibilidade. [...] O senso de possibilidade pode ser definido como a capacidade de pensar tudo aquilo que também poderia ser, e não julgar que aquilo que é seja mais importante do que aquilo que não é. Vê-se que as consequências dessa tendência criativa podem ser notáveis, e lamentavelmente não raro fazem parecer falso aquilo que as pessoas admiram, e parecer permitido o que proíbem, ou ainda fazem as duas coisas parecerem indiferentes. Essas pessoas com senso de possibilidade vivem, como se diz, numa teia mais sutil, feita de nevoeiro, fantasia, devaneio e condicionais; crianças com essa tendência são educadas para se libertarem dela, e lhes dizemos que tais pessoas são utopistas, sonhadores, fracos, e presunçosos ou críticos mesquinhos".

Robert Musil, O Homem sem Qualidades

#### RESUMO

O presente trabalho visa relacionar processos de integração regional à dinâmica de poder global, no modo de produção capitalista, a fim de compreender os desafios colocados para os Estados-membros do Mercosul, notadamente Brasil e Argentina. Mediante recurso ao materialismo-histórico, pretende-se confrontar conceitos como imperialismo, concorrência e integração regional, para entender porquê o marco teórico do Mercosul permaneceu praticamente inalterado. apesar ascensão da "nova esquerda" no Brasil e na Argentina, em 2003. O primeiro capítulo da dissertação trata da conceitualização de poder, mediante confronto teórico entre os conceitos de sistema-mundo, economia-mundo e imperialismo, na visão de autores clássicos sobre o tema. A sobreposição de lógicas regionais – que caracterizam elementos integrantes do sistema-mundo wallersteiniano – e da lógica internacional do capital – seja na vertente industrial ou financeira - serve como eixo articulador entre os rumos do Mercosul e os movimentos internacionais de capitais. O segundo capítulo recupera conceitos de integração e integração regional, a fim de situar o leitor ante a abordagem ainda limitada do tema entre as teorias tradicionais de relações internacionais. Neste caso, está em xegue a ênfase na centralidade do Estado, enquanto agente articulador e dinamizador da integração. A necessidade de ampliar o entendimento acerca dos atores envolvidos no processo deve-se, também, à dinâmica concorrencial inter-capitalista e seu caráter eminentemente instável, elemento central no presente trabalho. Em seguida, o capítulo três insere a questão sul-americana. Busca-se evidenciar a parca tradição integracionista entre países do Cone Sul, em que pese a confusão conceitual entre integração e a mera cooperação. O desenvolvimento trunco da indústria no Brasil, baseada em tecnologia importada e carente da ampliação de espaços demandantes, incitou discussões acerca de acordos regionais, ainda que se confrontasse com o ideário autárquico prevalecente durante a ditadura militar. Disso decorre a desarticulação das elites regionais e o aumento da competição regional. Somente na década de 1980, Brasil e Argentina iniciam movimentos de cooperação, visando à integração, motivados pelo contexto de endividamento, confrontações de classe e, consequentemente, elevação dos preços e decréscimo da produção. Na década de 1990, a adoção do arcabouço liberal enseja a criação do Mercosul, substituindo a retórica protecionista pela de aumento da competitividade, mediante estímulo à competição regional. No capítulo de resultados, o trabalho busca evidenciar como a abertura comercial, a redução do controles sobre o fluxo de capitais e as privatizações desempenharam papel central na reestruturação descaracterizando o conteúdo "regional" da integração. Este processo criou obstáculos à ação desenvolvimentista do Estado-nacional, ainda que este busque se apropriar da dinâmica de poder territorial mediante o estabelecimento de novos acordos no marco do Mercosul. A crescente financeirização aprofunda os laços "regionais" com o capital em âmbito internacional, movimento que refletido na estrutura produtiva. Isso posto, questiona-se o potencial de instituições com perfil "nacional" de confrontar a acumulação por despossessão, característica do movimento capitalista. A dissertação não aponta respostas para o movimento, restringindo-se a identificar e analisar as consequências do "destravamento" do capitalismo na periferia.

Palavras-chave: Integração Regional; Poder; Imperialismo; Sistema-mundo; Mercosul

#### ABSTRACT

This work intends to link regional integration processes and the dynamics of power in global scale, considering the capitalist mode of production, in order to understand how Mercosur's major challenges are faced by its member-States, specially Brazil and Argentina. Supported by the historical-materialism method of analysis, some concepts - such as imperialism, competition and regional integration - are confronted. In this way, we look forward to understand why theories concerning Mercosur still remain virtually unchanged, despite the rise of the "new left wing" in Brazil and Argentina, since 2003. The first chapter works on the conceptualization of power, by means theoretical discussion between the concepts of world-system, world-economy and imperialism, considering classical authors' perspectives. The superposition of regional logics - that shape crucial elements of Wallerstein's worldsystem - and the international logic of capital - in both spheres: industrial and financial - works as axis of articulation between Mercosur's agreements and international movements of capital. The second chapter recovers the concepts of integration and regional integration, in order to contextualize the reader about the limits of international relations' traditional theories over the theme. Hence, we argue about the traditional emphasis on national-state's centrality, as agent responsible for the articulation and the dynamics of regional integration processes. The need of a comprehensive approach on the actors involved increases, as long as we consider inter-capitalist competition dynamic and its unstable movements. This is a fundamental argument sustaining this work's thesis. Next, the third chapter brings South America's issue and asserts its enfant tradition on regional integration. The misdirected development model applied in Brazil, based on imported technology and in constant need of broader consumption spaces, has stimulated discussions on regional agreements, as support instrument for industrial interests. Therefore, the disagreements between regional elites and between them and the dictatorial government authorities have conducted to the rise of regional competition. However, during 1980's, Brazil and Argentina started cooperation movements, searching for integration, in order to deal with the context of increasing debts, class struggles and, last but not least, raising prices and decreasing productivity. During 1990's decade, the adoption of the liberal model incites the creation of Mercosur, replacing protectionism for the "competitiveness" rhetoric. Since then, the regional integration process has been based upon regional competition. Nevertheless, chapter 4 brings empirical data on Mercosur, asserting that the commercial liberalization, the reduction of control over capital flows and the privatizations have played a central role, restructuring industries, thus, mining the "regional" components of integration. This process raised obstacles to the development duty of national-states, and reduces their actions to an endless search of appropriating territorial power dynamics. We argue that this is the main objective of nowadays agreements concerning Mercosur. The spread of financial capital deepens the relation between "regional" bonds with international capital, in worldwide scale. We question national institutions' potential to overcome the accumulation by dispossession, typical of capitalism moves. This work does not look for answer, even though it maps and analyses the consequences of "unlocking" capitalism in the context of periphery.

Key-words: Regional Integration, Power, Imperialism, World-System; Mercosur

## LISTA DE FIGURAS

GRÁFICO 1: Exportações por intensidade tecnológica: Brasil x Mundo1	14
GRÁFICO 2: Saldos Comerciais do Brasil com blocos regionais1	15
GRÁFICO 3: Exportações brasileiras para o Mercosul, por setor de atividade (em	
JS\$ milhões)11	18
GRÁFICO 4 – Saldo Comercial Brasil-Mercosul12	20
GRÁFICO 5: Estoque de IED no Brasil, por setor (em milhões de US\$)12	22
GRÁFICO 6: Comportamento Dívida/ PIB nos países do Cone Sul12	24
GRÁFICO 7: Estoque de reservas internacionais dos membros do Mercosul12	25
GRÁFICO 8: Desgravamento tarifário em blocos de países em desenvolvimento. 12	25
GRÁFICO 9: Evolução PIB <i>per capita</i> em US\$ – Brasil x Mundo14	46
GRÁFICO 10: Informalidade na América Latina14	47

## LISTA DE TABELAS

TABELA 1: Êxitos e fragilidades do Mercosul, no período 1991-2001	101
TABELA 2: Índice do Produto Interno Bruto por pessoa ocupada	108
TABELA 3: Distribuição de renda entre populações urbanas	109
TABELA 4: Desemprego urbano (taxas anuais médias)	110
TABELA 5: Composição do Produto (percentagens a preços constantes)	121
TABELA 6: Capacitação tecnológica no brasil	147

## SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	11
2. CA	SOBRE PODER E POLÍTICA INTERNACIONAL NO MODO DE PRODUÇA	
	2.1 As 'estruturas' do sistema-mundo e da economia-mundo: Primeiras aproximações ao debate sobre continuismo e imobilismo	22
2	2.2 Lacunas e possibilidades de ampliação das perspectivas estruturalistas	35
3.	INTEGRAÇÃO REGIONAL	69
3	3.1 Sobre o conceito de integração	69
3	3.2 Integração regional e relações internacionais	76
	3.3 Processos de integração regional na América Latina: antecedentes do Mercosul	85
3	3.4 Liberalização comercial e financeira: a experiência do Mercosul	96
4.	A "NOVA ESQUERDA" E O MERCOSUL: Continuismo ou ruptura?	107
5.	CONCLUSÃO	135
6.	REFERENCIAS	141
7.	ANEXO	146

## 1. INTRODUÇÃO

A história recente do Mercosul evidencia tendências mais amplas da dinâmica capitalista, que tornam premente relacionar a dinâmica de poder mundial com o processo de integração regional. A ascensão da "nova esquerda" sulamericana – para efeito deste trabalho, Luís Inácio Lula da Silva, no Brasil, e Nestor Kírchner, na Argentina – acena com o rompimento com o receituário liberal, característico da década de 1990 (FIORI, 2007). O retorno ao neo-estruturalismo, com reforço à indústria nacional, sinaliza novos direcionamentos para o Mercosul, importante eixo de articulação entre Brasil e Argentina. Ao refletir opções brasileiras e argentinas quanto ao modelo de desenvolvimento regional, o Mercosul coloca-se como instrumento político e econômico de busca por *inserção competitiva* na dinâmica internacional. Contudo, quais são os fatores intrínsecos ao modo de produção capitalista que limitam as potencialidades do Mercosul?

Analisar a influência da dinâmica de poder global, no modo de produção capitalista, sobre o processo de integração regional é objetivo central deste trabalho. Como complementação, o Mercosul constitui objeto empírico de validação/ rejeição das teses decorrentes dessa análise. Neste caso, cabe investigar políticas públicas propostas pelos governos Lula e Kirchner para o Mercosul, no intuito de identificar eventuais mudanças nas diretrizes do Acordo.

Restringir a análise das políticas públicas propostas pelos governos brasileiro e argentino baseia-se na análise de Patrício (2006), que, em sua tese de doutoramento, argumenta que a dinâmica de processos de integração regional é determinada por suas duas principais economias. Ao associar processos de integração ao desenvolvimento regional, a autora conclui que qualquer mudança nas diretrizes dos acordos deve amparar-se nas decisões dos principais Estados. Na

União Européia, este é o caso da Alemanha e da França; no Mercosul, prevalecem Brasil e Argentina. O Consenso de Buenos Aires (firmado em outubro de 2003), a Ata de Copacabana (março de 2004) e o Acordo de Brasília (maio de 2005)<sup>1</sup> marcam o processo de aproximação entre os dois países, no intuito de fortalecer a cooperação bilateral e o Mercosul, como dinamizador das respectivas indústrias. Restringir a análise às políticas propostas por ambos, considerando outras realizadas pelos demais Estados-membros apenas quando estas forem de extrema relevância, justifica-se pela literatura e pelo crescente entendimento quanto à definição de novos rumos para o Acordo.

Contudo, se relacionamos o processo integracionista à dinâmica de acumulação, circulação e distribuição do capital, em escala mundial, identificamos certo continuismo no direcionamento do Mercosul (BRANDÃO, 2007). Iniciativas como o Plano de Ação para a Integração da Infra-Estrutura Regional Sul-Americana (IIRSA) e o Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul (FOCEM) estão subordinadas ao incremento do fluxo de comércio e capitais na região. O IIRSA e o FOCEM – em linhas gerais, um fundo criado para financiar investimentos em infraestrutura no Paraguai e no Uruguai – surgem como mecanismos de articulação entre as Regiões Concentradas do Brasil (sul e sudeste, notadamente São Paulo) e da Argentina (Buenos Aires e Entre-Ríos). Harvey (1982) afirma ser esta uma tendência imanente à superação de barreiras geográficas, dado o avanço do capital, porém, com outra tendência paralela de concentração deste em determinadas porções do território, mais propícias à acumulação. Subjaz a esta discussão o conceito de apropriação e, ainda que de forma redundante, desigualdades do processo.

Sob a perspectiva de distribuição de poder, típica da escola *realista*, mostramos que não houve mudanças qualitativas na distribuição do poder regional (BRANDÃO, 2007). Pelo contrário: a ênfase no intercâmbio comercial tenderia a acentuar o desenvolvimento desigual - logo, as assimetrias regionais. Ao desconsiderar a desigualdade na dotação de fatores de produção dos países,

\_

<sup>&</sup>lt;sup>1</sup> Antes desses encontros, a última visita de um presidente brasileiro à Argentina foi em 1996.

reproduz-se à lógica da vantagem comparativa em plano regional<sup>2</sup>. Este, contudo, não está desvinculado do plano global: a tendência ao aprofundamento da divisão desigual do trabalho faz-se presente no Cone Sul e a introdução de novas tecnologias no campo acirram a concorrência intra-bloco, sobretudo no que tange a complexos agrícolas, como trigo, algodão, arroz, bovino, leite e milho. Nesse caso, os países maiores levam vantagens sobre os menores, o que dificulta a tomada de posições conjunta em negociações internacionais.

A literatura sobre integração regional tradicional pouco avançou no sentido de relacionar o global e o regional, uma vez que analisava a integração a partir das políticas públicas estatais. Pressupõem o Estado como principal articulador e, portanto, ator central no processo integracionista. Entretanto, se está correta a premissa, por que mudam os governos brasileiro e argentino e permanecem as diretrizes originais do Mercosul? Nota-se a necessidade de ir além das teorias tradicionais sobre integração – com ênfase no Estado, nas elites nacionais, na análise formalista das instituições -, e partir para uma análise de caráter mais abrangente – e abstrata -, considerando a divisão social do trabalho em escala mundial (HVEEM, 1974).

Busca-se entender "quais fatores condicionam os rumos do Mercosul", a fim de apreender porque o Mercosul constitui instrumento limitado de contestação da ordem mundial. O pressuposto que rege o trabalho é que o processo de integração regional articula-se ao contexto externo de forma subordinada, sobretudo se considerados os fatores de dependência estrutural na América Latina. Mais do que isso: o discurso de soberania estatal e autonomia que rege as negociações do

\_

<sup>&</sup>lt;sup>2</sup> Ao questionar tais premissas, caras à defesa do livre-comércio, consideramos oportunista o debate sobre desvio ou criação de comércio (VINER, 1950). Ao considerar casos de substituição de fornecedores eficientes por outros menos eficientes, favorecidos pelas tarifas externas (desvio de comércio), ou o aumento global das importações intra-blocos, à medida que se reduzem as tarifas entre os Estados-membros (criação de comércio), desconsideram-se os efeitos concretos do comércio em si. Ao desconsiderar a desigualdade na dotação de fatores dos países, tal debate enfatiza a análise dos parceiros escolhidos para comerciar. Essa ressalva é válida pois este assunto será abordado de maneira marginal neste trabalho, embora seja central em debates sobre acordos regionais ou sobre a adesão do Brasil à ALCA (Nonnenberg e Mendonça, 1999)

Acordo Regional é inócuo, considerados os atores informais e a funcionalidade do processo na nova fase de acumulação capitalista.

O trabalho divide-se em três seções. A primeira trata do poder no modo de produção capitalista, entendido como decorrência dos processos de acumulação, distribuição e reprodução do capital – com suas conseqüências sobre as relações sociais. Recuperam-se conceitos centrais das obras de Immanuel Wallerstein e Fernand Braudel, para reforçar, mediante crítica, a perenidade das construções clássicas sobre imperialismo. Essas construções são reforçadas por mecanismos regulatórios subordinados à expansão capitalista. A dinâmica capitalista – na qual, para este trabalho, destaca-se a concorrência inter-capitalista (BRANDÃO, 2007; POSSAS, 1989) – retorna ao centro do jogo de poder mundial, balisando a relação centro-perifeira.

A segunda seção trata do conceito de integração e integração regional. Ao evidenciar o tratamento dispensado ao tema pelas teorias tradicionais, percebe-se a impossibilidade de articulação entre estas e o contexto global. Busca-se explicitar as limitações dessas teorias e destacar a complementaridade entre a lógica que rege a integração regional e o movimento global de capital. Em outras palavras, a relação intrínseca entre duas instâncias tratadas, tradicionalmente, como espaços estanques. O elo entre as instâncias é, justamente, a processo de produção de riqueza no modo capitalista. A integração e os mecanismos de proteção do espaço regional consistem, assim, na busca por renda monopolista (HARVEY, 1982), ou seja, mecanismo de disputa concorrencial inter-capitalista (BRANDÃO, 2007), reforçando a divisão do trabalho, em âmbito mundial.

A terceira seção analisa a conformação dos processos de integração regional no Cone Sul, a partir do referencial crítico sobre integração regional. A despeito da pouca tradição integracionista da região, busca-se destacar o caráter limitado do projeto de industrialização adotado na América Latina, que criou bases para os atuais constrangimentos à contestação por parte dos Estados periféricos. O desenvolvimento associado a capitais externos reproduz regionalmente a lógica de desigualdade – que incita a cooperação, a partir de conflitos pontuais. O "novo imperialismo", baseado na crescente financeirização, utiliza o arcabouço institucional criado pelo Mercosul, para expandir-se regionalmente. Além disso, o processo de

privatizações alterou substancialmente a base econômica que, porventura, serve de base para a integração. Assim, aprofundam-se os laços de dependência em relação aos interesses privados, ao mesmo tempo em que são minadas as iniciativas de desenvolvimento calcadas no "destravamento do capitalismo" nacional.

A diminuição de barreiras à concorrência, obtida mediante a liberalização econômica e política, expõe as mazelas do modelo vigente, ao mesmo tempo em que ressalta as potencialidades do momento. Assim, a teoria crítica coloca-se diante do desafio de compreender-lo, subordinando-se aos princípios da busca constante pela emancipação social e da não-aceitação da realidade posta como definitiva.

# 2. SOBRE PODER E POLÍTICA INTERNACIONAL NO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA

O imperialista, com os olhos duros e lúcidos, contempla a multidão dos povos e vê, olhando para todos eles, a sua própria nação.

Rudolf Hilferding, O capital financeiro

O conceito de poder é caro a diversos ramos das ciências sociais, uma vez que pressupõe interação entre agentes sociais. A sociologia, a geografia, a história e, notadamente, a ciência política abordam a temática do poder sob diferentes perspectivas, atribuindo diferentes conotações e métodos de análise, de acordo com o objeto e os objetivos. Cerne da discussão política, o conceito de poder é caro também aos estudos em Administração, entendidos como arcabouço para solução de conflitos ou, em outras palavras, de controle do homem pelo homem. A compreensão dos aspectos econômicos, políticos, culturais e psicológicos – distantes de serem categorias estanques, mas inter-relacionadas – possibilita a identificação e, em algumas situações, a gestão dos aparelhos de dominação e controle social.

A concepção de poder na filosofia moderna possui natureza essencialmente relacional, embora tenha sido, durante algum tempo, entendido como mero legitimador de metas coletivas – premissa utilizada pela teoria dos sistemas (ver trabalhos de Parsons, Easton e Deutsch) -, não considerando a relação entre dominadores-dominados. Bacon, Hobbes, Maquiavel, Marx, Weber, Russel e Dahl atribuem diferentes conceitos ao construto, embora, sintetizando de forma tosca, entendam o poder como o exercício da dominação por grupos sociais em constante disputa por maximizar a satisfação de suas necessidades, vontades ou interesses. A partir da existência desses últimos, o poder é exercido por determinado grupo social.

No cerne da filosofia política moderna está o Estado, entendido como *lócus* privilegiado de exercício do poder. A legitimidade no uso da força e a prerrogativa da autoridade para formular leis comuns aos habitantes de determinado território em favor da ordem orientam, em boa medida, os teóricos contratualistas; a defesa da propriedade privada – logo, das desigualdades – e o controle dos aparelhos de dominação de classe direcionam a análise do Comitê Gestor pelos teóricos das correntes marxistas (a exemplo de Therborn e Althusser); para anarquistas, a essência do Estado é burguesa, entendendo ser impossível utilizá-lo como instrumento de poder da classe dominada (Bakhunin). A teoria das elites (Wright, Mills) destitui o corpo burocrático de poder, entendendo-o como plêiade de interesses das elites não-estatais. Hayek extrapola essa perspectiva ao propor a adequação da demiarquia, enquanto regime político mais eficaz para maximizar os ganhos no modo de produção capitalista e para prevenir a fragmentação do regime democrático. Neste modelo, parafraseando Hayek, uma "elite informal não-eleita subordina outra elite formal e eleita, para que esta controle a sociedade tribal"

(HAYEK, 2002). Depreende-se, portanto, que mesmo aqueles autores que consideravam atores não-estatais como primordiais, reconheciam o significativo papel do Estado na organização da sociedade.

Não é intuito deste trabalho detalhar o pensamento das diversas correntes de pensamento político moderno. Essa breve explanação visa apenas situar o leitor acerca da centralidade do conceito "poder" nas ciências sociais, bem como da intima relação entre os termos poder e dominação – este último, para Weber, decorre do exercício do poder, neutro em essência. Se a luta de classes é o motor da história, então as iniciativas de contestação, contenção e cooptação convergem para o conceito de poder. O objetivo deste capítulo é delimitar teoricamente este conceito, de modo a delinear categorias analíticas capazes de caracterizar as relações internacionais de maneira mais abrangente, para além das relações inter-estatais.

Toma-se como ponto de partida o materialismo histórico, enquanto método capaz de apreender as relações internacionais enquanto "relações entre formações sociais" – e não apenas entre Estados. É bom que se reforce, contudo, que a tentativa de ampliar a análise não implica desconsiderar a premissa "de toda literatura" (HALLIDAY, 1999) – de que o Estado constitui "fator central na política, sujeito a pressões internas e internacionais". O Estado é aparelho de poder imperativo e o Estado-nação constitui princípio organizador fundamental, "seja na luta dos movimentos nacionalistas por poder ou na consolidação de regimes revolucionários em um mundo hostil" (HALLIDAY, 1999, p. 66). Reforce-se que a realidade observada mediante o materialismo histórico-dialético é um processo não-linear e em constante mutação, não sendo objetivo deste trabalho buscar heurísticas determinísticas e mecânicas quanto ao funcionamento da economia internacional. Como afirma Possas (1989), as "leis" a que se referia Marx referem-se ao devir,

indeterminado em essência, cujas manifestações concretas na sociedade capitalista resultam da luta de classes em plano abstrato. A história – e a técnica – são elementos fundamentais nesse processo, conferindo unicidade às manifestações concretas. As investigação que banalizam o método dialético por suposto estruturalismo e determinismo desconsideram esses elementos, e o fazem de maneira vulgar e leniente.

Para Halliday (2001), o materialismo histórico contribui significativamente para a análise do poder nas relações internacionais, diferenciando-o dos métodos centrados nas relações inter-estatais (neoclássicos). Ao destacar a importância da história na conformação da realidade concreta – "síntese e resultado de múltiplas determinações" -, ao dar centralidade à questão das classes e ao tratar as relações internacionais como ampliações dos modos de produção, o materialismo histórico propõe eixos analíticos frequentemente descartados nas análises sobre política e economia internacional. Embora não tenhamos o intuito de discutir a formação das classes neste trabalho, é bom relembrar um trecho da obra "18 de Brumário de Luis Bonaparte", em que Marx destaca o fracionamento por que passa a burguesia francesa no processo de luta política. A fração burguesa dedicada aos negócios financeiros e a burguesia industrial são coisas diferentes, bem como ambas se diferenciam da burguesia latifundiária. Entre os diversos fracionamento das classes emergem alianças políticas — onde uma das frações dirige e coopta o resto. Assim, conclui Marx, em "18 de Brumário", a luta de classes não é linear e horizontal, mas fracionada e transversal. A idéia de multiplicidade de interesses individuais, dentro das classes, permeia a obra marxiana, o que conduz à análise das causas das dicotomias e as formas que estas assumem.

Assim, constata-se a necessidade de rever o discurso tradicional das teorias de relações internacionais sobre segurança e paz internacionais, em que se pautou o debate entre idealistas, realistas e institucionalistas liberais. Ao invés de destacar a segurança e as ações dos Estados para aumentá-la ou defendê-la, o materialismo sugere a análise das disputas entre classes (conflitos e contradições) e suas causas, como eixo analítico que interliga inúmeros eventos internacionais. Segundo Halliday (2001), a administração dos conflitos inter-capitalistas e dos embates capitalistas e proletários é a questão que mais tem preocupado analistas e acadêmicos em política externa, ainda que sob o discurso da paz, da segurança e da ordem e da governança mundial.

Considerar influência seminal do capitalismo sobre as relações internacionais, obriga-nos a conceituar este termo. Dobb (1987) adota o conceito de capitalismo marxiano para destacar a centralidade do modo de produção na tarefa de diferenciar as diversas civilizações. A essência do capitalismo não seria o espírito de empresa ou o misto entre racionalidade aventureiro-empreendedora e busca por exatidão nas previsões, com o intuito de reduzir incertezas. O capitalismo define-se como modo de produção, que, por sua vez, pode ser entendido como:

[...] o modo pelo qual se definia a propriedade dos meios de produção e às relações sociais entre os homens que resultavam de suas ligações com o processo de produção. Desse modo, o capitalismo não era apenas um sistema de produção para o mercado – um sistema de produção de mercadorias, como Marx o denominou – mas um sistema sob o qual a própria capacidade de trabalho 'se tornara uma mercadoria' e era comprada e vendida no mercado como qualquer outro objeto de troca. Seu pré-requisito histórico era a concentração da propriedade, dos meios de produção em mãos de uma classe, que consistia apenas numa pequena parte da sociedade, e o aparecimento conseqüente de uma classe destituída de propriedade, para a qual a venda de sua força de trabalha era a única fonte de subsistência. [...] A atividade produtiva era suprida pela última, não em virtude de compulsão legal, mas na base de um *contrato salarial*. (DOBB, 1987, p. 17).

À medida que essas classes disputam a apropriação do excedente resultante do trabalho, e que o ganho de um (aumento do salário/ lucro) implica a perda do outro (redução do salário/ lucro), estabelece a contradição fundamental do sistema capitalista. A reprodução dessa relação de dominação em escala ampliada constitui elemento crucial na análise das relações internacionais. A contradição é produzida e seus efeitos são sentidos em âmbito local, nacional e internacional – ficando difícil traçar limites a essas esferas. Por isso, a discussão de poder implica considerar a existência da contradição capital-trabalho e o processo constante de luta de classes.

Lênin (2007) utiliza o conceito de "formações socioeconômicas" para compreender como sociedades distintas partilham características comuns, ao mesmo tempo em que se distinguem entre si. As relações de produção expandemse para além do território estatal, influenciando sobremaneira tradições, culturas e instituições de economias não-capitalistas. Por isso, podemos dizer que a França do final do século XVIII, a Rússia e a Inglaterra do século XIX, o Brasil e a Argentina do final do século XX – considerando suas "crises" – partilham elementos comuns, ainda que dotados de peculiaridades culturais e políticas.

Trazer a discussão sobre poder para a análise das relações internacionais implica recuperar, pelo menos brevemente, alguns argumentos tradicionais do campo. Após suscitar as principais teses e argumentos das teorias sobre sistema/ economia-mundo — sobretudo nas obras de Immanuel Wallerstein e Fernand Braudel -, é necessários analisar suas lacunas. Mediante o referencial clássico sobre imperialismo — nas obras de Hobson, Lênin, Hilferding, Kautski, Rosa Luxemburg e Bakhunin —, busca-se identificar tais lacunas e analisá-las no período pós-1973. Neste caso, utilizamos o conceito de "Novo Imperialismo", segundo a abordagem de

Harvey (2004), a fim de destacar os efeitos da financeirização sobre as "zonas periféricas".

2.1 AS 'ESTRUTURAS' DO SISTEMA-MUNDO E DA ECONOMIA-MUNDO: Primeiras aproximações ao debate sobre continuismo e imobilismo

As teorias sobre capitalismo histórico e sistema-mundo desenvolvidas por Immanuel Wallerstein (1985) caracterizam importantes vertentes do pensamento crítico relações internacionais. A obra do autor contribuiu social em significativamente para a compreensão das disparidades entre centro e periferia, ao articular as relações internacionais à expansão das "cadeias de mercadorias" e a algumas relações sociais dela decorrentes. Foi ousado ao questionar a capacidade do Estado-nacional em conter a expansão do capitalismo, utilizando o exemplo da União Soviética para afirmar, em plena década de 1950, que não havia regime socialista naquele país. Sua argumentação oscilava entre a lógica dedutiva e a indutiva, a fim de tratar de temas como proletarização, trocas desiguais, sexismo, entre outros, no bojo do que chama "sistema-mundo". Tais virtudes, porém, não eximem o trabalho de eventuais críticas, visando complementar as categorias analíticas necessárias à compreensão do espaço mundial em suas diversas matizes.

Nos anos 1970, o conceito de sistema-mundo surge para questionar a ênfase excessiva sobre o Estado Nacional, nas análises econômicas, sociológicas e políticas (WALLERSTEIN, 2006). Ao invés do debate centrado nos "Estados modelo" – de acordo com as diferentes "vias de desenvolvimento", em que são notórios os Estados Unidos, como exemplo de desenvolvimento capitalista, e a União soviética, como exemplo de desenvolvimento socialista -, Wallerstein ressalta a predisposição

em discutir o sistema-mundo, composto por mini-sistemas, economias-mundo e impérios-mundo – os dois últimos, variedades de sistemas-mundo, que compõem o mundo. Coexistem, portanto, "zonas espaciais/ temporais que atravessam um número de unidades políticas e culturais, e que constitui uma zona integrada de atividades e instituições regidas por certas regras sistêmicas" (WALLERSTEIN, 2006, p. 34).

Mini-sistemas, impérios-mundo e economias-mundo obedecem a lógicas internas de integração semelhantes às categorias "reciprocidade", "redistribuição" e "mercado", propostas por Karl Polanyi. Mini-sistemas ordenam-se sob a cooperação – o dom e o contra-dom -, em que repousa a reciprocidade entre os agentes. A organização econômica dos impérios-mundo ocorre sob a forma da redistribuição, concentrando no centro as rendas da periferia. Economias-mundo repousam nas mudanças decorrentes da lógica de mercado (WALLERSTEIN, 2006). Nos dois últimos casos, o debate centro-periferia norteou a discussão, inclusive no âmbito da CEPAL, sobre as características dos processos de produção em cada um.

A questão central, para Wallerstein, jaz nos diferentes níveis de concentração dos mercados entre o centro e a periferia. Ou seja, a concorrência inter-capitalista como cerne da discussão. Quanto maior a monopolização do mercado, maior a rentabilidade. Por isso, na opinião do autor, os países que concentram "processos de produção centrais" são mais ricos. O comércio entre as regiões encarrega-se de transferir a mais-valia. No sistema-mundo capitalista, muito mais que o fluxo de produtos, é o fluxo de capitais e trabalho que integram os diferentes espaços. Da disputa entre capitais decorrem as peculiaridades do sistema-mundo capitalista, para o autor.

Wallerstein (1985) pressupõe o capitalismo como uma "relação social histórica". Para ele, basta que a acumulação capitalista predomine sobre outros objetivos para que se configure um sistema capitalista. A partir do instante em que o detentor de capital utilize este capital para acumular ainda mais – mediante novos investimentos -, ele inicia o ciclo de auto-expansão do capital. A fim de realizar sua finalidade, é obrigado a estabelecer relações sociais com outras pessoas, constituindo, na visão de Wallerstein, um sistema capitalista. A questão central nessa definição é, portanto, a vontade do indivíduo capitalista.

Até atingir o estágio fabril e, posteriormente, financeiro, o capitalismo histórico enfrentou restrições. Nas palavras de Wallerstein:

... antes de um determinado momento do tempo histórico, nunca foi fácil para tais indivíduos agir com êxito. Em sistemas anteriores, o longo e complexo processo de acumulação do capital esteve quase sempre bloqueado em um ou outro ponto, mesmo naqueles casos em que existia sua condição prévia: a propriedade e a concentração (WALLERSTEIN, 1985, p. 10).

Ampliar a acumulação dependia da superação de "obstáculos" concretos, tais como os privilégios da nobreza, os dogmas da Igreja e o Estado Absolutista. Tais obstáculos somavam-se a outros três desafios: obter força de trabalho, formar um sistema de distribuição eficaz e atingir um grupo de compradores para os bens produzidos. Era necessário fechar o ciclo, em que o capitalista vendia o bem a preços maiores que seus custos, a fim de obter o lucro; este, por sua vez, deveria ser retido até que surgissem oportunidades para investimentos mais lucrativos. Muitos desses obstáculos e desafios eram considerados, em sistemas sociais anteriores, irracionais e/ ou imorais pelos detentores da autoridade política. Por isso, a busca por superar tais obstáculos e obter êxito em tais desafios é o que motivou, historicamente. ação do indivíduo capitalista, sobretudo, mediante а

"mercantilização" de todos estes fatores. Sob a égide do mercado – ideologia que constrange -, poder econômico e poder político confluem, no capitalismo, para os mesmos indivíduos.

O sistema, contudo, caracteriza-se por duas contradições, segundo o autor. A primeira diz respeito aos conflitos de interesses: nem sempre o interesse do capitalista, considerado individualmente, coincide com os interesses da classe capitalista – para não falar dos conflitos entre capitalistas e trabalhadores. Tomando a concorrência como característica básica das relações inter-capitalista, há uma busca generalizada por redução dos custos totais. Tal redução, no entanto, freqüentemente favorece alguns capitalistas particulares, em detrimento dos demais. Por isso, "alguns preferiram aumentar sua parcela numa margem global menor a aceitar uma parcela menor numa margem global" (WALLERSTEIN, 1985, p. 13). Essa competição enseja esforços individuais e coletivos de redução de custos, com efeitos diretos na folha de pessoal. Para Wallerstein, tais cortes repercutem no consumo, impactando os rendimentos das empresas, constituindo a segunda contradição do sistema.

Como resultado dessas "contradições", haveria certa dubiedade na ação empresarial e certa tendência a outros fracionamentos internos. "Os empresários individuais encontravam-se de fato impulsionando numa direção em prol de suas próprias empresas [...], enquanto simultaneamente pressionavam (como membros de uma classe coletiva) para aumentar a rede geral de consumidores" (WALLERSTEIN, 1985, p. 13). Um elemento, contudo, exercia "coerção objetiva" sobre o comportamento individual. No dizer de Wallerstein, "a falência foi o detergente mais adstringente do sistema capitalista, forçando constantemente todos os atores econômicos a se manterem 'nos trilhos" (WALLERSTEIN, 1985, p. 14).

Este "amálgama" da ação coletiva capitalista favorece a reprodução da lógica de maximização da acumulação e confere certo continuismo 'estrutural' à ação social.

Conclui, então, que:

O capitalismo histórico... [constitui]... aquele lugar integrado de atividades produtivas, concreto e limitado pelo tempo e pelo espaço, em que a ilimitada acumulação de capital foi de fato o objetivo ou a "lei" econômica que governou ou prevaleceu na atividade econômica fundamental. É aquele sistema social em que aqueles que agiram conforme tais regras causaram tão grande impacto no conjunto que criaram condições em que os outros foram forçados a se conformar aos padrões ou a sofrer as conseqüências. (WALLERSTEIN, 1985, p. 14).

A disputa entre capitalistas ocorre através da cadeia de mercadorias. A divisão social do trabalho engendra um esforço do comprador para "extorquir" do vendedor uma proporção do lucro realizado em todos os processos de trabalho anteriores. Nesse caso, devem ser consideradas as coerções monopolísticas ou mesmo a possibilidade de integração vertical — "mais usuais que excepcionais". Nesse último caso, o preço pode ser manipulado arbitrariamente em termos de ordem fiscal e outras, mas, de forma alguma, o preço representa uma questão de oferta e demanda. Aprofunda a questão, ao afirmar que a integração vertical "foi a norma estatística do capitalismo histórico, quando comparada com aquelas relações "de mercado" nas cadeias de mercadorias em que o vendedor e o comprador são realmente distintos e antagônicos" (WALLERSTEIN, 1985, p. 24-25, grifo nosso).

Cabe aqui fazer uma pausa e discutir a questão do comércio intra-firmas. Segundo Arrighi (1996), um dos traços característicos da hegemonia norte-americana é a "economia da velocidade", na qual os custos de transação se impõem aos custos de produção. A fim de facilitar o gerenciamento daqueles custos, algumas empresas encetaram processos de integração vertical, concentrando atividades diversas em torno do mesmo grupo empresarial. A concentração tornou

as transações mais rotineiras e previsível, e essa rotina trouxe maior velocidade comercial. Após se expandir pelo território norte-americano, essas empresas avançaram sobre demais territórios, difundindo práticas de gestão pautadas na padronização dos processos. Entretanto, essas organizações adaptavam-se às peculiaridades de cada região, especialmente em termos de oferta de trabalho. Diferentes unidades empresariais, membros de um mesmo conglomerado, passaram a transacionar entre si, mediante preços, condições e instituições alinhados à estratégia do grupo.

Segundo Chesnais (1996), o comércio intra-firmas tem crescido desde então, até tornar-se a principal modalidade comercial do mundo em termos volume de transacionado. Isso responde pela concentração do fluxo de capital e mercadorias na tríade composta por Estados Unidos, Europa Ocidental e Japão. No Mercosul, essa modalidade de comércio representa 60% das transações comerciais são dessa natureza (DUPAS, 2003). A concentração de poder decorrente deste fato implica conseqüências sobre a organização do espaço mundial.

A divisão social do trabalho dá origem à hierarquização dos espaços, dispostos em formato circular em torno da cidade central. Os espaços são funcionais ao conjunto do sistema, embora haja uma polarização crescente entre zonas centrais e periféricas, "não só em termos distributivos, [...] mas, o que é ainda mais importante, em termos dos locais de acumulação do capital" (WALLERSTEIN, 1985, p. 25). Ainda, a intervenção da força na determinação dos preços foi crucial nesse processo de hierarquização, embora as trocas desiguais não sejam característica peculiar ao capitalismo.

Característica do sistema é, sim, a forma como foi ocultada a desigualdade da troca, mediante a separação, no âmbito das idéias, entre a área econômica e a área política. Pôr de um lado a divisão do trabalho, com foco na acumulação, e, de outro lado, a tese da soberania estatal, amparada pela legitimidade no uso da força, oculta o fato de que as cadeias de mercadorias se transnacionalizaram desde o século XVI – portanto, antes mesmo do Tratado de Vestfália, que instituiu as bases do Estado contemporâneo. O deslocamento de mercadorias de uma zona para outra, em função da relação preço-custo, escondia a transferência dos lucros entre centro e periferia. A intensificação desse processo criou a necessidade de garantir o monopólio em cada zona, mediante a ação estatal.

O corte Estado-sociedade é descrito, então, da seguinte forma:

A concentração de capital nas zonas centrais gerou a base fiscal e a motivação política para criar máquinas estatais relativamente fortes, entre cujas muitas capacidades estava a de assegurar que as máquinas estatais das zonas periféricas se tornassem ou se mantivessem relativamente fracas. Poderiam assim pressionar essas estruturas estatais a aceitarem, e mesmo promoverem, uma maior especialização na sua responsabilidade por tarefas inferiores na hierarquia das cadeias de mercadorias, utilizando forças de trabalho mais baratas e criando (reforçando) as importantes estruturas domésticas que assegurariam a subsistência das forças de trabalho. Assim, o capitalismo histórico realmente criou os chamados níveis salariais históricos, que se tornaram tão dramaticamente diferenciados em diversas zonas do sistema mundial. (WALLERSTEIN, 1985, p. 27).

A troca desigual servia a interesses coletivos, mas não a todos os múltiplos interesses individuais. Disso decorre que, aqueles que não tinham seus interesses imediatos atendidos buscavam alterar as coisas a seu favor. Utilizavam, para tanto, métodos que ampliavam a acumulação, seja aumentando sua eficiência, seja usando alguma influência política, para criar, em algum mercado, vantagem monopolista para si próprios. Wallerstein (2001; 1985) parte da premissa de que a necessidade de maximizar a acumulação direciona a conduta de todos os

indivíduos, sobretudo em relação a benefícios imediatos para si, em detrimento dos demais. Controlar o Estado é ganho estratégico na trajetória de favorecer a classe dominante, independente de seus fracionamentos.

### Historicamente,

os Estados legislaram para aumentar a mercantilização da força de trabalho, abolindo várias restrições tradicionais que limitavam o movimento dos trabalhadores de um tipo de emprego para outro. Além disso, impuseram obrigações fiscais (em dinheiro) à força de trabalho, as quais freqüentemente forçaram os trabalhadores a se engajar num trabalho assalariado. Por outro lado, a ação legal do Estado [...] desencorajou a proletarização plena. [Conclui-se que] os Estados controlaram as relações de produção. (WALLERSTEIN, 2001, p. 45).

À medida que determinada coletividade domina determinado Estado, que por sua vez está inserido em um sistema hierárquico – no qual o Estado mais forte limita a autonomia do mais fraco -, haveria impulsos à formação de um império mundial. Wallerstein, no entanto, é enfático ao afirmar que: "a base estrutural do sistema econômico e os interesses claramente percebidos dos principais acumuladores de capital são fundamentalmente opostos à transformação da economia-mundo em um império-mundo" (WALLERSTEIN, 2001, p. 50). A acumulação de capital incentiva a competição. Por sua vez, esta competição poderia, na visão de Wallerstein, corromper o próprio Estado, que, ao se fortalecer, constituiria ameaça aos interesses da classe dominante. Para conter a ameaça potencial de suas próprias máquinas estatais, essa classe passaria a atuar mediante alianças com outros aparatos estatais, a fim de enfraquecer o Estado hegemônico. A idéia de sistema-mundo, ao invés de império-mundo, pauta-se na idéia de "estratégia preventiva" da burguesia (enquanto classe) frente ao Estado-nação.

Essa é a base objetiva do chamado "equilíbrio de poder". Os numerosos Estados fortes e intermediários do sistema interestatal sempre tenderam a manter alianças, de maneira que nenhum Estado isolado pudesse ter sucesso em conquistar todos os outros. Tal visão pressupõe, contudo, que a formação de um império ocorra somente no plano político. Neste mesmo plano, ocorreriam as articulações para conter as pretensões imperiais de determinado Estado. Dessa forma, sem um *hegemon*, as interações no sistema-mundo – conceito que denota a existência de um objetivo maior e estrutural, capaz de ditar as escolhas de seus elementos – mantém-se pela constante disputa entre elites individuais, em que as guerras são o resultado extremo da luta por maior poder nas esferas econômicas da agroindústria, do comércio e das finanças (WALLERSTEIN, 2001, p. 52).

Na opinião do autor, os chamados "movimentos antiimperialistas" restringiam-se a ações de frações dominantes em Estados intermediários ou marginais, em busca de maior apropriação do excedente produzido. Neste processo, emprego de slogans universalizantes, anunciando o progresso, ideologicamente útil (WALLERSTEIN, 2007). Entretanto, ao mobilizar as massas em torno destes leitmotivs, os acumuladores de capital incitavam os trabalhadores a lutar, o que, ao final, prejudicava toda a classe de acumuladores. Não demorava para que logo se articulassem em alianças contra a maioria, utilizando a força repressiva do Estado ao se esgotarem os meios pacíficos (WALLERSTEIN, 2001). Um dos questionamentos possíveis a essa perspectiva é que ela aponta a luta por apropriação empreendida entre acumuladores como pré-requisito para a luta de classes. A paz entre os primeiros implica a ordem no sistema? A paz seria consegüência, então, do ultra-imperialismo kautskiano? Como veremos a seguir, o debate entre Lênin e Kautski ilustra bem os impasses, sobretudo no que tange ao caráter instável do sistema, em razão dos diversos níveis em que existe a concorrência.

Para finalizar esta breve revisão da obra de Wallerstein, o autor tece comentários ao imobilismo estrutural dos Estados submissos. Sustenta a tese de que a estratégia de tomada de poder pelo controle do Estado por frações da classe acumuladora é inócua, por respaldar-se em alianças com grupos que não são "antisistêmicos". Além de limitar o movimento ao objetivo de "ascender" no sistema mundial, tais mobilizações são ineficazes uma vez constatada "a realidade das limitações do poder do Estado no seio da economia-mundo capitalista" (WALLERSTEIN, 2001, p. 61). O autor sustenta, contudo, que essa estratégia é a única disponível no capitalismo histórico. A idéia, então, é atuar mediante reformas, que melhoram a situação, mas sempre ao custo de fortalecer o sistema.

Fernand Braudel (1998) toma o conceito de economia-mundo para complementar as teses estruturalistas de Wallerstein. Economia-mundo envolve "apenas um fragmento do universo, um pedaço do planeta economicamente autônomo, capaz, no essencial, de bastar a si próprio e ao qual suas ligações e trocas internas conferem certa unidade orgânica" (BRAUDEL, 1998, p. 12). Essa unidade econômica é construída a partir de cidades dominantes, que ultrapassam as fronteiras adjacentes, submetendo os demais espaços à sua lógica econômica e cultural. Entretanto, dominante e dominadas são mutuamente dependentes, uma vez que as zonas periféricas passam a produzir bens necessários ao sistema, embora possuam valor agregado relativamente menor que aqueles produzidos pelas zonas centrais. A desigualdade, então, é condição fundamental para o conjunto.

As cidades dominantes, porém, estão sempre em conflito, sejam eles internos ou externos. Nessas cidades, quem dita as leis são os comerciantes - "por vezes excessivamente ricos" e dependentes do capital acumulado e da renda corrente existentes nessas cidades. Uma vez que comerciantes e trabalhadores

buscam ampliar sua apropriação do excedente, instala-se um conflito, cujo resultado imediato, segundo Braudel, é o aumento da inflação, nesses centros. A inflação conduz ao declínio da taxa de lucros, que tende a estimular a migração dos comerciantes para outras metrópoles. A conseqüência disto é a competição entre as cidades, por atender às expectativas culturais e econômicas dos detentores de capital.

O desenvolvimento das supercidades é notório uma vez constatado o fato de que elas são servidas. As relações de dominação estabelecidas pela Antuérpia, Amsterdam, Londres e Nova Iorque – cada uma a seu tempo – sobre as regiões vizinhas é o argumento utilizado por Braudel para reforçar o caráter atemporal e inevitável da servidão. Para ele, se a capital de uma economia-mundo cai, os abalos mais fortes ocorrem na periferia, onde "o espetáculo tende a ser mais revelador". Para que haja concórdia, é necessária anuência.

#### Portanto:

A economia-mundo é, então, um espaço polarizado, embora "conjunto de múltiplas coerências". A convergências dessas zonas implica que: "Essa economia local, que gira por si mesma segundo as suas forças, está destinada a ser periodicamente objeto de uma integração, de um reordenamento "racional" em benefício de uma zona e de uma cidade dominantes, e isso por um ou dois séculos, até o surgimento de um novo "organizador". É como se a centralização e a concentração dos recursos e das riquezas se processassem necessariamente a favor de certos lugares de eleição da acumulação. (BRAUDEL, 1998, p. 26)

O processo de integração das cidades periféricas à economia-mundo ocorre mediante apropriação desses espaços pela cidade central. Esse processo "preside à construção de qualquer economia-mundo, com seus monopólios evidentes" (BRAUDEL, 1998, p. 26). É natural, nesta acepção, que haja:

um centro, o 'coração', reúne tudo o que há de mais avançado e de mais diversificado. O anel seguinte só tem uma parte dessas vantagens, embora participe delas: é a zona dos 'brilhantes secundários'. A imensa periferia, com os seus povoamentos pouco densos, é, pelo contrário, o arcaísmo, o atraso, a exploração fácil por parte dos outros. Essa geografia discriminatória até hoje logra e explica a história geral do mundo. (BRAUDEL, 1998, p. 29).

Para Braudel, o referencial para 'medir' este atraso – ou o 'nível de desenvolvimento' – é o mercador estrangeiro. Quando bem colocado em determinada cidade, "o mercador estrangeiro indica por si só a inferioridade dessa cidade ou país relativamente à economia de que ele é representante ou emissário", afirma. A partir do contato deste mercador com as regiões periféricas, criou-se o estereótipo do subdesenvolvimento, com o qual, aliás, o autor parece não discordar:

[As regiões periféricas] são regiões pobres, arcaizantes, onde o estatuto social dominante é muitas vezes a servidão ou mesmo a escravatura [...]. São regiões que mal entraram na economia monetária. Regiões em que a divisão do trabalho mal começou; [...] toda vida muito barata é, por si só, sinal de subdesenvolvimento. [...] Quanto às pessoas, deve-se falar de selvageria. [...] Esses primitivos irão lutar ferozmente para preservar sua vida, atacando engenheiros e empreiteiros, perfurando os diques, assassinando os operários malditos. (BRAUDEL, 1998, p. 30-32).

Os aparelhos e as alavancas que põem em movimento a economia-mundo são "um pouco de dinheiro sonante", oferta de crédito, produtos raros e cobiçados, bem como, "o próprio sistema de mercados". Do ponto de vista político, prevalece o equilíbrio de poder, como forma de constituir e manter periferias e semiperiferias "em que as tensões recíprocas nem sempre se anulem, de maneira que não seja ameaçado o poder central" (p. 35). Esses fatores contribuem para dificultar o rompimento de um Estado com seu passado de dependência. A dependência permaneceria, mesmo que no plano ideológico. Para sustentar tal argumento, o autor ressalta o caso brasileiro: mesmo obtida a independência política de Portugal, em 1822, os brasileiros permanecem – "mesmo hoje" – numa situação "colonial" com relação à Europa e aos Estados Unidos (1998, p. 39).

O rompimento com a dependência só é possível mediante "inserções nas oportunidades" — espasmos que possibilitariam o acúmulo de poder pelas regiões secundárias -, em que o país se insere em um ciclo vicioso de desenvolvimento. Ações concertadas, uma após a outra, em uma escala de tempo ampliada (vide *trends* seculares), seriam responsáveis por diminuir, pouco a pouco, a dependência. Fica claro, portanto, que o autor advoga em torno da manutenção das potencias tradicionais, capazes de conferir ordem e desenvolvimento a todo o conjunto. Aos demais, resta o conformismo e a adequação às regras.

Fundamental, na análise de Braudel, é a relação entre comportamento dos preços e mudanças de cidades centrais. O autor ressalta que, nas cidades centrais, é crescente o aumento no nível geral de preços, uma vez que "as pessoas ganham mais para gastar mais" (BRAUDEL, 1998, p. 42). Entretanto, em determinado momento, este aumento atinge um limite, no qual os preços se tornam estáveis. Braudel observa, então, nova zona com aumento de preços, que, em breve, constituiria outra cidade-central. Não explica, contudo, as razões deste fenômeno.

Os Impérios, para Braudel e Wallerstein, são "formações arcaicas, triunfos antigos da política sobre a economia". Existem para restringir o desenvolvimento das outras economias-mundo. Entretanto, tratam-se de deturpações à ordem natural das coisas, uma vez que os Estados podem impôr-se às sociedades, mas "não à economia". A Europa Ocidental foi hábil ao resistir ao "avanço do Império dos Habsburgos", conseguindo, assim, desenvolver sua própria economa-mundo e espraiar seus avatares políticos pelo mundo. Assim, construiu-se a "ordem econômica européia".

Essas mudanças ocorrem, no entanto, de modo lento e monótono. Além dos impedimentos estruturais já citados (econômicos e políticos), as "culturas" (ou "civilizações) também são ordens organizadoras do espaço. Podem inclusive, ultrapassar as margens da economia-mundo e persistir mesmo quando as economias decaem. "As economias se substituem, as instituições políticas se rompem, as sociedades se sucedem, mas a civilização prossegue seu caminho". Podemos relacionar essa idéia de cultura à premissa de Wallerstein de acumulação de riqueza, capaz de condicionar a ação humana. Entretanto, Braudel refere-se a algo mais amplo, como a disposição para comerciar que une a Europa no século XVII, os dialetos que precedem a unificação italiana, bem como a arte e a moda francesas que permeiam os espíritos inglês e italiano, no século XVIII. Mas, até que ponto a ciência e a produção da técnica está desvinculada do modo de produção?

# 2.2 LACUNAS E POSSIBILIDADES DE AMPLIAÇÃO DAS PERSPECTIVAS ESTRUTURALISTAS

Braudel (1998) e Wallerstein (2001; 1985) visam identificar "estruturas" que permitam analisar a economia-mundo e o sistema-mundo em escala temporal ampliada – para além da conjuntura e do empirismo. Sustentam a tese de que essas estruturas se encarregam de hierarquizar o sistema de Estados e de conferir funcionalidades a todos os espaços (centrais, intermediários e periféricos). A partir dessas engrenagens, o sistema-mundo funcionaria, embora nem sempre em caráter harmonioso. As variações nos níveis de preços entre as cidades centrais, segundo Braudel, e a estratégia preventiva da coletividade acumuladora ante a ameaça estatal, consoante Wallerstein, ensejariam conflitos, que repercutem em todo o sistema.

Entretanto, nem a neutralidade subjacente à idéia de "variação dos preços", nem a ênfase na estratégia política reativa descrita por Wallerstein parecem dar conta da realidade mundial. Os aspectos políticos envolvidos nas variações de preços e os conflitos que engendram a inflação não são analisados por Braudel; por outro lado, qual a causa do rompimento dos vínculos, antes tão evidentes, entre a coletividade acumuladora e o Estado? O sistema-mundo, então, precisa ser revisto. Para tanto, é necessário rever o conceito de "Imperialismo" e, conseqüentemente, compreender o caráter desigual e as contradições do processo de desenvolvimento capitalista. Daí, então perceber seu traço imanente ao modelo.

Wallerstein e Braudel sustentam a tese de sistema-mundo, a partir da negação da idéia de Império. Sustentando-se na competição do sistema interestatal, asseveram a impossibilidade de expansão ilimitada de uma única potencia. A aliança entre Estados limitaria a ação imperialista de um só. O sistema-mundo compreende espaços dotados de peculiaridades, não sujeitos ao esforço expansionista do capital. A idéia de império, diferentemente de economia-mundo e mini-sistemas, relaciona-se à ação coordenada entre Estados e interesses privados. Entretanto, como veremos a seguir, na revisão da literatura clássica sobre imperialismo, a política imperial possui outros determinantes que não a ação estatal. A concentração do capital, o surgimento de monopólios, oligopólios – articulados em cartéis -, a acumulação financeira e o poder crescente dos bancos são fenômenos intrínsecos ao modo de produção capitalista e que, de certa forma, antecedem o expansionismo estatal-nacionalista. O Estado permanece agente relevante, em sua capacidades administrativas, suas determinações de classe, culturais e militares, mas os aspectos fundamentais do modo de produção mostram-se anteriores à sua atuação.

Desde os estudos iniciais sobre imperialismo, empreendidos por Hobson, Hilferding, Luxemburgo, Kautski e Lênin, nas duas primeiras décadas do século XX, associou-se o termo a um Império, no caso o poder inglês. Hobson defendia a adoção de políticas imperialistas como forma de assegurar a supremacia inglesa ante o avanço norte-americano, em uma demonstração clara de que todo Império precisa adotar práticas imperialistas. Pode, no entanto, haver imperialismo sem império? Para responder a essa pergunta, é necessário analisar a natureza dos conceitos.

John Atkinson Hobson inicia a análise do imperialismo como prática necessária à manutenção do poderio inglês ante a ameaça do grande capital americano. Rompendo com o eurocentrismo tradicional, vislumbrou a ascensão estadunidense e tratou de descrever o funcionamento do capital em escala transnacional. Suas obras *O Imperialismo*, um estudo (1902) e *A principal raiz econômica do imperialismo* (1905), além de *A evolução do capitalismo moderno: um estudo sobre a produção mecanizada* (1894), dão base aos desenvolvimentos teóricos posteriores, embora o autor jamais tenha sido marxista ou socialista. Liberal, preocupava-se com as estratégias de manutenção do poder, diante da lógica concorrencial capitalista.

Certo de que o uso da força não era suficiente para garantir o domínio de um Estado sobre outro, Hobson voltou-se para a análise de fatores internos como o subconsumo e a poupança externa, a fim de possibilitar vantagens concorrenciais à Inglaterra ante as potenciais emergentes. Assegurar 'novos mercados' deveria ser a diretriz da diplomacia inglesa e das forças armadas inglesas, via estabelecimento de "protetorados" ou anexações. Em suas palavras, "o processo de criação de necessidades civilizadas que possam ser supridas por nós é necessariamente

gradual, e o custo desse imperialismo deve ser visto como dispêndio de capital, cujos frutos serão colhidos pela posteridade" (HOBSON, 2001, p.418). Os aparelhos estatais colocavam-se à disposição dos interesses dos investidores ingleses, considerando o imperialismo como uma necessidade, dado o surgimento de potências extra-européias, em especial, os Estados Unidos.

O principal determinante da política imperialista era o fator econômico, mais especificamente a passagem da fase concorrencial (laissez-faire) para a segunda fase, monopolista e cartelizada (tal análise 'por etapas' seria uma das marcas das construções teóricas do período). O 'competente' controle dos grandes trustes, alcançado nos mais 'avançados' países da Europa, expandia a produção, sem, necessariamente, ampliar o mercado interno. Pelo contrário, a compressão dos salários reduzia o poder de compra. As antigas colônias não constituíam mercados consumidores grandes o suficiente para dar conta da superprodução, o que redirecionou a busca de novos mercados para a 'conquista' das novas potências. Articular investimentos e comércio entre as regiões ricas tornou-se objetivo do Estado inglês.

### Nas palavras de Hobson,

"Uma era de competição predatória, seguida por um rápido processo de fusões, lançou uma quantidade enorme de riqueza nas mãos de um pequeno número de capitães de indústria. Nenhum padrão de vida que essas classes pudessem alcançar, por mais luxuoso que fosse, poderia corresponder ao crescimento de sua renda, e um processo de poupança automática ocorreu em escala sem precedentes. O investimento dessas poupanças em outras indústrias ajudou a colocá-las sob essas mesmas forças concentradoras. Um grande aumento de poupanças, portanto, procurando investimento lucrativo, é a contrapartida de uma economia que restringe o uso do capital existente. Sem dúvida, o rápido crescimento de uma população, acostumada a um padrão de conforto alto e sempre ascendente, absorve na satisfação de suas necessidades uma grande quantidade de capital novo. Mas a taxa de poupança vigente, conjugada a aplicações mais econômicas das

formas de capital existente, excedeu consideravelmente o crescimento do consumo doméstico de manufaturas. A capacidade produtiva ultrapassou de longe a taxa vigente de consumo, e, contrariando a velha teoria econômica, foi incapaz de forçar um aumento correspondente de consumo pela redução dos preços." (HOBSON, 2001, p. 421)

Interessante observar, neste ponto, a convergência das visões de Hobson e Wallerstein quanto ao papel determinante do consumo dos trabalhadores. Para ambos, a compressão dos salários, motivada pela concorrência entre capitalistas, constituiria um paradoxo do modelo, uma vez que os capitalistas dependeriam do consumo dos trabalhadores. Esta tese é problemática por dois motivos: o salário dos consumidores constitui custo no ciclo de reprodução do capital, ficando o 'dinheiro com mais-valia' (D') em poder dos capitalistas – que o convertem em consumo ou novos investimentos (MARX, 1985).

Desta premissa, deriva a segunda lacuna da tese: os capitalistas articulam seu consumo internacionalmente, mediante o fluxo internacional de mercadorias e capitais. Em que pese a afirmação de Panitch e Gindin (2006) de que, no curso do desenvolvimento dos países avançados, aumentou o consumo das classes trabalhadoras, cabe considerar a ilustração de Chesnais (1996) a respeito da tríade "Estados Unidos – Europa Ocidental – Japão", de que esse consumo permanece concentrado nas regiões avançadas. A participação dos trabalhadores, em escala global, permanece reduzida, enquanto se amplia a concentração de capital nos países centrais. Essa concentração permite cooptar frações maiores das classes trabalhadoras, mediante aumento de salários e benefícios. Em contrapartida, aumentam as assimetrias nas regiões periféricas. Ponderando "ganhos" e "perdas" da classe trabalhadora, em escala mundial, permanece válida a célebre frase de Kalecki: "Os trabalhadores gastam o que ganham, enquanto os capitalistas ganham o que gastam", referindo-se à natureza do consumo que rege a economia capitalista.

Estaria questionada a contradição do capitalismo, na visão de Wallerstein e Hobson, de que o a compressão dos salários conduziria à crise do sistema e à busca por novos mercados. Esta última surge, então, como estratégia de articulação inter-capitalista para aumentar o consumo capitalista, que corresponde a parcela significativa do consumo total. Hobson vislumbrou a inexpressividade do consumo nas "colônias", porém, ao sustentar a tese de subconsumo, não vislumbrou a distinção entre consumo do trabalhador – limitado ao seu salário – e do capitalista – função da apropriação da mais-valia.

Belluzo e Almeida (2002) analisa como Keynes e Kalecki tratam a questão, sob a denominação de demanda efetiva. Para o autor, subjaz a idéia de que o gasto dos trabalhadores é passivo, sendo determinado pelo nível de gastos que os capitalistas estão dispostos a assumir. Para auferir lucros extraordinários, os capitalistas devem se endividar — de modo a ampliar sua capacidade de investimentos. As instituições financeiras atuam, portanto, "sancionando a atividade empresarial", enquanto que a execução dos gastos legitima a atuação dos bancos. O aumento do crédito, seguido de investimentos, induz ao aumento da renda capitalista — possibilitando pagamento dos salários.

Hobson observa a busca de mercados externos não como estratégia de articulação, como sustentamos, mas como resposta capitalista ao esgotamento de possibilidades de aplicação do capital. Segundo o autor, a expansão dos trustes para outros setores da economia diminui as oportunidades de emprego do capital excedente. Novas invenções ou formas de distribuição podem absorver parte do novo capital, "mas existem limites rígidos para essa absorção". À medida que cartéis similares estabelecem-se em outras indústrias – todos decorrentes do mesmo capital -, diminuem as oportunidades de investimento. A competição entre cartéis gera

desperdícios e gera um dilema para os capitalistas: gastar mais do que podem gastar para estimular o consumo interno ou conquistar pela força mercados fora das fronteiras nacionais. Segundo Hobson: "dois caminhos econômicos foram abertos para eles, ambos levando ao abandono do isolamento político do passado e à adoção de métodos imperialistas no futuro". No primeiro momento, atuam na regulação dos preços — mediante restrição da oferta de bens -, a fim de obter vendas lucrativas no mercado interno. Tais ganhos possibilitam reduzir os preços dos bens exportados a níveis tão baixos que chegam a não gerar poupança. No segundo momento, a internacionalização propicia investimentos em outras regiões, primeiro mediante financiamento estatal; em seguida, tornando-se eles mesmos (os capitalistas) credores para países estrangeiros. Para Hobson, a causa primária do imperialismo não é a busca por dominar novos mercados, mas a dominação interna dos cartéis.

A superprodução e o capital excedente na Inglaterra, na Alemanha, na Holanda e na França forçou-os a colocar "parcelas cada vez maiores de seus recursos econômicos fora da área de seu domínio político, para depois estimular políticas expansionistas, com a finalidade de se apossar de novas áreas" (HOBSON, 2001). Toda melhoria de métodos de produção, concentração de propriedade e controle parece acentuar essa tendência, o que leva o autor a asseverar a inevitabilidade do imperialismo. O excesso de capital (poupança) não encontra paralelo no consumo interno (subconsumo) ou nas oportunidades de investimento rentável. Essa é a raiz econômica do imperialismo, para Hobson.

Por que o consumo não consegue acompanhar o aumento na capacidade produtiva? Por que existem o subconsumo e o excesso de poupança? Hobson observa que, em determinado momento, o capital excedente deixa de ser investido

em meios de produção, para ser aplicado financeiramente. O uso especulativo no exterior, sob a proteção do governo, incita essa prática. Por outro lado, e em relação ao consumo, Hobson identifica a questão da distribuição como central. Em suas palavras:

Existem dois canais principais para o escoamento desses produtos - um deles levaria ao consumo dos trabalhadores, e o outro levaria o restante ao consumo dos ricos. O canal dos trabalhadores é estreito e não pode ser alargado, em virtude do sistema de salários competitivos, que impede o aumento dos salários proporcionalmente aos incrementos de produtividade. Os salários são calculados com base no custo de vida, e não na produtividade do trabalho. [...] O canal que escoa os bens destinados a suprir os ricos é dividido em duas correntes. Pela primeira, passa o que os ricos gastam consigo mesmos para satisfazer suas necessidades e suas exigências suntuosas. A outra é simplesmente uma corrente supérflua por passam suas 'poupanças'. [...] O grande canal de segurança, que tem sido continuamente alargado e aprofundado para escoar essa inundação de capital novo é aquela corrente que transporta as poupanças dos ricos, [...] tão inapropriada para futuros alargamentos (em razão do pequeno número de pessoas ricas), como parece estar atualmente sendo represada. (HOBSON, 2001, p. 429).

#### Concluindo:

A corrente 'supérflua' de poupanças não é, certamente, alimentada exclusivamente pela renda excedente 'dos ricos'; as classes médias profissionais e industriais, e, em um extensão desprezível, os trabalhadores também contribuem. Mas a 'inundação' deve-se, principalmente, à poupança automática da renda excedente dos ricos. (HOBSON, 2001, p. 429)

Uma vez que essa "poupança excessiva" consiste em rendas, lucros e outros rendimentos não provenientes do trabalho – intelectual ou manual -, não tem nenhuma *raison d'être* legítima. Sobre esse argumento, Hobson defende a redução desses "excessos", sob a forma de salários mais altos para os trabalhadores, sob a forma de impostos, de modo a serem gastos – e, não, poupados -, para que não seja necessária a busca de novos mercados. A regulação sobre os processos de distribuição parece ser, então, o superego do capitalismo – cujo agente implícito é o Estado. O imperialismo seria fruto dessa 'falsa economia'; a "reforma social" seria

sua solução. "Abstraindo as questões práticas", Hobson busca uma teoria "que dissipe a ilusão de que a expansão do comércio exterior, e conseqüentemente do império, é uma necessidade vital para o país" (HOBSON, 2001, p. 435)

Embora não esteja implícito em seu trabalho, acreditamos que é subjacente ao trabalho de Hobson a idéia de que concorrência hierarquiza as dimensões da teoria do valor marxiana. A premissa de que, em determinado instante, a "distribuição de capital" regularia a "distribuição de trabalho abstrato" norteia a tese hobsoniana de regulação social via reforço da concorrência. Entretanto, como demonstra Possas (1989), o valor é resultado da "determinação simultânea" entre essas dimensões. De fato, o valor permanece como categoria essencial, uma vez que "o aumento da produtividade social do trabalho e a apropriação do sobre-trabalho" – categorias da dimensão "distribuição de trabalho" – determinam a concorrência entre a "pluralidade de capitais". Daí, a insuficiência da proposta de Hobson: substituir a análise das condições de exploração do trabalho pela análise da concorrência é, de certa forma, analisar um dos efeitos do processo. Isso, de forma alguma, invalida seu estudo, mas põe em xeque as propostas de regulação que seguem critérios semelhantes.

Da construção "trabalho abstrato (valor) — concorrência" deriva a transformação do valor em preços, o que nos remete à análise da variação dos preços descrita por Braudel. Ao substituir a análise dos fatores que conformam os preços, pela análise de sua variação, Braudel exclui o papel do valor (em trabalho abstrato) de seu modelo de "lei de movimento do capital". O preço, enquanto efeito da exploração do trabalho social e da concorrência, não explica as bases de poder das cidades-centrais nas economias-mundo.

As contribuições de Hobson foram seminais para todo o debate posterior sobre imperialismo. Ao enfatizar o papel dos cartéis e sua influência no expansionismo conduzido por instrumentos estatais (exército e diplomacia), Hobson criou bases para politizar o debate. Isso parece ter-se perdido, em certo ponto, nas contribuições de Wallerstein e Braudel, que vêem na vontade de acumulação individual e nas relações dela provenientes o insumo básico para a inevitabilidade do capitalismo. A análise dos cartéis incita novas interpretações para a questão da hierarquia entre Estados – principal elemento de limitação à autonomia dos Estados no sistema-mundo.

Em 1910, Rudolph Hilferding publica "O Capital Financeiro", obra que viria a ser considerada por alguns como um volume adicional de "O Capital". Bottomore assinala, no prefácio de uma das edições brasileiras, como "as antecipações esboçadas por Marx a respeito da concentração do capital e do estágio seguinte do desenvolvimento da economia capitalista correspondem ao que realmente ocorreu após sua morte". Dentre sua teses principais, a que mais atraiu a atenção de seus contemporâneos foi sua teoria do imperialismo, cujas idéias orbitam sobre o seguinte argumento: o desenvolvimento dos monopólios e dos cartéis conduz a um tipo de protecionismo que visa restringir ou eliminar a concorrência estrangeira no mercado interno; devido aos altos preços dos monopólios, as vendas tendem a cair, no mercado interno; assim, as exportações tornam-se cada vez mais importantes para a manutenção e a extensão da produção em grande escala - base da economia monopolista. O aumento das exportações enseja a ampliação da região econômica e da escala de produção, desenvolvendo a produção onde o trabalho é muito barato – o que auxilia a manutenção das taxas de lucros. Contando com forte intervenção do aparato estatal nacional para expandir áreas econômicas receptoras de exportações, os monopólios conduzem os Estados capitalistas a conflitos pela ampliação dos mercados. Em suma: em razão do caráter concentrador do capitalismo e da necessidade de manter elevadas taxas de lucro, mediante elevação dos preços e das exportações, Hilferding concebia o imperialismo como estágio necessário – de fato, como "estágio final" – do capitalismo.

As associações monopolistas (cartéis e trustes) exercem influência significativa sobre a política alfandegária dos Estados, a fim de consolidar o monopólio em determinado território. O aumento de poder das organizações dos empregadores, a elevação do o custo de vida, a imposição de pesada taxação, o enfraquecimento da democracia, o fortalecimento da ideologia de glorificação da força 'nacional', tende a produzir conflitos armado entre Estados capitalistas, dentro dos quais os trabalhadores seriam os principais atingidos. Segundo Hilferding, caberia aos trabalhadores responder a esse movimento, mediante tomada do Estado, nacionalização de setores produtivos e financeiros, e socialização da produção.

Hilferding, diferindo de Bukharin, não considerava a guerra como conseqüência inevitável das rivalidades imperialistas, mas apontava para forças contrárias ao militarismo e à guerra, em meio ao próprio movimento socialista. Isso conferiu certa peculiaridade à sua interpretação de "estágio final", uma vez que divergia da seqüência esboçada por Bukharin: capitalismo monopolista -> imperialismo -> guerra -> revolução proletária. Divergia também da concepção de Rosa Luxemburgo, em "A Acumulação do Capital", no qual o ponto de colapso do capitalismo ocorreria assim que cessassem os espaços para expansão da economia capitalista. Hilferding sustenta que "o colapso do capitalista será político e social, não econômico", uma vez que os cartéis atuam no reforço à regulamentação e ao

planejamento na Economia. Esse argumento reforça o papel do Estado, capaz de socializar o capital financeiro e conduzir a produção socialista. Sua argumentação causou importantes reverberações na movimentação internacional comunista, constituindo mote da social-democracia.

A análise das articulações entre capital financeiro e capital produtivo, realizada por Hilferding (1985), toma por base a ação dos bancos e das associações monopolistas (cartéis e trustes). Chama de "capital financeiro" o capital bancário, ou "o capital em forma de dinheiro que, desse modo, é transformado em capital industrial. [...] Na verdade, a maior parte do capital investido dessa forma nos bancos é transformado em capital industrial" (HILFERING, 1985, p. 219). Os bancos desenvolvem-se para dar conta do aumento na procura por moeda fiduciária decorrente do aumento no volume de transações comerciais - e para fornecer crédito, condicionado ao pagamento de taxas de juros. O surgimento da sociedade anônima impulsiona o capital financeiro, que alcança seu apogeu com a monopolização da indústria, uma vez que aumenta a segurança e a previsibilidade dos investimentos. Nessa via de mão dupla, a possibilidade de investimento de capital bancário na indústria ganha extensão cada vez maior. Por isso, Hilferding conclui, "os proprietários do capital fictício, que dá poder aos bancos, e os proprietários do capital que dá poder às indústrias são cada vez mais as mesmas pessoas" (HILFERDING, 1985, p. 219).

Em primeiro momento, o capital usurário depende do capital industrial. Em outras palavras, o capital comercial subordina o financeiro. À medida que se desenvolve a mercantilização, concentra-se a apropriação do excedente nas mãos dos cartéis e dos trustes. Tal mobilização do capital e a expansão acentuada do crédito alteram, paulatinamente e por completo, a posição dos capitalistas

monetários – que detinham capital acumulado em maior escala. O poder dos bancos cresce, eles se tornam fundadores e, finalmente, os soberanos da indústria. Em movimento paralelo, o capital industrial desaloja o capital comercial do controle sobre a produção. Articulando os dois processos, "o capital financeiro reduz o comércio absoluto e transforma o comerciante, outrora tão soberbo, em um agente da indústria monopolizada pelo capital financeiro" (HILFERDING, 1985, p. 220).

Dessa forma, Hilferding ajuda-nos a avançar na politização das construções de Wallerstein e Braudel. O desenvolvimento do capital financeiro, mediante a formação de cartéis e trustes, articula o capital industrial, subordinando indústrias mais fracas. Uma vez que o raio de ação do capital bancário é muito maior que o do capital industrial e, após 1973, o capitalismo adentra uma etapa em que o capital especulativo apresenta-se em volume muito superior ao capital produtivo, a mundialização ocorre, cada vez mais, sob a égide do primeiro. O desenvolvimento do mercado financeiro, em suas diversas matizes (derivativos, opções, fundos, etc.), possibilita interferência cada vez maior deste na formação dos preços, especialmente em indústrias básicas. Hilferding irá, ainda, nos auxiliar nessa tese. Mas, é importante frisar a importância atribuída por Braudel, em sua análise, à questão dos preços na dinâmica política entre territórios.

Cartéis e trustes (associações monopolistas) diferem das associações parciais (não-monopolistas) pelo fato de dominarem os preços, enquanto estas últimas são dominadas. Enquanto as associações parciais necessitam reduzir seus custos para manter as taxas de lucro, as monopolistas mantém custos elevados, compensando-os com elevações nos preços. Ao considerar o monopólio como regra geral e a livre concorrência como exceção, esta premissa rompe com o princípio liberal de eficiência alocativa. Ainda, a fixação deliberada dos preços pelos

monopolistas, mediante ajuste na oferta, precisa ser relacionada com o movimento descrito por Braudel, em que as substituições das cidades-centrais está correlacionada à variação destes preços. Hilferding acrescenta:

O preço do cartel depende, de fato, da procura. Contudo, esta (...) é procura capitalista. Portanto, teoricamente o preço do cartel deve ser, em definitivo, igual ao preço de produção mais a taxa média de lucro. Mas, esta mesma mudou. Ela é diferente para a grande indústria cartelizada e para as áreas da pequena indústria caídas na sua dependência, de cujos capitalistas despoja uma parte da maisvalia, limitando-os a um simples salário. (HILFERDING, 1985, p. 225)

Além da determinação dos preços, os cartéis possuem certa capacidade de retardar novos investimentos até o instante em que as taxas de lucros retornam para patamares de alta rentabilidade. Nesse ponto, podem optar entre a exportação de capitais e a anexação de empresas locais. Nas palavras de Hilferding:

Os cartéis significam um retardamento no investimento de capital: nas indústrias cartelizadas, porque a primeira providência é a restrição da produção; nas indústrias não cartelizadas, porque a queda das taxas de lucro intimida os novos investimentos de capital. Dessa forma, cresce rapidamente, por um lado, a massa de capital destinado à acumulação, enquanto que, por outro, se contrai sua possibilidade de investimento. Essa contradição exige sua solução e a encontra na exportação de capital. A exportação de capital não é, em si, uma conseqüência da cartelização. É um fenômeno inseparável do desenvolvimento capitalista. Mas a cartelização aumenta repentinamente a contradição e cria o caráter agudo da exportação de capital. (HILFERDING, 1985, p. 227)

Os cartéis obedecem a uma tendência crescente de ampliação, cooptando ou, simplesmente, anexando indústrias independentes com menor poder de barganha. A associação progressiva de ramos de produção anteriormente separados e independentes reduz a divisão social do trabalho – segundo Hilferding, "a divisão nas diferentes esferas da produção, ligadas como partes de todo o organismo social somente pela ação de troca" (HILFERDING, 1985, p. 227) -, enquanto que, no interior das firmas, é estimulada a divisão técnica do trabalho.

Hilferding utiliza o termo "combinação" para designar a ação dos grupos de maior porte sobre outros ramos da economia (da produção da matéria-prima à composição do bem-final), controlando e mantendo a taxa de lucros relativamente estável. Ao articular a acentuada tendência à exportação de capitais com a anexação de empresas de menor porte, pode-se perceber compreender a articulação em rede das multinacionais, via investimentos estrangeiros diretos (ANDREFF, 1996; CHESNAIS, 1996).

A combinação nivela as diferenças de conjuntura e garante à empresa combinada uma taxa de lucro mais estável. Conduz, em segundo lugar, à eliminação do comércio, em sua acepção tradicional (conflito de interesses entre mercadores e compradores). Adicionalmente, permite o aperfeiçoamento técnico e, por conseguinte, a obtenção de lucros suplementares em comparação com as empresas 'simples' (não-associadas), ao mesmo tempo em que fortalece a posição da empresa combinada relativamente à 'simples'. Este embate entre capitalistas deve constituir elemento central na análise das relações internacionais, considerando que o lucro das empresas combinadas depende das perdas das empresas 'simples'. A articulação do capital em escala internacional enseja, portanto, perdas a empresas teoricamente independentes. Se tomarmos a situação de países capitalistas subdesenvolvidos, que tomam a empresa como vetor do desenvolvimento, chegamos a uma encruzilhada: quais os limites para a atuação dessas empresas? Como elas se articulam com o capital internacional?

A tese de que o imperialismo poderia ser contido por reformas políticas e sociais coordenadas pelo Estado (planejador e regulador) foi duramente criticada por Lênin, no prefácio de "Imperialismo, fase superior do capitalismo", lançado em 1917. Para ele, a postura de Kautski e Hilferding resplandeciam o parasitismo oportunista,

típico do fenômeno imperialista, que cindiu a II Internacional e constituiu, à época, o principal apoio da burguesia.

Lênin também enfatiza a questão dos monopólios, ressaltando o caso dos bancos e o controle que estes exercem sobre o restante da sociedade. Em suas palavras:

Os capitalistas dispersos acabam por constituir um capitalista coletivo. Ao movimentar contas correntes de vários capitalistas, o banco realiza, aparentemente, uma operação puramente técnica, unicamente auxiliar. Mas quando esta operação cresce até atingir proporções gigantescas, resulta que um punhado de monopolistas subordina as operações comerciais e industriais de toda a sociedade capitalista, colocando-se em condições - por meio das suas relações bancárias, das contas correntes e de outras operações financeiras -, primeiro de conhecer com exatidão a situação dos diferentes capitalistas, depois de controlá-los, exercer influência sobre eles mediante a ampliação ou a restrição do crédito, facilitando-o ou dificultando-o, e, finalmente, de decidir inteiramente sobre o seu destino, determinar a sua rentabilidade, privá-los de capital ou permitir-lhes aumentá-lo rapidamente e em grandes proporções, etc. (LÊNIN, 2007, p. 14-15)

À medida que crescem as somas movimentadas pelos bancos, eles deixam de ser meros intermediários financeiros, para constituir atores centrais da dinâmica capitalista. É notório observar o fenômeno da 'união pessoal', em que não só membros do capital financeiro e industrial – por vezes, os mesmos indivíduos - participam do conselho de administração desses bancos, mas também representantes do Estado são convocados para facilitar as relações com as autoridades. Estes bancos logo assumem caráter universal, intermediando as transações entre zonas desiguais do globo e colocando em contato capitais de ramos produtivos e nações distintos.

Lênin é enfático ao afirmar que a exportação de capitais como traço característico do que chama de "capitalismo moderno" – ou o capitalismo em sua fase imperialista. O excedente acumulado nos países centrais busca novas

oportunidades de investimento em zonas periféricas, já inseridas no processo de circulação. Lênin afirma:

Enquanto o capitalismo for capitalismo, o excedente de capital não é consagrado à elevação do nível de vida das massas do país, pois significaria a diminuição dos lucros dos capitalistas, mas ao aumento desses lucros através da exportação de capitais para o estrangeiro, para os países atrasados. Nestes países atrasados o lucro é em geral elevado, pois os capitais são escassos, o preço da terra e os salários relativamente baixos, e as matérias-primas baratas. A possibilidade da exportação de capitais é determinada pelo fato de uma série de países atrasados terem sido já incorporados na circulação do capitalismo mundial, terem sido construídas as principais vias férreas ou iniciada a sua construção, terem sido asseguradas as condições elementares para o desenvolvimento da indústria, etc. A necessidade da exportação de capitais obedece ao fato de que em alguns países o capitalismo "amadureceu excessivamente" e o capital (dado o insuficiente desenvolvimento da agricultura e a miséria das massas) carece de campo para a sua colocação "lucrativa". (Lênin, 2007, p. 29)

As exportações de capital 'alargam' o mundo capitalista e ensejam a conformação de acordos entre as associações monopolistas em âmbito global. Os cartéis internacionais — agentes do "supermonopólio" — iniciam a "partilha do mundo", que, longe de ser cordial, constitui luta entre capitalistas, por intermédio da compra de "participações acionárias". Lênin exemplifica com a "comédia do petróleo" vivenciada pela Alemanha, em 1911, quando da proposta de nacionalização do petróleo, indo de encontro aos interesses da *Standard Oil Rockfeller Company* naquele país. Apesar contar com o apoio da opinião pública — afinal, tratava-se de uma medida "popular" -, o Estado alemão não levou à frente a proposta, uma vez considerados os altos custos do enfrentamento com Rockfeller — um dos principais investidores, às vésperas da guerra. Situações semelhantes ocorreram na indústria de eletricidade, da marinha mercante, do ferro e do aço: a partilha do mundo ocorria, sobretudo, nas indústrias de base.

Contrariando o argumento kautskista de que a partilha do mundo pelos cartéis ensejaria a paz no capitalismo, Lênin afirma que este controle não implica em paz, mas na única forma de manter satisfatórias as taxas de lucros. Constata que a análise das formas das lutas inter-imperialistas conduz ao sofisma "pacifismo – não-pacifismo" das relações internacionais. O que importa para Lênin é o conteúdo das lutas pelos "territórios econômicos" (Lênin, 2007, p. 35).

De forma simplista, o imperialismo confunde-se com capitalismo monopolista, associado a políticas estatais expansionistas, capazes de garantir o controle monopolista dos territórios repartidos. Possui cinco traços característicos, a saber: 1) a concentração da produção e do capital, que leva à formação dos monopólios; 2) a fusão do capital bancário com capital industrial, e a criação da oligarquia financeira; 3) o ganho de importância da exportação de capitais; 4) a formação de associações internacionais monopolistas e capitalistas, que partilham o mundo; e 5) o termo da partilha territorial do mundo entre as potências capitalistas mais importantes. Note-se que o imperialismo decorre de aspectos ligados à produção capitalista — em especial, à oligarquia financeira -, não a mera opção política dos Estados. A análise do imperialismo deve, portanto, basear-se não na ação dos Estados, mas na conformação do capital monopolista. Isso é importante para o presente estudo em razão das novas formas de regulação política da internacionalização da produção, que complementam a ação estatal.

Lênin critica de forma veemente a análise do imperialismo sob o viés estritamente político, realizada por Kaustki e por Hobson. Para ele, o imperialismo atua não apenas para anexar regiões agrícolas, mas também as indústrias; é instável por essência, uma vez considerada a concorrência capitalista - uma das razões pelas quais a idéia de ultra-imperialismo kaustkista parece estapafúrdia a

Lênin -; ainda, o imperialismo sustenta-se no parasitismo dos *rentiers* (exportadores de capitais), que, sem contribuir a produção, vivem da renda gerada pelo pagamento de juros. Já em 1915, essa renda descolada de atividades produtivas era maior que a renda com comércio exterior da Grã-Bretanha – maior potência capitalista, à época.

Este parasitismo, que se inicia nos cartéis, aflige, também, os Estados imperialistas. Os "Estados-rentiers" utilizam-se de regiões dependentes para enriquecer suas classes dirigentes, extraindo lucros extraordinários, que, em parte, são utilizados para subornar as classes dirigentes desses países menores. Outro sintoma desse parasitismo estatal é a formação de exércitos com soldados de povos dependentes. Assim, o controle do aparato administrativo e bélico dos países dependentes resulta, em última instância, da internacionalização dos cartéis produtivos e financeiros. Tal imperialismo "alimenta o oportunismo, dá-lhe corpo e reforça-o", utilizando-se do suborno para fracionar e enfraquecer a classe proletária.

\*\*\*

A grande contribuição das teorias clássicas de imperialismo à questão da dependência no sistema-mundo é a análise dos atores envolvidos e de como estes se relacionam entre si, com os Estados e com os trabalhadores. Wallerstein destaca o comércio intra-firmas como norma, porém não identifica a relação entre bancos, fundos de pensão (atores relevantes do capital financeiro) e as multinacionais. Não destaca como estas incorporam fábricas de países dependentes, aumentando sua dependência e subordinando "zonas periféricas". A principal deficiência das teorias estruturais, a nosso ver, é restringir a possibilidade de mudanças no contexto capitalista a movimentações entre os próprios capitalistas, uma vez que a história é

feita pela superação de barreiras à maximização individual (característica quase imanente aos indivíduos).

Ao identificar os agentes dos capitais financeiro e produtivo, a teoria do imperialismo sugere explicações para a reprodução do capital nas regiões periféricas. Com isso, lança luzes para explicar a restrição à autonomia dos governos nessas regiões — como Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai. Uma vez que esses Estados se voltam para atender a interesses privados, vetores da divisão internacional do trabalho, diminuem as possibilidades de canalizar tais esforços para o bem-estar geral. Pelo contrário, a manutenção de áreas com baixos salários é fundamental para a manutenção das taxas de lucros dos cartéis, para criar novas possibilidades de investimento e fomentar a dependência - que enseja a concorrência entre Estados dependentes de novo crédito (fornecido pelos bancos!).

A dependência pela(o) dívida(crédito) põe em xeque a moeda enquanto instrumento de poder nas relações internacionais. Gowan (2003) ressalta essa forma de utilização da moeda como traço característico da política externa americana, notadamente após o colapso do padrão dólar-ouro – sustentáculo do acordo de Bretton-Woods. Se as teorias do imperialismo clássico versavam sobre a dominação direta de firmas e Estados centrais sobre regiões periféricas e mercados potenciais, o "novo imperialismo", conforme descrito por Harvey (2003), vai ser definido pelo eixo *Wall Street-Federal Reserve*, ainda que articulado em rede com os principais mercados do mundo.

O aumento da mobilidade internacional de capitais, a partir de 1970, induziu à flutuação e à liberalização financeira. Eichengreen (2000) demonstra que apesar dos países em desenvolvimento tentarem manter cambio fixo ou flutuante

administrado, as pressões de investidores internacionais forçaram a flutuação, notadamente na década de 1990 e após o colapso da economia argentina. Segundo o autor, o crescente volume de capital em circulação limitava a cooperação entre países centrais para com os periféricos, uma vez que as somas emprestadas deviam ser cada vez maiores para parecerem eficazes em momentos de crise. Disso decorre a inevitabilidade, segundo o autor, da flutuação cambial, como mecanismo de ajuste às variações no fluxo internacionais de capitais.

Gowan (2003) assevera que este movimento de liberalização estava alinhado com as diretrizes do governo Nixon, ante o fortalecimento dos "aliados" ocidentais – Europa Ocidental e Japão. Os bancos privados exerceram o papel de "recicladores" do excesso de dólares nos países do Oriente Médio, após o aumento do preço do barril, em 1973. Nesses países, os recursos excedentes não podiam ser absorvidos nos setores produtivos, ao mesmo tempo em que o aumento dos preços implicava significativos déficits nos países importadores. Muitos países insistiram que os petrodólares fossem reciclados no Fundo Monetário Internacional (FMI), mas a proposta de Washington enfatizava os bancos privados do Atlântico (à época, liderados por bancos americanos).

Ao abolir os "controles de capital", os Estados Unidos libertaram os bancos privados da "repressão financeira internacional", aproveitando, ainda, Londres, como mercado *offshore*. Essa estratégia do governo Nixon baseava-se na idéia de que essa liberdade "livrava o Estado americano de sucumbir a suas fraquezas e fortalecia o poder político do Estado" (GOWAN, 2003, p.50). A base da hegemonia americana estava sendo desviada de uma hegemonia do poder direto sobre outros países para uma forma de poder mais baseada no mercado, ou "estrutural". Nesse novo quadro, a estabilização de eventuais déficits em conta corrente dependia,

ainda mais, da capacidade do país de obter crédito em mercados financeiros internacionais privados. No sistema anterior, sob a égide de Bretton-Woods, os mercados financeiros tinham sido, em grande parte, excluídos.

### Nas palavras de Gowan (2003):

À primeira vista, essas novas providências pareceriam aos governos uma libertação da antiga rigidez. Mesmo que suas contas correntes ficassem deficitárias, eles podiam pedir empréstimos aos mercados financeiros privados, primeiramente concentrados em Londres, e depois anglo-americanos, para vencer suas dificuldades. E eles seriam livres para permitir que a taxa de câmbio de suas moedas se movimentasse de modo mais flexível, em vez de ter de subordinar todos os outros objetivos econômicos a manter uma taxa fixa frente a outras moedas fortes. Entretanto, a maioria dos países envolvidos na economia capitalista internacional logo descobriu que a libertação era, a longo prazo, uma ilusão. Era mais como uma armadilha. (GOWAN, 2003, p. 51).

O dólar e os mercados financeiros internacionais constituíam, então, o cerne do sistema. Os países tornaram-se cada vez mais dependentes dos acontecimentos nos mercados financeiros anglo-americanos para administrar suas relações monetárias internacionais. O comércio de mercadorias em dólar reforçava a financeirização dos ativos, em Wall Street, e vice-versa. Ao invés de falar "mercado financeiro global", pode-se afirmar o aumento da influência de *Wall Street* — e seu satélite, Londres — sobre os outros mercados financeiros nacionais. O controle do crédito hierarquiza os mercados financeiros nacionais; no topo deste sistema, está Wall Street. O poder político fica evidente ao considerar a supervisão e a regulamentação dos empréstimos bancários pelo governo estadunidense.

Tavares (1999) mostra o poder da diplomacia do dólar na contenção do crescimento de países desenvolvidos, como o Japão, e em desenvolvimento, no exemplo clássico da América Latina. A elevação dos juros pelo Federal Reserve (FED) nos primeiros anos da década de 1980 redirecionou o fluxo de capitais em

todo o mundo, corroborando para a escassez de divisas em países que dependiam de tais recursos. O financiamento do desenvolvimento associado a capitais externos tornou-se questão nevrálgica desde então.

O exemplo da Argentina ilustra o caráter compulsório da liberalização cambial, em tempos de alta liquidez. O país optou pelo cambio fixo – ou *currency board* -, fugindo à regra geral e apostando que tal reforma daria credibilidade suficiente para suportar crises de liquidez. Em 1995, graças a um apoio de US\$ 8 bilhões de dólares do FMI, o país conseguiu lastrear a compra de dólares, ameaçada pela crise mexicana, em 1994. Porém, o movimento de saída de capitais que enseja a chamada "crise de liquidez" no Brasil, em 1997, sinaliza a instabilidade do sistema, sobretudo na América Latina. Em 2000, por fim, a situação torna-se insustentável: a incapacidade do Banco Central argentino de atuar como emprestador de última instância – dada a significativa dimensão do mercado financeiro no país face às capacidades restritas das autoridades monetárias – engendrou a derrocada da ancoragem cambial.

A busca pela integração total dos mercados financeiros conduzida por Wall Street encontra resistência tanto em países centrais, quanto periféricos. Contudo, uma vez que essa resistência se dá pela busca da maximização individual, ela torna-se força motriz do sistema financeiro internacional. Ao estimular a competição entre autoridades monetárias nacionais, criam-se diferentes condições de acumulação. Um Estado que empreenda um "choque de gestão" e busque oferecer condições "moderadas" de acumulação pode ser entendido como "transgressor", ficando sujeito a severas restrições no fluxo de capitais. Essa capacidade de individualizar é primordial para a dominação norte-americana.

A vigilância constante e a individualização da sanção são eixos centrais na análise de Foucault sobre a dinâmica do poder. Para efeito deste trabalho, onde se busca identificar os fatores que condicionam o continuismo no Mercosul, toma-se por referência a metáfora do Panópticon – a prisão descrita por Jeremy Bentham como a melhor arquitetura para vigiar e punir (à época da Revolução Francesa, lidar com "rebeldes" tornava-se, cada vez mais, uma necessidade). Foucault retoma a construção de Bentham para sugerir "um modelo implícito do poder: uma disseminação de micro poderes, uma rede de aparelhos dispersos, sem aparelho único, sem foco nem centro, e uma coordenação transversal de instituições e de tecnologias" (FOUCAULT, 2005). Busca, assim, vislumbrar os mecanismos de poder que extrapolam a esfera estatal, exercendo vigilância integral sobre os indivíduos uma rede, na qual cada indivíduo veicula poder, em certa medida, ao vigiar (e reprimir) o outro. Mesmo a visão de indivíduo assume certa peculiaridade, uma vez que este, com suas características, sua identidade, fixado a si mesmo, é "o produto de uma relação de poder que se exerce sobre corpos, multiplicidade, movimentos, desejos, forças" (FOUCAULT, 2005, p. 92). A vigilância integral baseia-se, então, na idéia de indivíduos como produtos do poder e, ao mesmo tempo, veículos de dominação. Considerando esta premissa, podemos considerar as relações monetárias discutidas até então como um dos mecanismos de poder do modelo foucaultiano, de importância crescente desde a política de Nixon.

A arquitetura do Panópticon rompe com o conceito arcaico de cárcere, em que o carcereiro vigia os prisioneiros. Ela preceitua a difusão da disciplina: no Panópticon, os prisioneiros não vêem seu capataz, embora exista a ameaça de que ele está sempre presente. Nessa construção ideal, os vigias ficam em uma torre central que projeta uma forte luz contra uma construção periférica em formato de

anel. Na periferia, celas individualizadas, sem paredes na frente ou atrás, permitem a total passagem da luz, sem produzir sombras. Os prisioneiros não podem se esconder. Aí está o segredo. Sem uso de força ou violência, a total visibilidade torna-se uma armadilha. O indivíduo não vê suas celas, mas não pode se esconder da sociedade disciplinadora. Ele pressente a vigilância durante todo o tempo e, para evitar punições, age de acordo com as normas gerais.

Na sociedade disciplinar capitalista, a individualização é descendente: "à medida que o poder se torna mais anônimo e mais funcional, aqueles sobre os quais se exerce tendem a ser mais fortemente individualizados" (p. 171). Nas sociedades em que prevalece o mando (em que o feudalismo é apenas um exemplo), esta individualização era ascendente – quanto mais privilégios, status e títulos, maior a individualização. Assim, o capitalismo baseou o surgimento de um sistema disciplinar que privilegia "o cálculo das aberturas, dos cheios e dos vazios, das passagens e das transparências" (p. 155). As brechas do sistema – tão comum ao diplomático de inserção na economia mundial – são instrumentos de manutenção da disciplina, controlados em sua extensão e abrangência. Este fenômeno é recente e contribui para diferenciar o capitalismo de modos de produção anteriores, quanto às conseqüências decorrentes das relações de produção.

Uma análise mais criteriosa implica compreender o capital – e suas determinações – como articulador dessas brechas. Isso porque ele se torna sujeito autônomo das relações, a partir do instante que "subsume e modifica, segundo suas próprias determinações, suas determinações anteriores" (POSSAS, 1989). O capital, entendido como valor em processo permanente de ampliação de sua lógica imanente, autonomiza-se frente às relações sociais que o determinaram, e se converte em sujeito autônomo, com intuito de "tornar-se o todo da relação", cuja

"dinâmica aparece como propriedade imanente e natural do substrato material desta relação, agora dotada de vida própria [...] e se propulsiona através da dominação e absorção do trabalho vivo reduzido a atividade formadora de valor" (POSSAS, 1989, p.18). Neste processo, a exteriorização desse processo em fenômenos concretos da sociedade capitalista — especialmente, a formação da taxa de lucros e o desdobramento da mais-valia em lucro, juro e renda — depende da mediação de normas intrínsecas ao capital. Dentre estas, o autor destaca a concorrência - "lógica de enfrentamento dos capitais no espaço econômico em que se dá a valorização" (POSSAS, 1989, p. 23) -, elemento central, embora não suficiente, para explicar a dinâmica capitalista. Ao incitar a disputa por brechas, a lógica concorrencial explica e ordena o aparente caos da disputa inter-capitalista, além de reforçar a influência normativa do capital sobre as relações sociais.

O professor Carlos Brandão, em sua obra Território e Desenvolvimento: múltiplas escalas entre o local e o global (2007), destaca a concorrência como elemento relevante dos processos de integração, uma vez que impõe seletividade ao movimento de capitais. Então, a divisão social do trabalho ganha relevância, para explicar a dinâmica de concentração espacial e a criação de pólos de acumulação. Em suas palavras:

[A integração] recondiciona as economias aderentes, forçando-as à convergência e à reacomodação das estruturas produtivas regionais. Quando se acelera o processo interativo, acirra-se a concorrência inter-regional. Os mercados regionais passam a ser expostos à pluralidade das formas superiores de capitais forâneos. Na esteira da incorporação, multiplicam-se as interdependencias e as complementaridades regionais, que podem acarretar o aumento tanto das potencialidades quanto das vulneralibilidades regionais. (BRANDÃO, 2007, p. 76).

Esse processo, entretanto, caracteriza-se pela busca de renda monopolista, o que engendra instabilidades em âmbitos diversos – econômico,

político, social -, e submete o espaço à lógica da acumulação. Se o processo integrativo visa à "geração de maior profundidade e extensão na acumulação de capital", a concorrência é responsável por impor tais exigências a todo e qualquer capitalista, obrigando-o à acumulação progressiva. Nesse processo, "as frações do capital, em sua luta por reprodução, criam anteparos para lhes reservar espaços privilegiados para a acumulação." (BRANDÃO, 2007, p. 77). Essa disputa enseja ordenamentos diversos para regular agentes e instituições, nos quais a dinâmica de poder passa a permear todo o tecido social.

Esse ordenamento subjaz às idéias de Foucault, muito embora o autor não aponte o capital como agente do poder disciplinar. Ao contrário, surge um poder difuso e anônimo. Trata-se do poder que produz. Nas palavras do autor:

O poder disciplinar, graças a ela [a vigilância hierarquizada], tornase um sistema integrado, ligado do interior à economia e aos dispositivo onde é exercido. Organiza-se, assim, como um *poder múltiplo, automático e anônimo*; pois, se é verdade que a vigilância repousa sobre os indivíduos, seu funcionamento é de uma rede de relações de alto a baixo, mas também até certo ponto de baixo para cima e lateralmente; essa rede sustenta o conjunto, e o perpassa de efeitos de poder que se apóiam uns sobre os outros: fiscais perpetuamente fiscalizados. O poder na vigilância hierarquizada das disciplinas não se detém como uma coisa, não se transfere como uma propriedade; funciona como uma máquina. E se é verdade que sua organização piramidal lhe dá um "chefe", é o aparelho inteiro que produz "poder" e distribui os indivíduos nesse campo permanente e contínuo. (FOUCAULT, 1979, p. 158).

Foucault baseia-se no triangulo "poder, direito e verdade" (1979, p. 179). Para que o poder exista, requer a produção, a acumulação, a circulação e o funcionamento do discurso, mecanismo produtor da verdade, ou seja, responsável por fixar "os limites de direito do poder". Foucault, entretanto, relativiza e afirma que os indivíduos, os grupos e as classes não são detentoras do poder, mas apenas transmissores de algo que só pode ocorrer em rede, como um "espírito" que perpassa a sociedade, conduzindo seu comportamento. Discordamos dessa visão,

baseados na simples premissa de que o "discurso" reproduz uma "verdade" que atende a interesses políticos, sobretudo nas relações de produção. O próprio Foucault ressalta, no livro "Vigiar e Punir" (2007), que as revoluções burguesas, além de trazerem as "Luzes" foram também responsáveis pelas disciplinas, um "contra-direito" que inibe as reciprocidades e evidencia as hierarquias. Essas mesmas revoluções burguesas do século XVIII ensejaram a teoria da soberania — fundada no direito sobre a terra e seus produtos - e o poder disciplinar — que incide sobre os corpos e os atos. Apesar de díspares, a teoria da soberania e o poder disciplinar complementam-se de forma tão poderosa que, segundo Foucault, o aperfeiçoamento do poder disciplinar pela burguesia foi o "instrumento fundamental para construção do capitalismo industrial e do tipo de sociedade que lhe é correspondente" (1979, p. 188). A análise dos três elementos do triangulo corrobora para identificar os fatores que condicionam a conduta de agentes na política internacional contemporânea.

Analisar o direito, elemento do triangulo que delimita formalmente o poder (FOUCAULT, 2005, p. 100), pressupõe entender instituições legalistas que limitam a ação. No campo da política internacional, é notório observar o desenvolvimento do direito internacional e das organizações internacionais — universais e regionais -, sobretudo após o declínio da hegemonia européia e a ascensão estadunidense. Soraya Nour (2004) observa como a *Pax Americana* pauta-se na paz pelo direito, em estilo bem semelhante ao apregoado pela Paz Perpétua kantiana. Os famosos 14 pontos expostos pelo então presidente estadunidense Woodrow Wilson sintetizam as diretrizes dessa nova era, com fortalecimento do direito internacional. O direito emanado pelas organizações internacionais — veículos do interesse coletivo da comunidade internacional — seria responsável pela manutenção da paz, ainda

que estas atuem de maneira subsidiária à teoria da soberania. O expansionismo nacionalista e o bipolarismo impediram que tal ordem se conformasse plenamente até o final da Guerra Fria.

Com seu término, a ação de organizações internacionais tornou-se muito mais efetiva, sob o discurso do multilateralismo. Multiplicaram-se as conferências das Nações Unidas, as missões de paz e o número de organizações regionais – acordos de cooperação, processos de integração -, sob o pretexto da preservação da paz e da segurança internacionais. Entretanto, conforme observa Nour (2004), o processualismo jurídico implica visão legalista das relações internacionais, ocultando as desigualdades de informação e força entre países. Não aderir a tais normas implica marginalização; não cumpri-las implica sanção. Resta às autoridades disputar as brechas. Eis o panópticon revisitado.

Quanto ao elemento "verdade", cabe recorrer, mais uma vez a Wallerstein. No livro "Universalismo Europeu" (WALLERSTEIN, 2007), o autor recupera a necessidade de discursos universalizantes para legitimar a política externa de potências como a Europa Ocidental e os Estados Unidos, a seu tempo. O discurso democratizante, o contraste entre defesa dos direitos humanos e soberania – favorecendo a "ingerência humanitária" -, a busca por fazer valer os "valores ocidentais" ante os "orientais", e o discurso da inevitabilidade dos mercados após a crise do socialismo são exemplos analisados pelo autor. Entretanto, muito além desses conceitos, desenvolve-se uma "racionalização técnica" que instrumentaliza ideologias (IANNI, 1979). Universalizar determinada corrente do ramo das ciências econômicas, por exemplo, é para Octavio lanni, uma das formas de "manter o curso" dos Estados e demais atores sociais. Fugir a tais dogmas implica marginalização; descumpri-los implica punição. Eis, mais uma vez, o panópticon revisitado.

Os Estados Unidos desempenham papel central na conformação dessas normas e regras da política internacional. O "novo imperialismo", segundo David Harvey (2003), decorre da capacidade estadunidense de utilizar seu controle potencial sobre o dólar como instrumento de dominação. A moeda atua como articuladora da ação de bancos, fundos e multinacionais, em adição às tradicionais práticas imperialistas — guerras e expansão de firmas para regiões com matéria-prima abundante e baixos salários. O controle sobre a moeda — elo na rede de poder — confere ao governo estadunidense relevância sobre o terceiro elemento do triangulo de Foucault: o poder.

Harvey (2003) afirma que o imperialismo possui uma lógica capitalista e uma lógica territorial. A primeira deve ser entendida sem buscar "ordenações espaço-temporais", ao contrário da segunda. O movimento ocorre em função da taxa de retorno de investimentos ou aplicações financeiras. Neste caso, a competição entre os espaços por fornecer maiores retornos é o cerne dessa lógica. Na lógica territorial, o principal agente é o Estado, que exerce poder de império em dado território. Enquanto agente administrativo, inserido na dinâmica de classes, o Estado capitalista favorece a acumulação privada, buscando capturar essa dinâmica por meio de tributos.

Ao circular no espaço e no tempo, o capital cria sua própria geografia histórica peculiar. Nas palavras de Harvey:

Os processos moleculares de acumulação do capital podem criar, e efetivamente criam, suas próprias redes e estruturas de operação no espaço de inúmeras maneiras, incluindo o parentesco, as diásporas, os vínculos de religiosos e étnicos e os códigos lingüísticos como formas de produzir intricadas redes espaciais de atividades capitalistas independentes das estruturas do poder do Estado. (HARVEY, 2003, p.80)

Quando o Estado assume condutas que contrariam interesses particulares, essas redes assumem formas perversas e ilegais, como máfias, cartéis de drogas e assim por diante. Além disso, o Estado teve papel-chave na acumulação primitiva, não apenas institucional, mas como meio de privatizar ativos como a base original da acumulação do capital (desde a expropriação dos bens da Igreja ou absorção das terras comuns inglesas). Ainda hoje, o Estado é o agente fundamental da dinâmica do capitalismo global, enquanto arcabouço institucional.

O desenvolvimento capitalista, segundo Harvey (2005), é desigual por excelência, prevalecendo o que denomina de "acumulação por despossessão". Todas as sociedades geram excedentes, mas a forma como este é apropriado depende de fatores políticos e disputas entre classes. No modo de produção capitalista, a burguesia detém a supremacia no processo de apropriação do excedente, muito embora isso se deva a processo histórico, caracterizado por pilhagens e "despossessões". A fim de obter maior valor de uso do que aquele necessário às necessidades imediatas (excedente), observa-se que os comerciantes adquiriam, por meios pacíficos ou violentos, bens de outras localidades, a preços mais baixos, e concentravam-nos na Europa, vendendo-os a preços mais altos.

Brandão (2007) busca avançar na hierarquização dos determinantes que conformam e moldam a dimensão espacial do processo de desenvolvimento capitalista. Propõe que a divisão social do trabalho seja a categoria explicativa básica da dimensão espacial do desenvolvimento, "posto que permeia todos os seus processos, em todas as escalas" (BRANDÃO, 2007, p. 69). A partir dessa categoria, torna-se possível pensar as mediações entre a estrutura sócioprodutiva interna e sua posição em uma relação hierárquica superior.

Brandão (2007) trabalha com quatro elementos – a saber, homogeneização, integração, polarização e hegemonia -, a fim de compreender a dimensão espacial dos processos econômicos e sociais. Posicionados em diferentes âmbitos de análise, estes elementos decorrem de inúmeros mediações, ainda por serem construídas, segundo o autor. Para este trabalho, o elemento integração é central.

### Para Brandão,

Os espaços abertos pela homogeneização sofrem ação seletiva, por parte da dinâmica concorrencial. A partir de então, e de maneira coercitiva, a concorrência caracteriza a integração. Isso leva o autor ao conceito de integração como "um processo de enfrentamento, em um ambiente nada idílico, determinada que é, em última instância, pela concorrência, necessariamente marcada por rupturas, transformações, conquistas e tentativas de preservação de espaços e ampliação de horizontes renovados para a reprodução ampliada do capital. (BRANDÃO, 2007, p. 76)

Neste processo, no dizer de Harvey, está presente a "canibalização capitalista", corolário da despossessão. Os fatores de produção são apropriados pelo capital – industrial ou financeiro -, o que aumenta oportunidades de apropriação de ativos de terceiros (como fazendeiros e industriais), bem como de configurações territoriais (cidade, região, países). Capitalistas competem para adquirir ou destruir ativos dos rivais, seja por vias comerciais ou manobras geopolíticas. A desvalorização enseja "crises", nas quais são criadas oportunidades para adquirir tais ativos por preços mais módicos, aumentando os ganhos futuros do capitalista. O controle financeiro sobre dívidas é a principal forma moderna de impor a desvalorização do capital aos lugares, e essa desvalorização é, ao invés de crise sistêmica, oportunidade de maximização.

Ainda consoante Harvey, o Estado busca promover e capturar a dinâmica territorial, fonte de seu próprio poder, mediante ações e políticas, notadamente infra-

estrutura física. Investimentos em capital fixo somam-se à dinâmica espacial, coadunando fixo e móvel, contribuindo para a regionalização. Para o autor, a integração política supranacional e subnacional são necessidades nesse processo, ainda que dependam do movimento econômico sobre o espaço, como forma de apreensão pelo Estado desse processo. Em suma, na face interna, o Estado busca controlar os movimentos de acumulação (inclusive do capital financeiro); na face externa, o Estado enfatiza as assimetrias das trocas espaciais e tenta manipular as cartas do controle monopolista com a maior força possível. Recorre necessariamente a lutas geopolíticas e, quando pode, a práticas imperialistas.

Essa perspectiva de "captura" da dinâmica capitalista pelo Estado adeqüase à proposta de desenvolvimento regional no Cone Sul, mediante coordenação e harmonização das políticas públicas dos Estados-membros do Mercosul. A questão da apreensão do espaço regional pelos Estados é central para discutir as possibilidades de contrabalancear as leis de movimento do capital (POSSAS, 1989).

Um dos fatores determinantes é o estrangulamento fiscal dos Estados de países em desenvolvimento, notadamente na América do Sul. A questão da dívida assume aspecto central, ao limitar a capacidade de investir em infra-estrutura física e social. Se esses investimentos são requisitos, para Harvey, da autonomia do Estado ante a lógica capitalista de poder, a restrição a tais investimentos constitui restrição à autonomia do próprio Estado. Recentemente, a indústria armamentista estadunidense fez o governo emprestar dinheiro para a Polônia, para que este, por razões de "segurança", comprasse armamentos de origem americana. O crédito, assim, põe em marcha um processo que visa aliviar a sobreacumulação nos países centrais, mas ao custo de, por vezes, solapar o desenvolvimento capitalista,

notadamente nos países pobres ou endividados, como a Rússia, o Paraguai, o Uruguai, a Argentina e o Brasil.

# 3. INTEGRAÇÃO REGIONAL

# 3.1 SOBRE O CONCEITO DE INTEGRAÇÃO

O imperialista, com os olhos duros e lúcidos, contempla a multidão dos povos e vê, olhando para todos eles, a sua própria nação.

Rudolf Hilferding, O capital financeiro

Assim como o conceito "poder", o termo integração é utilizado em diferentes escolas das Ciências Sociais, ainda que com distintos significados. Costuma-se dizer que indivíduos, grupos, classes, Estados, regiões são objetos de processos de integração, durante algum espaço de tempo. Na sociologia, o termo é central na análise durkheimiana de suicídio, bem como se refere à inserção de indivíduos marginalizados – imigrantes, desempregados, loucos – à sociedade. A noção de integração nesses casos opõe-se à anomia, à segregação, à marginalização, à dissidência, à alienação, à incoerência e à exclusão. Integrar-se implica, desde então, inserir-se profundamente em algo maior.

Regionalismos, identidades regionais e/ou regiões são ou foram abordados tanto pela Ciência Política (desde o legado de Gramsci e a questão

meridional italiana como questão regional), pela Economia regional (como nos trabalhos de Perroux, Boudeville, Richardson e Isnard), pela Sociologia (vide trabalhos de Pierre Bourdieu e Anthony Giddens), pela Antropologia e pela História regional. Haesbaert (1999) afirma, contudo, ser este um conceito caro à Geografia, muito em função de sua contribuição para analisar diferentes fenômenos sociais, ocorridos em diferentes escalas, responsáveis pela produção desigual do espaço. A "diferença das áreas" é tratada em perspectivas diversas desde a geografia clássica (La Blache, Hartshorne e Sauer), passando pela contribuição de Raffestin (1980), que confere ao conceito uma dimensão social, a fim de distinguí-lo de paisagem — conceito simbólico-cultural. Segundo Bourdieu (1986), essa disputa pela integração como objeto de estudo é, de fato, uma disputa por poder, por afirmação de cada ciência social. Assim, cabe a nós, pesquisadores, considerar os diferentes aspectos envolvidos no conceito, a fim de formular compreensão mais abrangente possível do fenômeno "integração".

A análise da incorporação de indivíduos e grupos marginalizados à *idéia* apresenta vertentes distintas. Durkheim aponta o caráter culturalista da integração, ressaltando os traços culturais no conjunto societal. Para ele, (e depois Radcliff Brown, sob a lógica da solidariedade social) os símbolos atuam como instrumentos da "integração social". Rituais contribuem para alcançar o *consenso* acerca do sentido do mundo social e da reprodução da ordem social, em que "a integração lógica é a condição da integração moral" (DURKHEIM, 1897, p.10).

Ao perceber que a aculturação ou assimilação dos excluídos pelo tecido social não se dava de maneira unívoca ou retilínea, Schnapper (2007) afirma que os sociólogos dividiram-se e passaram a considerar não apenas a "integração cultural", mas a "integração estrutural", "assimilação cultural" ou "integração social", ao

considerar a pertinência de outros aspectos não suscitados por Durkheim. Cria-se, então, a diferenciação entre os conceitos de integração e regulação: no primeiro, os indivíduos são absorvidos pela sociedade, a partir das normas sociais; no segundo, os indivíduos são regulados pela sociedade, embora possam participar coletivamente da elaboração das normas sociais (SCHNAPPER, 2007). Em ambos, porém, está presente a interrogação sobre a adequação do indivíduo à sociedade e da sociedade ao seu conjunto.

Entretanto, se consideramos a divisão da sociedade em classes, percebemos a relação entre integração e poder. "Integração", então, assume caráter pejorativo, uma vez trata de submeter e subjugar pessoas a normas sociais características dá classe dominante (BOURDIEU, 1986). Tal cooptação baseia-se na busca por *identidade*, processo também marcado por lutas de dominação, na qual ritos, valores e crenças típicas de determinada classe exercem particular influência ideológica sobre outras classes. Questiona-se a vocação inclusiva do termo, típica do discurso democrático, para se colocar em evidencia o caráter cooptativo e, por vezes, coercitivo da dinâmica integracionista.

Bourdieu observa outra perspectiva analítica para o termo "poder" - de legitimação da subordinação -, a partir da valorização dos aspectos culturais,. Para ele, "a cultura que une é também a cultura que separa e que legitima as distinções, compelindo todas as culturas (designadas como subculturas) a definirem-se pela sua distância em relação à cultura dominante" (BOURDIEU, 1986, p.11). Trata-se da "violência simbólica" ou, segundo Weber, a "domesticação dos dominados", em processo de assimilação pela aculturação. Embora o conceito de regulação possibilite brechas à participação dos dominados na elaboração de tais normas, percebe-se, de imediato, as limitações desse modelo, uma vez considerados

interesses e a histórica indisposição das classes dominantes em abdicar voluntariamente de privilégios e posses.

Ao não questionar interesses radicais, o discurso integracionista representado por Schnapper (2007) incorpora o conceito de multiculturalismo. Ao dividir as classes em grupos (gênero, aparência, origem, opção sexual...), abrem-se espaços para participação coletiva. Nesse caso, qualquer forma de diferenciação torna-se forma de discriminação e, portanto, espaço político. Schnapper discorda da posição durkheimiana de que a integração deve abarcar tudo aquilo que não é, no intuito de adequar o outro a um ponto de referência cultural e normativo. Defende que as políticas de integração devem considerar o multiculturalismo, única forma de contemplar interesses de diferentes grupos. Está presente nessa tese o conceito de "tolerância", banalizado e muito próximo ao conceito de indiferença, que preceitua a harmonia dentro das normas sociais pré-estabelecidas.

Isso fica muito claro no discurso de Marcel Mauss:

[o termo integração] faz ver que a organização entre os segmentos sociais, assim como a organização interna de seus segmentos, mais a organização geral dos segmentos entre si, constitui a via geral de organização da sociedade (...). A questão da harmonia normal de sexos, idades, gerações e diferentes grupos (clãs, castas, classes, confrarias, etc.), da harmonia interior a cada um e o produto das harmonias diversas engendra a harmonia geral e a moral normal da sociedade. (MAUSS apud SCHNAPPER, 2007, p. 207)

Em nosso entender, o pensamento clássico francês substitui a análise das classes pela de grupos, responsáveis por reivindicar direitos e privilégios dentro de escopo previamente reduzido, sem questionamentos ontológicos ou propostas alternativas à integração. Nesse caso, ao substituir o termo aculturação por alienação, percebe-se a afirmação dos grupos mediante a negação do pertencimento às classes. Ao negar a existência de classes, nega-se a centralidade

do trabalho no modo de produção capitalista. Por isso, julgamos limitada a análise da sociologia clássica francesa, uma vez que não considera a antítese da integração e privilegia um mosaico fluido de valores, crenças, hábitos e traços culturais.

Discordamos da noção de harmonia geral via integração, típica à sociologia francesa, uma vez considerada possibilidade de surgirem forças contrárias aos princípios que regem a integração. É preferível analisar os processos de integração dialeticamente, uma vez que eles criam sua antítese. Movimentos de resistência a processos de integração surgem negando seus princípios, suas normas e suas regras. Neste caso, instaura-se a contradição. Marx aponta esse processo ao analisar os aspectos progressistas da colonização, se esta for capaz de ensejar a formação de proletariado — condicional pouco lembrada por aqueles que acusam o autor de defensor das atrocidades colonialistas. Neste caso, a proletarização - produto da integração das economias de subsistência e escravocratas ao modo de produção capitalista — potencializa a negação do modo de produção em sua essência.

O espaço geográfico - mais especificamente, a região - também é objeto de análise dialética. O materialismo-histórico contribui para interpretar a região como um conceito dialético, uma vez que a síntese seria antecedida de uma base teórica que passa a considerar a especificidade regional como resultado "da interconexão de diferentes escalas, não necessariamente processos em processos complementares, sem dúvida frequentemente antagônicos". (GILBERT, 1988:220). Contudo, nem todo recorte coerente do espaço geográfico é uma região - apenas aqueles que se referem a processos específicos como os movimentos regionalistas e as identidades regionais. Os processos responsáveis pela formação de regiões acabam interligando o político, o econômico e o cultural, criando especificidades regionais articuladas à dinâmica global. Entretanto, no que pese a diversidade de terminologias — globalismo, mundialismo - e dicotomias — local/ global -, ao considerar a peculiaridade do modo de produção capitalista, chega-se à conclusão de não existe "local, dotado de pureza", capaz de confrontar o "global, alienígena e malévolo" (HARDT e NEGRI *apud* MUNCK, 2002). A idéia de contestação perpassa, então, a articulação entre territórios, onde são produzidas e agem as contradições entre classes.

Edward Said (2007), na obra Orientalismo, aborda práticas imperialistas de potências ocidentais, notadamente Inglaterra, França e Estados Unidos, na tentativa de submeter o Oriente aos valores ocidentais – e *integrá-lo* à *modernidade*. Ao construir uma imagem estática, pejorativa e deturpada do Oriente – que pode ser traduzido por tudo aquilo que não é Ocidental, a saber: povos do Oriente Médio, Extremo Oriente, África e América Latina -, justificaram-se práticas colonizadoras. Said mostra como a construção dessa representação social sobre o outro é conveniente aos interesses hegemônicos, à medida que barganha legitimação do povo a respeito de ações ofensivas a outras culturas. A ideologia da Guerra Fria, da globalização e do terrorismo são exemplos recentes que balizaram ofensivas militares, culturais, econômicas e políticas sobre outros territórios.

Essas considerações permitem articular o conceito dualista de região – criador de especificidades, mas dotado de traços cosmopolitas – e integração. A intensificação das transações comerciais e, sobretudo, a crescente internacionalização da produção engendram a diversidade, como forma de possibilitar novos nichos de mercado, mediante a "diversificação do consumo". A retórica globalista sobre padronização do consumo global, embora não seja falsa, não contempla a necessidade de manutenção de "renda monopolista" (HARVEY,

1982), e a diferenciação dos espaços como forma de aumentar o retorno sobre ativos. A articulação de territórios à dinâmica capitalista – a "produção capitalista do espaço" (HARVEY, 1982) –, em busca de maior possibilidades de acumulação e de facilidades à distribuição, torna-se a tônica do movimento, seja na esfera do capital industrial ou financeiro.

## Brandão (2007) destaca, também, o caráter político do regionalismo:

O regionalismo nada mais é que a expressão política desses grupos, que buscam construir sua identidade no recorte territorial, mobilizando-se para o enfrentamento com outras unidades e escalas espaciais no Estado. A coesão é criada simbolicamente, com a elite local articulando o discurso 'em prol dos interesses legítimos da região'. Os donos do poder local instrumentalizam-se contra os valores universais e reacendem toda sorte de particularismos. (BRANDÃO, 2007, p. 54).

A integração reafirma o fosso de desenvolvimento das forças produtivas entre as regiões, explicitando uma "questão regional". Ao evidenciar os descompassos e as assimetrias da dinâmica de transformação nos espaços regionais, a criação de um "mercado interno" expõe os "desequilíbrios" regionais" a forças desintegradoras, capaz de criar "uma densidade social para a reivindicação de políticas compensatórias". Para Brandão (2007), resta, tão-somente, "integrar-se complementarmente à economia do pólo dinâmico da acumulação, submetendo-se e enquadrando-se a uma hierarquia comandada por aquele centro do processo de decisões atinentes à acumulação de capital".

O local como espaço privilegiado da heterogeneização exerce o papel de reverter a tendência à queda dos lucros em escala global, ainda que mantenha especificidades culturais. Não que a submissão da local ao global seja total – prova disso é a resistência de alguns movimentos sociais -, mas, como descreveram Wallerstein, Luxemburg, Trótski e Marx, o movimento do capital em escala mundial

busca impôr-se a modos de produção alternativos, de modo que estes também devem ser internacionais em essência. A ação expansionista no modo de produção capitalista envolve desde redes informacionais e financeiras até grupos clandestinos, envolvidos com tráfico de mercadorias ilegais (drogas, biodiversidade, pessoas).

Ao tentar sintetizar a idéia de integração, podemos afirmar que integração é, primeiramente, uma relação de poder que envolve captura, cooptação ou enquadramento de classes a determinadas normas sociais, estimulando sentimento de pertencimento, de caráter duradouro.

## 3.2 INTEGRAÇÃO REGIONAL E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

"A expansão dos mercados, a mesma que exige a destruição cultural, depende da redução dos espaços críticos. A globalização passa incólume. Ela acontece muito menos como resultante de conflitos, ou seja, acontece muito menos pelo tratamento organizado, justo e transparente dos conflitos entre diversos interesses, e acontece muito mais pela adesão [...]. Enfim, caminha pela traiçoeira estrada da unanimidade". (Eugênio Bucci, 1996)

O termo integração econômica regional aproxima-se do polissêmico globalização, à medida que se refere à noção de completude, ou ainda, "unir-se, formando um todo harmonioso; completar-se" (HOUAISS, 2004). Entendidos como fenômenos, emergem em momentos distintos: a integração regional deflue de bases empíricas (uniões aduaneiras do século XIX, União Européia, Mercosul, etc.), enquanto a globalização é apontada como fenômeno acentuado a partir do desenvolvimento de novas tecnologias de informação e transporte, bem como do incremento dos fluxos de capitais, entre as décadas de 1960 e 1970 (IANNI, 1974). Vieira (2004) afirma que a integração regional conserva, ainda, forte caráter regional – em sentido geográfico -, ao passo que globalização define-se pela tendência

mundializante. Representam, portanto, fenômenos distintos: regionalismo relacionase a "um impulso seletivo e local, privilegiando afinidades históricas, econômicas e culturais", ao passo que globalismo se caracteriza "por um impulso transnacional e cosmopolita".

Como vimos, essa distinção limita a análise de classes sociais. A distinção local/ global, regional/ global mascara as relações de produção e seus efeitos, articulados em escalas local e global. Essa premissa desconstrói a interpretação do regional como revalorização do singular e da diferença, bem como da "regionalização" como contraponto à globalização, via criação de grandes uniões comerciais (HAESBAERT, 1999). Tais interpretações desconsideram o aprofundamento da divisão internacional do trabalho, decorrente da crescente articulação desses territórios à dinâmica capitalista.

A criação de novas formas de acumulação, em paralelo à crescente financeirização dos ativos, engendra novas formas de regulação. A integração econômica regional torna-se, então, instrumento de capaz de criar espaços privilegiados para o capital, mediante articulação entre Estados nacionais. Disputar espaços na cena mundial por meio de estratégias fundadas na reprodução do capital é disputar brechas – que, conforme o panoptismo, limita mudanças mais profundas *a priori* na hierarquia de poder.

Em relações internacionais, o conceito de integração assume objetivos bem definidos. Integrar-se ao sistema internacional associa-se à participação efetiva nas trocas comerciais e nos fluxos de capitais, entendidos como instrumentos de barganha econômica e política. Se o capital é internacional em sua essência, a destruição das barreiras à acumulação é requisito para integrar diferentes espaços.

A partir do momento em que a apropriação privada tornou-se legítima, a diminuição das distâncias e do tempo foi almejada pelos capitalistas e executada pelos mercadores, segundo a lógica da "acumulação por despossessão" (HARVEY, 2005). Tal articulação de interesses econômicos à barganha política — considere-se a limitação territorial da atuação estatal -, tornou-se lugar comum observar a relação entre integrar-se ao capitalismo internacional e desenvolvimento capitalista.

A literatura gerencialista avalia a capacidade estatal em lidar com o paradoxo bem-estar – capital, a partir do conceito de governança. As questões de governança referem-se à "relação entre Estado e sociedade e aos modos de coordenação que possibilitam a ação pública" (ROCHE, 2006, p. 93). Para Roche, é justamente a dificuldade do Estado em promover "ações públicas" e sua incapacidade de promover o "interesse geral" que engendram a discussão sobre "boa governança". A crise de governabilidade que se instaura no processo integracionista europeu põe em xeque a integração regional como mecanismo de governança. Na década de 1990, é a vez do debate globalismo - regionalismo colocar em questão eficácia dos Estados nacionais - o que sustentou a tese de "falência do Estado". No entender do autor, isso decorre da: 1) incapacidade de implementar a regulamentação existente; 2) recusa de alguns grupos em reconhecer a legitimidade da burocracia estatal;3) má utilização dos meios necessários para alcançar os fins desejados. e; 4) inadaptação crescente de instrumentos clássicos de intervenção (problema de governabilidade). A proposta de integração regional busca dar conta dos "novos déficits da interdependência", mediante articulação entre Estados-nações. O autor, contudo, não deixa claro quais os motivos dessas dificuldades encontradas pelos Estados. Por limitação de tempo e escopo, essas questões não são objeto de análise deste estudo, embora sejam de suma relevância

para compreender políticas públicas, para além do âmbito gerencialista. Cabe a este trabalho, no entanto, destacar que essa matriz teórica atribui ao Estado o papel de articulador das diversas iniciativas de cooperação e integração – papel que o torna central nas teorias neoclássicas sobre processos de integração regional, pautadas, sobretudo, no exemplo europeu.

Roche (2006), destaca o contratualismo, o funcionalismo, o neofuncionalismo, o federalismo participativo e o intergovernamentalismo como "principais correntes teóricas" referentes à temática integração regional. Uma breve análise de seu conteúdo, porém, nos revela a perspectiva estado-cêntrica que, ainda hoje, respalda a maior parte dos estudos nessa área.

A tradição contratualista funda-se no trabalho de Hugo Grotius, jurista que viveu no século XVII, e, hoje, é referencia em termos de cooperação e integração. Sua obra, *De jure belli ac pacis* (1625), fundamenta-se na noção de Estado contratualista, necessário para romper com o estado de natureza hobbesiano. Para Grotius, o poder do soberano não era absoluto, estando restrito às normas do Direito natural. No plano externo, o soberano deve respeito ao Direito das Gentes (origem do Direito Internacional). Em uma sociedade de Estados, apenas o respeito às normas livremente acordadas traria ordem em escala mundial.

A tradição funcionalista, de origem mais recente, visa conciliar interesses estatais. Cara aos "homens de Estado", caracteriza-se pelo alto grau de pragmatismo e empiricismo. Inspira-se na atuação de Konrad Adenauer e Robert Schuman, quando da articulação da Comunidade Européia, em 1957. Substituindo os termos "interesse" e "segurança" por "paz", "bem-estar" e "participação", a

atuação das organizações internacionais funcionais assume caráter humanistapacifista, que orientou o discurso de conformação da *unidade européia*.

Associar a idéia de integração à perspectiva de paz social – tal como fez Keynes, em "As conseqüências econômicas da paz" (2002) -, minimiza a imanência da concorrência, as desigualdades intrínsecas ao atual regime de propriedade e a dinâmica do poder em escala internacional. Keynes (2002) propôs uma zona de livre comércio, criada sob coordenação da Liga das Nações, capaz de colocar termo às disputas pelo poder europeu. No centro desta zona, estaria a Alemanha, principal potência: a liberalização comercial seria responsável por dar conta dos ideais expansionistas deste país, agregando regiões mais pobres – à época, países como a Áustria-Hungria e a Polônia – a um acordo responsável por ampliar as fronteiras européias e conter as intenções imperialistas. A ampliação do arranjo, com a incorporação da França, Itália e Grã-Bretanha, completaria o modelo. Neste caso, a articulação das principais potências seria benéfica ao conjunto<sup>3</sup>.

A tradição neofuncionalista visa ampliar a idéia de Estado supranacional, com atuação subsidiaria ao Estado-nacional. Reforça a tese funcionalista de que interesses compartilhados são o melhor cimento para a cooperação – tese liberal, originada no século XIX, que visava à paz pelo comércio. Entretanto, os neofuncionalista ressaltam a importância de uma autoridade política capaz de dar

\_

<sup>&</sup>lt;sup>3</sup> Propostas como esta perpassam construções como o ultra-imperialismo kautskiano, o federalismo kantiano e o funcionalismo liberal de obtenção da paz pela cooperação. A nosso ver, elas minimizam o poder da concorrência, ao passo que reforçam o poder das instituições sociais. Recuperar a importância da dinâmica concorrencial implica questionar tais construções e, a partir de então, pôr em xeque o marco teórico desenvolvido sobre processos de integração regional. Ao inserir o Mercosul na teia de poder mundial, percebe-se quanto a reprodução do modelo de cooperação liberal incita a concorrência no plano regional, uma vez que acordos de cooperação visam aumentar a previsibilidade e a segurança empresarial. Sancionando o gasto empresarial – e a expansão do capital – está o capital financeiro, um dos principais eixos de acumulação da atual fase do capitalismo. Estimular a expansão do capital financeiro na região significa aceitar as instituições criadas para sua reprodução. Uma vez que a concorrência estimula a criação de melhores condições para a reprodução do capital fictício, e que este depende de regiões periféricas, o Mercosul atua como instrumento de continuismo e, ao mesmo tempo, imobilismo.

conta da expansão desses interesses comerciais. Neste esquema, a integração é conduzida pelas elites administrativas, políticas, sindicais e industriais, de acordo com seus interesses. Esses interesses comuns corroboram a tese de que, um vez lançado o processo de integração, ele tende a alargar-se naturalmente ("spill over effect"). Isso denota o caráter técnico da integração. Justamente esse caráter de inevitabilidade, em que a necessidade precede a vontade política, é a principal falha desse pensamento, segundo Roche (2006). A união política seria resultante automática da união econômica, mediante alargamento mecânico das autoridades supranacionais. Tal fato não tem comprovação histórica.

A tese de que a integração regional seria um instrumento de contestação à governança global via instituições mundiais decorre do debate entre neofuncionalistas e o federalismo liberal. Para estes, a integração política, cujo extremo seria a conformação de novo Estado, ensejaria maior autonomia do conjunto, enquanto que, para aqueles, a autonomia restringe-se à organização supranacional, que gere os interesses do conjunto – seus defensores, porém, não abordam a assimetria de poder intra-bloco. A anarquia do sistema internacional, para os neo-funcionalista, impede a conformação de um Estado coeso, capaz de seguir diretrizes pré-definidas pelo conjunto, preferindo aproveitar-se das oportunidades circunstanciais, ainda que estas venham a prejudicar Estadosmembros do próprio acordo. Tal pragmatismo entra em conflito com o chamado idealismo federalista, engendrando o debate em torno das instituições regionais e sua capacidade de atender aos interesses da coletividade deliberadamente.

A teoria crítica não se manteve à margem de tal discussão. Entretanto, não se pode afirmar que houve debate, uma vez que pouco se divulga a respeito dos conceitos formulados por representantes dessa corrente, no que tange a

processos de integração regional. H. Hveem (1970) observa que o sistema internacional não é anárquico, como clamam os neo-funcionalistas. Se analisado em termos de divisão social do trabalho, ele parece, ao contrário, nitidamente ordenado. Tomando as relações de produção como eixo de análise, o autor propõe uma abordagem que contrarie as teses neoclássicas de Karl Deutsch e Ernst Haas.

O autor elenca alguns equívocos da teoria neoclássica. Para ele, o "encapsulamento de domínio", representado pelo foco excessivo nas ações estatais, limita a análise de processos econômicos. Ainda assim, ao propor o estudo de outros eixos de integração, há o que chama de "encapsulamento de escopo": a segregação entre integração cultural, integração econômica, integração social- muito embora seja útil do ponto de vista analítico – dificulta a articulação. Por fim, a difusão de tais teorias restringem os estudos empíricos, constituindo o chamado "encapsulamento teórico". Por isso, na opinião de Hveem (1970), perpetua-se a visão de *mainstream*. Por isso, também, argumentamos que não há o debate necessário para desconstruir estes semi-paradigmas.

Teorias de integração mais abrangentes devem responder: por quê, como e quais as conseqüências (para quem) decorrentes da união de dois ou mais agentes sociais. Hveem (1970)sugere que as contradições as complementaridades entre os atores sejam evidenciadas. Para tanto, faz-se necessário relacionar teorias de integração à política global, mediante recurso à análise multinível (ou seja, do global ao individual) e estabelecimento de relações entre atores de um mesmo nível social (inter-estatal, inter-regional). Muito embora o modelo conserve as dicotomias já suscitada neste trabalho, ele abre caminhos alternativos à análise neoclássica. A ênfase colocada por Hveem nas relações intercapitalistas não considera, contudo, os demais espaços de concorrência que corroboram o capital.

O presente trabalho também enfatiza a análise da concorrência entre capitalistas, em meio ao arcabouço institucional – em muito determinado pelas políticas públicas dos Estados para o Mercosul. É importante frisar, de acordo com Possas (1989), que a concorrência inter-capitalista se baseia nos preços de produção (ou custos de produção) – nos quais o trabalho representa parcela significativa. Portanto, a concorrência entre capitalistas e trabalhadores – gerencialmente descrita no embate entre receitas e custos – é basilar à concorrência entre capitalistas – traduzida na busca por competitividade. Compreender a integração regional a partir desta última termina por limitar-se – ainda que permaneça válida. Essa limitação perpassa, de certa maneira, o presente trabalho e sinaliza outras possibilidades de estudo.

A necessidade de observação dos efeitos dos acordos de integração ensejou outras discussões acerca do relacionamento com os fluxos de mercadorias e capitais, sobretudo de base liberal. Em 1950, Viner (1950) publica trabalho seminal para a discussão acerca da criação e desvio de comércio, a partir de acordos regionais de cooperação. Ao considerar casos de substituição de fornecedores eficientes por outros menos eficientes, favorecidos pelas tarifas externas (desvio de comércio), ou o aumento global das importações intra-blocos, à medida que se reduzem as tarifas entre os Estados-membros (criação de comércio), o autor trabalha os efeitos dos acordos regionais sobre a dinâmica comercial de um conjunto de países. Embora não considerasse as desigualdades nas trocas comerciais, o modelo teve ampla aceitação, tanto que serve de base para o artigo XXIV do tratado constitutivo da Organização Mundial do Comércio (OMC), que

autoriza o desvio de comércio em acordos de integração regional – exceção à cláusula da nação mais favorecida.

Quanto ao fluxo de capitais, há certo consenso de que o arcabouço institucional dos acordos de integração regional atua no sentido de intensificar o fluxo de capitais externos para as regiões, ainda que em diferentes volumes entre eles (AMAL, 2005; BAUMMAN, 2005; HIRST e THOMPSON, 1998; CHESNAIS, 1996). Seja em acordos entre países centrais ou periféricos, os autores observaram tendência a maior influxo de investimentos estrangeiros diretos (IED), atraídos pelo aumento da demanda e pelas possibilidades a uma maior escala de produção. A maior acumulação de capital industrial logo enseja maior volume de transações financeiras, fortalecendo os bancos e facilitando a integração dos mercados nacionais às regulamentações do eixo "Federal Reserve - Wall Street". Percebe-se, logo, que o aparente consenso não se sustenta quando se discutem os benefícios destes capitais externos para o desenvolvimento das regiões receptoras. Como mostra a teoria clássica do imperialismo, o influxo de capital externo, ao desvincularse de interesses locais, enseja relação de dominação e dependência entre empresas e regiões de origem e destino. Isso explica, em grande parcela, diversos dilemas caros ao debate sobre integração regional: a dificuldade em romper com a divisão internacional do trabalho e a manutenção das assimetrias intra-blocos são consequências de um marco de desenvolvimento desigual em sua essência, em que periferia e centro convivem motivadas por lógicas distintas.

3.3 PROCESSOS DE INTEGRAÇÃO REGIONAL NA AMÉRICA LATINA: Antecedentes do Mercosul

São parcas as iniciativas de integração regional na América do Sul, especialmente no Cone Sul. Apesar de variadas tentativas de concertar políticas e ações conjuntas entre Estados, pode-se afirmar que não há tradição integracionista na região, sobretudo no Cone Sul. O primeiro passo para compreender essa sentença é diferenciar o conceito de integração regional e a mera cooperação. Tome-se como exemplo o Pacto ABC, firmado entre Argentina, Brasil e Chile, em 1915, após a morte do Barão do Rio Branco. Para alguns autores (CERVO E BUENO, 2002; RAPOPORT E CERVO, 2002; BANDEIRA, 1995), o Pacto ABC seria o embrião dos processos de integração regional no Cone Sul. Não consideramos totalmente correta esta afirmação, uma vez que processos de integração regional stricto sensu possuem caracteres informais — comuns também a processos de cooperação — e formais — que conferem maior densidade à aproximação, conforme afirma Baumman (2005). Dentre estes aspectos formais, subjaz determinada conformação institucional, que define regras responsáveis por regular a conduta dos Estados coletivamente.

O Pacto do ABC, pensado pelo Barão de Rio Branco, visava conter a corrida armamentista instaurada entre Brasil e Argentina, e entre a Argentina e o Chile. durante a Primeira República. Doratioto (1999), em artigo para a Revista Brasileira de Política Internacional, ressalta o acúmulo de tensões entre Brasil e Argentina, entre 1902 e 1909. As guerras civis envolvendo *blancos* e colorados no Uruguai e no Paraguai contribuíram para este acirramento. Embora Brasil e Argentina tenham-se mantido neutros no conflito uruguaio, essa neutralidade não se repetiu na guerra civil paraguaia, ocorrida pouco antes de terminar o levante

uruguaio. Em ambos, buscava-se retirar o partido colorado do poder, mas, no caso paraguaio, a Argentina mostrou-se conivente aos *blancos*.

O Brasil não tinha condições de manter o *status quo* regional como o fizera à época do Império. A Marinha estava obsoleta e a economia recuperava-se de crises sucessivas. A Argentina, por sua vez, vivia seu apogeu econômico, com a exportação de carne e couro para a Grã-Bretanha. No auge das tensões com o Chile, encontrava-se, também, bem armada. Podia mobilizar soldados, enquanto a Marinha brasileira estava praticamente desarmada, graças à República das Espadas. Nesse instante de desequilíbrio de poder, coube ao Barão de Rio Branco coordenar uma política defensiva, em prol "da ordem e da paz".

As relações brasileiro-argentinas deterioraram-se, a partir de 1908. O saneamento das finanças internas levou o presidente Rodrigo Alves a reorganizar as forças armadas. O Brasil encomendou três *Dreadnouths*, três cruzadores, seis contratorpedeiros, três submarinos e navios auxiliares. Rio Branco preferia um número maior de cruzadores, ao invés dos encouraçados, pois queria igualar a frota à argentina, como medida cautelar. Fato é que esse medida despertou desconfiança entre as autoridades argentinas, iniciando um espécie de Guerra Fria no Cone Sul (DORATIOTO, 1999).

Em eventual confronto com a Argentina, a força da Marinha decidiria o controle de recursos estratégicos, vindos da Europa e da América do Norte. Nessa situação, os portenhos adotaram uma postura defensiva, isolando o contato terrestre entre o Uruguai e Buenos Aires, além do isolamento das províncias das *Misiones*, *Corrientes* e *Entre-Rios*. Ambos armavam-se contra agressões mútuas, levando

implícito o espírito de derrota, e cada nova aquisição era amplamente divulgada na imprensa.

O famoso caso do telegrama número 9 caracteriza o ápice dessa disputa, ao mesmo tempo em que enceta seu desfecho. Elaborado pelo chanceler argentino Zeballos, foi anunciado como suposto telegrama interceptado e posteriormente decodificado por autoridades argentinas, revelando intenções hostis do Brasil contra aquele país. Com receio de as relações degringolassem em conflito armado, o Chile atua como mediador e propõe o Pacto ABC, com total apoio do Barão de Rio Branco. Nesse primeiro instante, porém, o acordo não é implementado.

Apenas em 1915, após a morte do Barão do Rio Branco, o ideário do Pacto ABC é recuperado e enseja articulação militar entre os três Estados. Essa cooperação, contudo, logo é rompida, uma vez que Brasil e Argentina adotaram posturas distintas ante a Primeira Guerra Mundial. Entre a participação brasileira e a neutralidade argentina, restou o fracionamento dos interesses regionais. Terminada a guerra, a adesão do Brasil à Liga das Nações ensejou desconfianças por parte dos vizinhos sul-americanos, notadamente argentinos, que não enxergavam no Brasil um líder regional.

Pelo caráter conciliatório e pela extrema vulnerabilidade a pressões fratricidas, não consideramos o Pacto ABC como embrião dos acordos de integração posteriores. Foi, sim, um movimento importante para evitar que se chegasse às vias de fato; um momento de entendimento, embora sem repercussões significativas em momentos posteriores – note-se a permanência das desconfianças no período Vargas/ Perón (BANDEIRA, 1995), e a recusa brasileira à proposta peronista de reatar o Pacto ABC, durante a década de 1940.

Após a Segunda Guerra Mundial, aumentaram as tentativas de cooperação hemisférica, a fim de obter recursos junto aos Estados Unidos. As propostas de coordenação estavam embebidas em forte pragmatismo, sustentado na tese de alavancagem do desenvolvimento, sob bases industriais.

Articular essa premissa entre diversos Estados latino-americanos foi tarefa da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL). Discutir a integração regional, como política de ajuste da América Latina à conjuntura internacional, implica considerar a influência desta instituição, criada em 1948, sob os auspícios da Organização das Nações Unidas (ONU).

A CEPAL pensou integração regional como instrumento de ampliação da demanda efetiva, modo pelo qual seria absorvido o aumento na escala de produção decorrente da industrialização. A escassez de divisas evidenciou as dificuldades de financiamento, o que justificou, para os chamados "cepalinos" a adoção de políticas que atraíssem capital externo. Assim, ao observar os "gargalos" ao modelo de substituição de importações, postulou-se a integração como "instrumento superador das limitações que a estreiteza de seus mercados opunha ao desenvolvimento isolada de cada um dos países" (HOPENHAYN E FERNANDEZ, 1972, p.2). Ainda, a integração é necessária "face à necessidade de considerar as aplicações de capitais multinacionais, como catalisadoras do processo, especialmente no âmbito dos transportes e das comunicações" (HOPENHAYN E FERNANDEZ, 1972, p.3).

A ascensão de regimes militares nacionalistas postergou o projeto de associação latino-americana via liberalização comercial. A Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC), criada em 1960 e inspirada pela idéia de "desenvolvimento associado" ao capital externo, experimentou certo ostracismo,

passando às sombras da Aliança para o Progresso, projeto do então presidente Kennedy para aumentar o fluxo de empréstimos para a região e, com isso, contrabalancear os impactos da Revolução Cubana (CERVO E BUENO, 2002). Nesse bojo, foi criado o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), cujos empréstimos eram negociados caso a caso – portanto, sem suscitar alianças entre Estados latino-americanos. No âmbito sul-americano, as tensões agravaram-se, sobretudo entre Brasil e Argentina, nos embates envolvendo o potencial hidrelétrico da Bacia do Prata, cujos principais exemplos são os casos de Itaipu e Corpus.

A partir da década de 1970, movimentos decisivos marcam as trajetórias dos Estados Unidos e do Brasil. A indústria americana apresenta sinais de crise de competitividade, ao passo que se intensifica a "financeirização" do capital, a partir da crise do padrão dólar-ouro, da utilização das tecnologias de informação na reprodução de moeda escritural e do aumento de liquidez do dólar incentivado pela elevação do preço do petróleo, em 1973 (HARVEY, 2004). Entrementes, o Brasil vivencia o "milagre econômico" conduzido pelos militares, aprofundando o processo de substituição de importações de bens duráveis e preparando-se para expandir a indústria de bens intermediários e de capital. Gonçalves (1999) destaca a importância do investimento externo direto e das empresas transnacionais no controle da indústria brasileira, respondendo por 32% da produção industrial no fim da década de 1970, contra 11% nos Estados Unidos, por exemplo. Embora houvesse variações significativas entre setores, tais investimentos concentravam-se em indústrias intensivas em tecnologia. Enquanto o governo Nixon visavam a manutenção da hegemonia pela via financeira, os governos Médici e Geisel firmavam uma semi-potência industrial, calcada na abertura para investimentos estrangeiros.

A análise de Fajnzylber (1983) sobre o processo de industrialização latinoamericana ajuda a compreender o movimento de crescente articulação entre centro
e periferia. As altas taxas de crescimento observadas na América Latina e no
Sudeste Asiático nas décadas de 1960 e 1970 refletem o alto índice de importação
da tecnologia utilizada nos países centrais. A adoção dessa tecnologia em países
como o Brasil, o México e a Argentina cria um vínculo privado entre centro e
periferia, refletido no crescente fluxo de capital (investimentos estrangeiros seguidos
de remessas de lucros). Fajnzylber destaca que esse movimento aprofunda a
dependência e cria obstáculos à industrialização latino-americana, que já nasce
trunca, por depender de aportes externos de capital e da demanda internacional,
considerando o reduzido potencial de demanda da maior parte dos países da região.
Daí a necessidade de pensar instrumento de ampliação dos espaços para o capital
na região, notadamente processos de integração regional.

Quanto aos acordos de integração regional no continente, cabe destacar a criação da Associação Latino-Americana de Desenvolvimento Integrado (ALADI) e do Pacto Andino. Importante frisar a articulação do conceito de integração com o de desenvolvimento, a ser recuperada no texto do Tratado de Assunção, que institui o Mercosul. Contudo, os primeiros anos do estouro da dívida externa, após a elevação da taxa de juros pelo Federal Reserve, em 1981, evidenciaram as dificuldades de articular "a América Latina sob uma só voz". O Brasil passou a enfatizar alternativas mais pontuais, dentre elas, uma séria de acordos com a Argentina, iniciados 1986, sob as presidências de Sarney e Alfonsin.

Percebe-se, até aqui, que objetivo subjacente às propostas de integração na América Latina é constituir "modelo de desenvolvimento", que relacione as políticas nacionais ao desenvolvimento regional. No caso latino-americano, segundo

Hopenhayn e Fernandez (1972), a finalidade básica para toda política de desenvolvimento seria o aumento do poder interno de compra, a fim de afastar os problemas da subocupação e da mão-de-obra ociosa, reduzindo as desigualdades e estimulando o mercado interno. Este aumento da demanda iniciaria uma reação em cadeira, com uma maior absorção de novas tecnologias pela estrutura produtiva, maior investimento em pesquisa e desenvolvimento, redução do estrangulamento externo e a escassez de capital. Entretanto, conforme destaca Marti (2001), mesmo as rodadas de renegociação das dívidas organizadas e conduzidas pela CEPAL, ao invés de articular os devedores em blocos, pecaram pelo tratamento individualizado do tema, diminuindo o poder de barganha dos Estados tomadores. Fica claro, então, que a proposta de desenvolvimento coletivo limita-se no instante em que se inicia a contestação das regras do jogo.

Na segunda metade da década de 1980, os presidentes José Sarney e Raul Alfonsín encetam iniciativas de aproximação bilateral em temas relativos a comércio, segurança e finanças, substituindo o clima de rivalidade e competição que caracterizara os anos de ditadura pela idéia de cooperação em prol do desenvolvimento nacional. Como ressalta Vaz (2002), não interessava ao Brasil ou à Argentina firmar acordos sob bases multilaterais, envolvendo terceiros Estados.

Em 1981, a elevação das taxas de juros realizada pelo Federal Reserve redirecionou o fluxo mundial de capitais para a economia norte-americana. Esse estímulo à entrada de capital nos Estados Unidos não repercutiu, contudo, em incremento de produtividade, uma vez que o capital permaneceu descolado da produção. Além de constituir um importante fator de contenção das lutas trabalhistas, tal mudança no eixo de acumulação favorecia a articulação Tesouro-Wall Street e fortalecia o dólar (HARVEY, 2004). O crescente déficit no balanço de

capitais impunha, no entanto, a necessidade de aumentar as exportações norteamericanas. Para contrabalancear a crise de produtividade da manufatura em
relação às indústrias japonesa e européia, o governo americano adotou medidas
como o Acordo de Plaza, realizado em 1985, que estipulava a desvalorização do
dólar em relação ao iene. Se os Estados Unidos exerciam hegemonia inconteste no
âmbito de crédito e investimentos, outros instrumentos deveriam ser criados para
dinamizar a produção e o comércio.

A elevação da taxa de juros americana contribuiu para frear o movimento de substituição de importações no Brasil. A evasão de divisas e o aumento da dívida puseram em evidência o financiamento pautado em investimentos estrangeiros, influenciando negativamente as importações. Esse esgarçamento do processo industrializante intensificou a oligopolização da estrutura produtiva, com presença marcante de capital estrangeiro (BECKER E EGLER, 1993). A concentração do capital, associada à crise do Estado planejador, ensejou o agravamento do conflito capital-trabalho, cujo reflexo foi a elevação dos índices de inflação. Fazia-se necessário desenvolver instrumentos que viabilizassem a manutenção da indústria nacional, face à escassez de crédito e à perda de poder de compra.

As propostas de integração regional, sobretudo as de regionalismo aberto, fortalecem as bases para a expansão das finanças no mundo em desenvolvimento e abrem novos espaços para a concorrência entre EUA - União Européia - Japão/China. Ainda que grande parte dos fluxos comerciais e financeiros concentrem-se nessas regiões, a abertura de terceiros mercados reflete uma nova etapa do capitalismo mundial, conforme delineia GOWAN (2003). Segundo o autor, esse aumento dos fluxos de capitais acentua a divisão internacional do trabalho, acompanhado pela elevação dos fluxos de remessa de lucros, em sentido inverso. O

caráter dependente dessa relação, contudo, não impediu que fossem criadas novas bases para a integração regional.

Durante a década de 1980, uma série de acordos são ratificados entre Brasil e Argentina. Os acordos Sarney-Alfonsín correspondiam a um "projeto neoestruturalista de integração, estratégico do ponto de visto econômico e político" (CERVO e BUENO, 2002). A Ata de Buenos Aires (1985) formaliza os objetivos políticos brasileiros e as intenções econômicas argentinas, sob a égide da redemocratização. O Programa de Cooperação e Integração Brasileiro-Argentino (PICE), assinado em 1988, fundamenta-se na complementaridade de alguns setores e propõe a liberalização gradual e coordenada, em 10 anos, quando se buscaria um espaço econômico comum. Seu objetivo era promover a especialização intrasetorial, estabelecendo divisão do trabalho por produtos e não por ramos de produção. Buscava, a curto prazo, recuperar o nível de transações e corrigir desequilíbrios sistemáticos nos fluxos de comércio e, a longo prazo, criar um novo padrão de relacionamento entre as duas economias. Foram estabelecidos mecanismos progressivos de eliminação de barreiras tarifárias e não-tarifárias, criadas empresas binacionais e um fundo de investimentos. Brasil e Argentina priorizaram uma abertura seletiva, sob coordenação dos Estados, no o intuito de não prejudicar os bens sensíveis de cada economia.

Além dos objetivos formais, os parceiros buscavam fortalecer a imagem no plano internacional – credibilidade frente a credores e fóruns multilaterais – e contrabalancear, internamente, os fortes programas de ajuste adotados para conter a crise da dívida (VAZ, 2002).O aumento do fluxo comercial entre os países repercutiu regionalmente e atraiu o interesse dos vizinhos.

Vaz (2005) destaca que esses acordos contribuíram para intensificar as trocas na região, despertando o interesse de outros países em pactuar tanto com o Brasil quanto com a Argentina. Em 1986, o Uruguai foi convidado a participar como observador das reuniões bilaterais, a convite da Argentina – o que causou, segundo Vaz, certo desconforto na diplomacia brasileira. Fato é que essa aproximação vinha em momento propício para as empresas: os altos índices de inflação tolhiam o poder de compra dos consumidores, bem como reduzia o nível de investimentos estrangeiros. Os acordos bilaterais visavam minimizar os impactos destes fenômenos, ampliando o mercado consumidor e catalisando a atração de investimentos externos. Além disso, Chile e Paraguai velavam interesse semelhante, uma vez que os demais tratados bilaterais firmados pelo Brasil – sobretudo com Estados-membros do Pacto Andino –, apresentavam gradual obsolescência, privilegiando a consolidação das relações com os portenhos (VAZ, 2002).

Uruguai e Paraguai dificultaram as negociações e trouxeram demandas distintas daquelas da etapa bilateral (pré-Tratado de Assunção). Porém, o sentido de orientação política não decorreu de uma visão consensuada no plano multilateral, mas sim da disposição e dos interesses do Brasil e da Argentina quanto à consecução dos objetivos formalmente definidos no Tratado de Assunção e dos delimitados no âmbito de suas políticas externas. Essa concentração da capacidade decisória em termos efetivos dificultam o redirecionamento do processo de integração. Este é o "dado central para a compreensão da estrutura das negociações como da própria dinâmica do Mercosul" (VAZ, 2002, p.149)

Ainda, o multilateralismo no Mercosul reflete:

"o dilema que caracteriza o sistema internacional, em que a prerrogativa da soberania aparece como niveladora, no campo

jurídico, das assimetrias entre os Estados-nação, as quais seguem refletidas na estrutura e na hierarquia de poder internacional" (VAZ, 2002, p. 149).

Em 1988, é firmado o Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento. Influenciado pelos avanços do Ato Único europeu (1986), tinha como meta estabelecer o regime de mercado comum em 10 anos entre os dois países. Entretanto, logo este prazo seria reduzido e o processo de liberalização acelerado: as vitórias de Collor e Menem dariam novo ritmo à dinâmica de integração regional.

Em 1990, ao assumir o poder, os presidentes adotam fortes políticas de liberalização que modificam o arcabouço institucional criado até então. Decidem pela aceleração e aprofundamento do processo de integração, mediante conformação do mercado comum bilateral até 1994. Em seguida, entrou em vigor o Acordo de Complementação Econômica (ACE-14), prevendo a redução gradual, generalizada (para todos os bens), linear e automática das tarifas alfandegárias, até sua completa eliminação. Estavam postas as novas regras da integração regional, sob o marco da liberalização.

A aceleração deste processo e a própria criação do Mercosul pelo Tratado de Assunção (1991) foram influenciadas por questões mundiais, hemisféricas, regionais e nacionais. No plano mundial, o fim da Guerra Fria justificou o discurso de "inevitabilidade do capitalismo" (ANDERSON, 2005), reforçando a liberalização comercial e financeira como *leitmotiv* da "Nova Ordem Mundial". No âmbito hemisférico, o despontar dos Estados Unidos como única hiperpotência despertou debates entre o alinhamento e o pragmatismo tradicional, especialmente no Brasil. Lançada em 1990 pelo então presidente George Bush, a "Iniciativa para as Américas" resumia o plano dos Estados Unidos para *integrar* o continente

americano, do Alasca à Terra do Fogo. O ponto de partida foi o estabelecimento da Zona de Livre Comércio com o México e o Canadá. A Área de Livre Comércio da América do Norte – do inglês North America Free-Trade Area (NAFTA) – acirrou os debates sobre o posicionamento dos demais países latino-americanos ante a postura estadunidense. No plano regional, a disposição de países como Equador, Colômbia, Venezuela, Peru e Chile em firmar acordos bilaterais com os Estados Unidos pressionou o governo brasileiro. Além disso, o Uruguai – que já participava como observador das negociações comerciais bilaterais - pressionava para fazer parte da zona de livre comércio que estava por surgir. A aliança implícita entre a Argentina e o Uruguai forçava o Brasil a procurar um aliado que equilibrasse a balança regional (VAZ, 2005). Nesse momento, o Paraguai entra em cena e compõe o quadro de Estados fundadores do Mercosul. Ainda, cabia ao Estado brasileiro garantir espaço no continente sul-americano, uma vez que sua estrutura produtiva assemelhava-se, no que tange a bens de média tecnologia, à indústria estadunidense. Por isso, acelerar o processo de liberalização conduzido por Sarney e Alfonsín era premente para possibilitar maiores taxas de acumulação. Nascia o Mercosul: em princípio, uma zona de livre comércio voltada para o desenvolvimento regional, com perspectiva de transformar-se em mercado comum a médio prazo.

## 3.4 LIBERALIZAÇÃO COMERCIAL E FINANCEIRA: A experiência do Mercosul

A relação do Brasil com seus vizinhos na América do Sul responde, historicamente, a apelos contraditórios: isolamento, boa vizinhança e liderança. Com a Argentina, a disputa ocorreu, sobretudo, quanto à influencia sobre os países platinos (Uruguai, Paraguai e Bolívia), enquanto o Brasil conta, tradicionalmente,

com o apoio do Chile e dos países amazônicos - desde o Tratado de Cooperação Amazônica, em 1978 (CERVO e BUENO, 2002). O equilíbrio de poder na região esteve balizado pelo confronto indireto de potências hegemônicas a seu tempo, mais precisamente no alinhamento, nem sempre automático, do Brasil com os Estados Unidos e da Argentina com a Grã-Bretanha (BANDEIRA, 1995). O fim da Guerra Fria e a supremacia estadunidense altera o perfil da atuação externa brasileira e argentina, com forte apelo à abertura comercial e financeira.

Collor de Mello fortaleceu as atuações bilaterais, regional e multilateral, postulando, contudo, mudanças qualitativas no relacionamento com as potências industrializadas em prol da atualização da agenda internacional. O Tratado de Assunção (1991), que instituiu o Mercosul, impregnava-se da filosofia política de Estado mínimo, constituindo a tônica integracionista na década de 1990. Amparava-se, segundo Vaz (2002), em quatro princípios fundamentais para salvaguardar os interesses nacionais: regra do consenso, simetria, gradualismo e reciprocidade. O Brasil abdicava de seu peso relativo em troca da abertura dos mercados a uma disciplina comercial única.

Ao início da década de 1990, porém, duas preocupações impõem-se à diplomacia brasileira: negociar a expansão da influência norte-americana por intermédio da ALCA e integrar os países sul-americanos em uma iniciativa regional. De fato, como demonstra Cervo e Bueno (2002), "a integração da América do Sul foi alçada ao nível de condição prévia para a integração hemisférica". Este posicionamento baseava-se em três argumentos: a) a expansão dos interesses comerciais e empresariais brasileiros sobre a região; b) a conseqüente elevação de seu desempenho e competitividade e; c) a percepção de que a proposta norte-americana destinava-se a suprimir a influência brasileira em benefício próprio.

O Brasil foi o único país da América a dizer 'não' aos moldes com que George Bush propôs, em 1991, a Iniciativa das Américas. Uma vez que os demais Estados sul-americanos, sob o dogma do Estado Normal, acreditavam na "subserviência aos interesses norte-americanos como forma de reinserção competitiva na economia mundial" (CERVO E BUENO, 2002, p. 488), o Brasil buscava consolidar seus interesses sobre a região, e, sob este ponto de vista, o modelo de integração como união aduaneira imperfeita foi favorável, pois retardou as negociações do bloco hemisférico. Neste contexto, o Brasil propôs a Área de Livre Comércio Sul-Americana (ALCSA), em 1993, através da fusão do Mercosul com a Comunidade Andina, e a inclusão do Chile como membro do primeiro bloco.

No plano regional, "a integração industrial e o desenvolvimento cederam em favor da desgravação linear do intercâmbio e do regionalismo aberto" (CERVO E BUENO, 2002, p. 483), resumindo a atuação do Mercosul à dimensão do comércio. De fato, a expansão comercial foi a tônica do governo Cardoso. A partir do conceito de *global trader*, buscou-se ampliar o número de parceiros comerciais brasileiros, ao mesmo tempo em que apreendia o espaço regional sob a égide do Mercosul. Segundo Vigevani e Oliveira (2007), o Mercosul inseria-se nessa estratégia de expansão comercial como "plataforma para participação competitiva em âmbito global".

O pragmatismo que norteava o expansionismo comercial dava continuidade a políticas anteriores, com ênfase ao multilateralismo:

Ao incorporar o conceito de 'global-trader', o Brasil exibiu seus interesses globais e, assim, pôde adotar diferentes agendas e posições, procurando mercados e relações comerciais sem se ater a um único parceiro. Isso explica porquê o país assumiu um posicionamento não-institucionalista para o Mercosul, ao mesmo tempo em que adotava viés institucionalista para tratar da agenda

multilateral, particularmente no que tange a organizações globais (ONU e OMC). A administração Cardoso solidificou as políticas praticadas durante os governos Collor e Franco, e colocou o Mercosul no topo da agenda brasileira. (VIGEVANI E OLIVEIRA, 2007, p. 63)

Além do viés comercial, o Mercosul é uma construção política. Vigevani e Oliveira destacam, porém, que o Mercosul permaneceu como uma importante plataforma para que os Estados-membros pudessem participar das "tendências internacionais mais abrangentes" (VIGEVANI E OLIVEIRA, 2007, p. 70). As diferenças internas, contudo, dificultavam o posicionamento conjunto do grupo, o que foi reforçado com a instituição da Tarifa Externa Comum (TEC).

Em 1994, o Tratado de Ouro Preto avança no sentido da construção do Mercado Comum, com a entrada em vigor da TEC. A adoção do Real e a estabilização da inflação impulsionam o comércio intra-regional, fortalecendo o Mercosul em sua base liberalizante. É um momento de afirmação regional do bloco, que passa a ter personalidade jurídica própria. Em última instancia, reforça-se a vertente política, sobretudo nos espaços multilaterais.

Em 1998, a aprovação do Protocolo de Olivos cria o primeiro tribunal permanente do Mercosul. No intuito de maximizar a chamada "segurança jurídica", o mecanismo de solução de controvérsias visa aumentar a *previsibilidade*, diminuindo o risco privado. No entanto, o tribunal atua de maneira subsidiária aos respectivos Congressos nacionais, fato que, ainda hoje, constitui um dos maiores impasses do Mercosul: a demora na incorporação dessas normas aos ordenamentos jurídicos nacionais. Isso não apenas cria assimetrias na sua aplicação, mas também aumenta o grau de incerteza, gerando impactos negativos sobre as operações comerciais e as previsões dos investidores.

Os Protocolos de Ouro Preto, Brasília, Ushuaia e Olivos consolidaram o arcabouço institucional do atual Mercosul. União aduaneira dotada de personalidade jurídica, o Mercosul expressa as opiniões consensuadas por unanimidade entre os cinco Estados-membros (Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai e Venezuela, ingressa em 2006). Todos os países têm direito a veto, o que, embora não descarte as relações informais de poder , diminui as assimetrias intra-bloco. A estrutura intergovernamental prevê o monitoramento dos contenciosos, a solução negociada de controvérsias e a presidência pró-tempore, semestral, exercida por rodízio entre as partes.

Instituições e corpo burocrático articulam-se para a manutenção do Mercosul em suas bases liberais. O historiador Moniz Bandeira destaca certa linearidade na construção do bloco, rejeitando perspectivas radicais de alteração. Em suas palavras:

No puede hablarse de una política externa de Fernando Henrique Cardoso u otra de Luiz Inácio Lula da Silva, puesto que Brasil, cualquiera sea su gobierno, desarrolla sus relaciones exteriores como política de Estado, manteniendo una línea de continuidad aun dentro de los cambios que puedan producirse. (BANDEIRA, 2007)

Contudo, a liberalização acentua a vulnerabilidade do espaço regional – e da Mercosul, enquanto instituição – em relação à dinâmica concorrencial internacional. Em decorrência da incapacidade de sustentar o Real valorizado em relação ao dólar, a moeda brasileira é desvalorizada em 1999. Este fenômeno cria entraves ao sistema de salvaguardas implantado no Mercosul, uma vez que a desvalorização torna ainda mais competitivos os produtos fabricados no Brasil. A desvalorização cambial possibilita o aumento do comércio intra-firmas, corroborando para iniciar um movimento de superávits na balança comercial brasileira sem precedentes em suas relações com o Mercosul.

Isso incita a concorrência inter-capitalista na região, com suas conseqüências no plano político. O período que segue entre 1999 e 2001 – ano da crise argentina - é de sucessivas divergências, sobretudo no que tange ao desgravamento tarifário e ao sistema de salvaguardas. O caso dos produtos de informática foi emblemático: o então ministro da fazenda argentino, Domingo Cavalo, zerou os impostos de importação destes produtos – que incluem bens de telecomunicações. A medida gerou insatisfação dos membros do Acordo, uma vez que beneficiou sobremaneira as exportações da indústria chinesa para a região, em detrimento das transações intra-bloco.

Entretanto, Cervo e Bueno (2002) resumem seis êxitos e seis fragilidades durante a primeira década de vigência do Mercosul (1991-2001), resumidas na tabela abaixo:

TABELA 1: Êxitos e fragilidades do Mercosul, no período 1991-2001.

Êxitos	Fragilidades
Empatia entre a inteligência brasileira e a argentina, que embalou o consentimento nacional em ambos. Este processo humanista considerou a "promoção do conhecimento, a demolição de preconceitos e tabus e a adaptação da imagem do outro", erigindo o caráter de inevitabilidade da convivência entre os países;	Negociações coletivas e relações entre os membros minadas pelas distintas visões de mundo e políticas exteriores não convergentes. Dentre os aspectos de discussão, podem-se citar 'globalização', 'desenvolvimento', 'relações com Estados Unidos' e 'segurança global';
Este processo psicossocial serviu para a criação da "zona da paz" no Cone Sul, desconsiderando rivalidades históricas e disputas armamentistas, em favor da confiança mútua e da consolidação da democracia, em ambos.	Recusa em sacrificar a soberania nas políticas públicas internas impediu a coordenação de políticas macroeconômicas conjuntas e negociações coletivas em foros multilaterais;
Elevou-se o comércio intra-zona, em especial as importações, provocando um desvio de comércio "extremamente oportuno" para elevar as economias nacionais à "competitividade sistêmica global". Neste caso, o Paraguai converte-se em oitavo comprador do Brasil, à frente da Grã-	A eleição do comércio exterior como núcleo forte da integração comercial confrontou-se com medidas unilaterais adotadas pelos membros do grupo, que desmoralizaram o mecanismo de tarifa externa comum.

Bretanha.	
Ampliação do arcabouço jurídico e da capacidade do Mercosul, enquanto sujeito de direito internacional (Protocolo de Ouro Preto, 1994). Na XX Cúpula (Assunção, 2001), institui-se um mecanismo coletivo de negociação.	Processo de integração assimétrico, que não criou mecanismos de superação de desigualdades entre membros. Foi frustrada a expectativa de elevar o nível social do conjunto.
Como segundo mercado comum do mundo, mesmo "queimando etapas em suas construção", o Mercosul produziu uma imagem positiva acima da própria realidade, fortalecendo seu poder de barganha como bloco e o de seus membros isoladamente.	Incompatibilidade das políticas cambiais entre os dois principais membros do bloco provocou desconfianças e inúmeros contenciosos comerciais.
A possibilidade de integrar a América do Sul numa zona de livre comércio, alavancada na Cúpula de Brasília de 2000 e nas negociações entre Mercosul-Comunidade Andina. No bojo das discussões sobre a criação da ALCA, o bloco assumiu o controle do ritmo das negociações, sob liderança brasileira.	A ausência de instituições comunitárias é contraditória com a idéia de união aduaneira e mercado comum. O processo de negociação externa é feito pelos Estados e as decisões internas dependem do consenso entre quatro processos decisórios autônomos.

Fonte: Adaptado de Cervo e Bueno (2002).

Os conflitos acentuam-se com o agravamento da crise de insolvência argentina, em 2001. Este momento evidenciou a vulnerabilidade do sistema de câmbio fixo praticado até então, deixando patente a dependência da economia argentina em relação ao fluxo internacional de capitais (EICHENGREEN, 2000). A elevação dos índices de inflação e desemprego, em decorrência da escassez de crédito para a indústria endividada, logo desencadeou em crise política.

A estabilização argentina faz retornar o interesse pelo Mercosul em todos os Estados-membros. Nas palavras do então chanceler argentino:

Como objetivo do momento histórico, o Mercosul deve contribuir para satisfazer a necessidade de aumentar a capacidade de negociação internacional de cada um dos países envolvidos, permitindo maior autonomia de decisão [...]. Ter uma voz comum nos foros e organismos internacionais é um recurso de poder que nos permitirá aumentar nossa capacidade de negociação e ação. [...] O que buscamos não é apenas um bloco comercial; aspiramos a criar um espaço econômico, político e cultural unificado que — ao gerar um renovado sentido de lealdade — nos permita crescer como sociedades integradas e modernas. (BIELSA, 2004, p.21)

A chancelaria brasileira respalda a perspectiva argentina sobre o Mercosul. Nas palavras de Amorim:

O fortalecimento de nossa coesão regional permite que nos façamos melhor ouvir nas negociações comerciais multilaterais, e que tenhamos maior impacto sobre o ordenamento internacional, com vistas a torná-lo mais democrático e eqüitativo. Nosso crescente entendimento com os parceiros do Mercosul e, em particular, com a Argentina — sócio estratégico privilegiado — tem tornado possível avançar nessa direção. (AMORIM, 2004, p. 42)

Esse movimento amplia a percepção do Mercosul como instrumento político, sobretudo no âmbito multilateral. O chanceler brasileiro Celso Amorim reforça, contudo, a necessidade de expansão do acordo:

O Governo Lula tem procurado demonstrar que os objetivos da diplomacia brasileira podem ser, a um só tempo, universalistas e firmemente ancorados em nossa prioridade sul-americana. [...] O Consenso de Buenos Aires e a Ata de Copacabana expressam o nível de entendimento sem precedentes alcançados por Argentina e Brasil. O Mercosul recupera sua coesão interna, associa-se ao Peru e conclui negociações com os demais membros da CAN. Emergem, aos poucos, os contornos de uma Comunidade Sul-Americana de Nações. (AMORIM, 2004, p. 45-46)

Esse movimento político em nenhum momento exclui a interação comercial e o contexto interno dos países em questão. No presente estudo, é essencial destacar a influência das privatizações sobre os rumos do Mercosul.

Com as privatizações e os incentivos a investimentos em infra-estrutura, em meados da década de 1990, aumentou significativamente o influxo de IED no Brasil. Isso ajudou a equacionar os sucessivos déficits comerciais entre 1995 e 1998, revertendo a estratégia reativa adotada pelas subsidiárias das empresas transnacionais em períodos de recessão. Ao incorporar novas tecnologias à produção e ao desvalorizar o cambio, em janeiro de 1999, o Brasil voltou a aferir superávits expressivos. Segundo Machado e Motta Veiga (1997), o Mercosul também contribuiu para a atração de novos investimentos estrangeiros diretos,

notadamente no setor automobilístico, uma vez que ampliou o mercado "doméstico". Entretanto, tal contribuição foi secundária, segundo o autor, prevalecendo fatores como estabilidade macroeconômica e reformas liberalizantes.

A condução das privatizações no Brasil, contudo, possibilita outro olhar sobre o influxo de capital externo. Nas palavras de Aloysio Biondi:

Assim é a privatização brasileira: o governo financia a compra no leilão, vende "moedas podres" a longo prazo e ainda financia os investimentos que os "compradores" precisam fazer – até a Light recebeu um empréstimo de 730 milhões de reais no ano passado. E, para aumentar os lucros dos futuros "compradores", o governo "engole" dívidas bilionárias, demite funcionários, investe maciçamente e até aumenta tarifas e preços antes da privatização. (BIONDI, 2003)

As grandes multinacionais, já existentes ou atraídas pelo processo, passaram a importar tecnologia – leia-se, equipamentos e serviços – maciçamente. Ao descartar qualquer obrigatoriedade de compra de peças nacionais e ao possibilitar essa compra por meio de financiamento do BNDES, o governo Cardoso criou um cenário extremamente favorável para a atuação dessas empresas, com base em práticas consagradas em suas respectivas matrizes no exterior (BIONDI, 2003, p. 27-28). A compra de peças e componentes no exterior, em substituição à produção local, significou cortes na utilização também de matérias-primas, como plástico, borracha, metais, devastando setores inteiros, fechando fábricas, cortando empregos. Desse processo decorrem os sucessivos déficits nas contas externas registrados na segunda metade da década de 1990. O financiamento desse déficit é aspecto fundamental para compreender o que chamamos de "mudanças qualitativas" na estrutura produtiva do Brasil – e, por que não, da Argentina, ainda que com algumas especificidades.

Biondi (2003) é categórico ao afirmar que:

Com as privatizações, o governo poderia até extinguir o Ministério da Energia, pois ele perdeu qualquer função. Como assim? Também inacreditavelmente, toda a política energética do Brasil passou a ser decidida por uma espécie de "condomínio", como diz o governo, formado pelas empresas de energia agora privatizadas, ou "operadoras"... Seu nome? Operador do Sistema Nacional - OSN. Um "condomínio" que, ao contrário do que os brasileiros pensam, não ficou responsável apenas pelo sistema de transmissão de energia, e do qual a opinião pública veio a tomar conhecimento por causa do "apagão" de março de 1999. Seus poderes são totais: o "condomínio" de operadoras substituiu o governo e passou a decidir onde, quando e como devem ser construídas usinas, quais as regiões prioritárias etc. O problema de tarifas e qualidade de serviços ficou com a Agência de Energia Elétrica, do governo. O resto, com a OSN, das operadoras. Para que Ministério? O governo não manda mais nada mesmo. Nem governa mais. (BIONDI, 2003, p. 59).

Ainda sobre este processo, Marcio Pochmann (2005) destaca:

O país teve que fazer as privatizações e a regulamentação financeira, que tornou os ricos com maior poder para a condução da política econômica. Isso faz com que a economia seja conduzida hoje de acordo com os interesses de 20 mil clas de famílias, que respondem por 80% da totalidade dos títulos dívida pública. Esse segmento tem um poder tão grande que são capazes de orientar a política econômica. Não deixam cair a taxa de juros, senão pegam o dinheiro, deixam de financiar a dívida e vão embora. A economia brasileira foi organizada para atender cada vez mais esses interesses. Foi criada uma secretaria do Tesouro, que controla o gasto público no país, com o objetivo de canalizar recursos para o pagamento do serviço da dívida pública. A área econômica tem uma coordenação e a equipe tem metas e cronogramas, discutidos diariamente pelos analistas econômicos e pelos jornais. Em sentido contrário, não existe o reconhecimento da dívida social, em termos de metas e cronogramas; esta só aparece como tragédia na grande mídia. (POCHMANN, 2005, p. 5)

Quais os reflexos dos processos de privatização sobre o encaminhamento do Mercosul? Terminado o processo privatizante, observa-se aumento inédito no comércio intra-zona (vide capítulo 3), sobretudo entre Brasil e Argentina. Fato é que os setores privatizados representam parcela significativa desse comércio, que passa agora a controle privado. Por conseqüência, setores estratégicos para a integração regional (tais como energia, siderurgia, mineração) passam a ser influenciados pela iniciativa privada – "nacional" e estrangeira à região. Essa influência estende-se

também para o setor petrolífero, dada a participação de 33% de fundos de pensão estadunidenses no patrimônio da Petrobras, após a abertura do capital, em 1997. Portanto, o entrelaçamento de interesses privados transnacionais – seja no âmbito do "capital produtivo" ou "financeiro – reforça a dependência do Mercosul à dinâmica concorrencial internacional, em que ficam alijados os "interesses nacionais" mais abrangentes.

Somando-se este movimento ao arcabouço institucional liberalizante sobre o qual repousa o Mercosul, percebe-se a existência de fatores que condicionam a ação estratégica regional do Acordo. Conforme destacou o ex-presidente José Sarney, os entraves atuais decorrem da visão do projeto "a uma mera competição comercial, [cuja] palavra de ordem passou a ser 'tarifa zero" (SARNEY, 2005). Alterar essa perspectiva implica comprometer interesses privados, sustentáculos econômicos (e, por que não, políticos) do Mercosul.

## 4. A "NOVA ESQUERDA" E O MERCOSUL: Continuismo ou ruptura?

Em artigo recente, o professor José Luis Fiori resume algumas idéias correntes sobre a esquerda latino-americana, neste início de século XXI. Na opinião do professor, "algo de extraordinário no continente, talvez uma ruptura revolucionária", esteja em curso (FIORI, 2007, p. 229). A frustração dos países latino-americanos com as promessas de crescimento econômico sustentado e diminuição das desigualdades sociais, via reformas liberalizantes, ensejou uma "nova inflexão sincrônica" no continente. Para fazer frente à monotonia do tradicional debate entre social-democratas e conservadores, despontam, em todo continente, "homens que não pertencem às elites tradicionais e são pouco cosmopolitas, mas que têm objetivos éticos, sociais e políticos muito claros, populares, nacionais e igualitários. (...)" (FIORI, 2007, p. 231). Esses homens "defendem um projeto político e econômico sul-americano que não desconhece a importância norte-americana, nem propõe nenhum tipo de isolacionismo indigenista".

Para o professor Fiori, o que se destaca na esquerda latino-americana, em que pese a multiplicidade de métodos e interesses, é "a vontade maciça de mudar, a vontade de não voltar para trás, mesmo quando ainda não estão às claras as idéias e os caminhos imediatos do futuro". O grande objetivo central é "mudar definitivamente o rumo elitista, racista e subalterno da história latino-americana". Mas, para onde que avançar esta esquerda? Parece idéia corrente que, em tempos

de *transição*, é necessária *avançar*, *evoluir*, e, para tanto, faz-se necessário *mudar*. Mas, para onde? Em que sentido apontam as políticas adotadas por "governos de esquerda" como os do Brasil e da Argentina? Tome-se como parâmetro dessas políticas o Mercosul: por que as mudanças implementadas durante os governos Lula-Kirchner não parecem apontar para rupturas, mas, sim, para continuidade das assimetrias regionais, da dependência e do imobilismo regional? Que fatores condicionam os rumos do Mercosul?

Essas perguntas conduzem a presente investigação. Identificar e analisar os fatores que condicionam o desenvolvimento do Mercosul, uma das prioridades das políticas externas do Brasil e da Argentina, é tarefa relevante para situar, no marco da economia política mundial, a ação da "nova esquerda" latino-americana.

TABELA 2 – Índice do Produto Interno Bruto por pessoa ocupada

Indice do Produto Interno Bruto por Pessoa Ocupada Países Selecionados, 1950/2003

000 0010	oromadoo, roo	0, 2000						
								África do
	Argentina	Brasil	Chile	Mexico	China	Coréia	India	Sul
1950	58,3	29,2		37,5			51,2	50,8
1960	69,4	44,6	77,7	55,6	62,4	39,5	63,4	63,9
1970	87,8	65,7	101,3	77,9	71,0	64,7	85,3	86,1
1980	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
1990	76,1	89,2	96,1	83,6	207,4	189,9	144,5	96,2
2000	97,5	89,5	143,9	88,0	490,1	277,6	195,0	96,1
2001	90,9	88,4	145,5	85,9	523,9	284,2	200,0	98,6
2002	80,4	86,3	145,7	84,4	566,1	299,7	208,0	100,9
2003	84,6	89,5	148,7	83,6	607,0	306,2	217,4	102,9
	1950 1960 1970 1980 1990 2000 2001 2002	Argentina 1950 58,3 1960 69,4 1970 87,8 1980 100,0 1990 76,1 2000 97,5 2001 90,9 2002 80,4	1950         58,3         29,2           1960         69,4         44,6           1970         87,8         65,7           1980         100,0         100,0           1990         76,1         89,2           2000         97,5         89,5           2001         90,9         88,4           2002         80,4         86,3	Argentina         Brasil         Chile           1950         58,3         29,2           1960         69,4         44,6         77,7           1970         87,8         65,7         101,3           1980         100,0         100,0         100,0           1990         76,1         89,2         96,1           2000         97,5         89,5         143,9           2001         90,9         88,4         145,5           2002         80,4         86,3         145,7	Argentina         Brasil         Chile         Mexico           1950         58,3         29,2         37,5           1960         69,4         44,6         77,7         55,6           1970         87,8         65,7         101,3         77,9           1980         100,0         100,0         100,0         100,0           1990         76,1         89,2         96,1         83,6           2000         97,5         89,5         143,9         88,0           2001         90,9         88,4         145,5         85,9           2002         80,4         86,3         145,7         84,4	Argentina         Brasil         Chile         Mexico         China           1950         58,3         29,2         37,5           1960         69,4         44,6         77,7         55,6         62,4           1970         87,8         65,7         101,3         77,9         71,0           1980         100,0         100,0         100,0         100,0         100,0           1990         76,1         89,2         96,1         83,6         207,4           2000         97,5         89,5         143,9         88,0         490,1           2001         90,9         88,4         145,5         85,9         523,9           2002         80,4         86,3         145,7         84,4         566,1	Argentina         Brasil         Chile         Mexico         China         Coréia           1950         58,3         29,2         37,5         37,5           1960         69,4         44,6         77,7         55,6         62,4         39,5           1970         87,8         65,7         101,3         77,9         71,0         64,7           1980         100,0         100,0         100,0         100,0         100,0         100,0           1990         76,1         89,2         96,1         83,6         207,4         189,9           2000         97,5         89,5         143,9         88,0         490,1         277,6           2001         90,9         88,4         145,5         85,9         523,9         284,2           2002         80,4         86,3         145,7         84,4         566,1         299,7	Argentina         Brasil         Chile         Mexico         China         Coréia         India           1950         58,3         29,2         37,5         51,2           1960         69,4         44,6         77,7         55,6         62,4         39,5         63,4           1970         87,8         65,7         101,3         77,9         71,0         64,7         85,3           1980         100,0         100,0         100,0         100,0         100,0         100,0         100,0           1990         76,1         89,2         96,1         83,6         207,4         189,9         144,5           2000         97,5         89,5         143,9         88,0         490,1         277,6         195,0           2001         90,9         88,4         145,5         85,9         523,9         284,2         200,0           2002         80,4         86,3         145,7         84,4         566,1         299,7         208,0

Fonte: Penn World Tables, Center for Internacional Comparison, University of Pennsylvania.

O baixo crescimento econômico marca a evolução econômica latinoamericana, desde a década de 1980. Ao comparar comportamento do Produto
Interno Bruto *per capita* das principais economias da região — Brasil, México,
Argentina e Chile — com outras, percebe-se a marginalidade da região no mundo
(GRÁFICO 1, ANEXO 1). Ao confrontar PIB e pessoas ocupadas, o índice torna-se

ainda mais revelador: tomando o ano de 1980 como referência, apenas o Chile registrou elevação no índice PIB/Pessoa Ocupada. Brasil, Argentina e México apresentam diminuição do índice em comparação com o índice obtido 1980, o que sinaliza redução da produtividade.

O Anuario estadístico de América Latina y el Caribe 2006, elaborado pela CEPAL (2007), revela pequenas mudanças nos indicadores sociais da região. As políticas sociais implementadas não têm sido capazes de reverter a histórica concentração de renda e o crescimento de índices de desemprego. Além disso, as reformas econômicas não conseguiram estimular o consumo privado por habitante.

TABELA 3: Distribuição de renda entre populações urbanas

País	Ano	1 Quintil (mais pobre)		2 Quintil	3 Quintil	4 Quintil	5 Quintil (mais ricc	
		1 Decil	2 Decil				9 Decil	10 Decil
Argentina	1990	1,50	2,60	8,20	12,60	20,10	15,60	39,30
	1999	1,20	2,30	7,30	11,70	19,10	15,60	42,90
-	2005	1,10	2,40	7,80	12,30	19,30	15,50	41,70
Brasil	1990	0,8	1,6	5,6	9,7	17,5	16,4	48,5
	1999	0,7	1,6	5,4	9,2	16,2	15,3	51,5
	2005	0,9	1,8	5,9	9,9	16,8	15	49,8
Paraguai	1990	2	3,3	9,3	13,6	20,9	16,6	34,4
	2005	1,5	2,7	8,1	12,4	20	15,5	39,8
Uruguai	1990	1,9	3,2	9,4	13,7	20	15	36,9
	1999	1,8	3,1	9,6	14,3	21,5	16,2	33,5
-	2005	1,8	3	9,2	14	21,2	16,3	34,5

Fonte: CEPAL, 2007.

A tabela acima revela a manutenção dos índices de concentração de renda, em níveis superiores aos registrados em 1990. O Brasil segue líder em desigualdade social, seguido pela Argentina. Entretanto, é importante observar o aumento no ingresso de 80% da população nos dois países, em relação a 1999, em detrimento dos 20% mais ricos. A adoção de políticas de assistência (programas de renda mínima e de microcrédito) pelos governos Lula e Kirchner, associada à

retomada industrial — decorrente da aliança com setores marginalizados em governos anteriores -, respondem pela elevação do ingresso. Pochmann (2007) afirma, contudo, que a redução das desigualdades ocorre mais pela redução da renda real dos mais ricos do que pelo aumento da renda dos mais pobres. Essa interpretação possui duas justificativas: as mudanças no mercado de trabalho, especialmente o desassalariamento (ver a seguir), dificultam a mensuração da renda, bem como há o risco de subdeclaração da renda na coleta de dados da Pesquisa Nacional de Domicílios (PNAD), especialmente em relação à população de renda mais elevada.

Não se pode afirmar que a melhora relativa em relação a 1999 represente uma tendência duradoura. Isso porque, se confrontamos o aumento de renda com os índices de desemprego, percebemos um paradoxo que suscita questionamentos sobre a natureza da melhora relativa registrada no período recente.

TABELA 4: Desemprego urbano (taxas anuais médias)

País	1990	2000	2005
Argentina	7,4	15,1	11,6
Brasil *	4,3	7,1	9,9
Paraguai	6,6	10	10,1
Uruguai	8,5	13,6	12,1
Média América Latina e Caribe	7,3	10,4	9,3

Fonte: CEPAL, 2006

A Tabela 3 revela a presença marcante do desemprego em todo Mercosul, inclusive a taxas superiores à média da América Latina e Caribe. Em 2005, a Argentina, em processo de recuperação industrial, apresenta o segundo maior índice (11,6%), atrás apenas do Uruguai (12,1%). Todos os países, entretanto, apresentam índices de desemprego superiores à média dos anos 1990, citada por alguns como "a segunda década perdida", em decorrência da "onda neoliberal". Por que os

índices permanecem tão elevados, apesar de – consoante Cervo e Bueno (2002) - se considerar superado o Estado Normal nesses países?

Não há consenso na literatura a respeito das causas desse fenômeno. Entretanto, Pochmann (2006) destaca alguns aspectos estruturais que auxiliam na compreensão da crise do emprego no Brasil. O baixo crescimento econômico registrado entre a década de 1980 e 2004 responde pela relativa estagnação da renda *per capta* (variação de 2,1% no período). O modelo econômico passivo e subordinado à dinâmica internacional também corrobora com a elevação do desemprego em massa no período. Desse modelo, Pochmann destaca quatro elementos constitutivos que tendem a comprometer muito mais a destruição que a geração de empregos: 1) as alterações na composição da demanda agregada; 2) a natureza da reinserção externa da economia nacional; 3) o processo de reestruturação empresarial; 4) o padrão de ajuste do setor público brasileiro. Para o autor, a adoção de políticas neoliberais norteiam este modelo econômico, responsável pela estagnação de um quarto de século.

Segundo Pochmann (2006), o avanço do desemprego no Brasil, durante a década de 1990, associa-se ao fenômeno da desassalariamento, sobretudo nas faixas de renda mais baixa. A diminuição do percentual de assalariados em relação ao total da população ocupada implica aumento nos índices de informalidade e no que o autor denomina de desproletarização. Em 2003, um a cada dois ocupados era assalariado, ao passo que, em 1980, essa razão era de dois para cada três (POCHMANN, 2006). Neste caso, dois extremos podem ser identificados: se por um lado, proliferam-se as ocupações com baixa produtividade e precárias condições de trabalho, por outro, amplia-se o trabalho autônomo para a grande empresa. O avanço do desemprego, então, associa-se à precarização do trabalho, em termos de

regulamentação e proteção trabalhador, atingindo não apenas setores marginalizados da população, mas praticamente todos os segmentos sociais, inclusive os de maior escolaridade e níveis hierárquicos.

Umas das alternativas para o desemprego é a informalidade. O comportamento dos índices de informalidade na América Latina (GRÁFICO 10, ver ANEXO) revela o incremento da participação do setor informal no PIB da maior parte dos países latino-americanos.

Esse processo acentua a desarticulação dos trabalhadores. Conforme descreve Dupas (2005), a redução dos índices de sindicalização é fenômeno patente, sobretudo em regiões subdesenvolvidas como a América Latina. O aumento da competição laboral fragmenta os interesses de classe, e os poucos sindicatos que restam são aqueles filiados às tradicionais empresas estatais. Segundo o autor, o dinamismo das operações das multinacionais – sobretudo na área financeira – dificulta a articulação de classe, impactando, diretamente, a formulação de políticas públicas.

Em entrevista recente, Pochmann (2006) afirma que a adoção de políticas responsáveis pelo avanço do desemprego e pela concentração de renda decorrem da opção da elite nacional pelo abandono das políticas de pleno emprego, em favor da financeirização da riqueza. Esta opção inicia-se em 1980, quando se inicia o ciclo da financeirização, favorecendo mecanismos fictícios de valorização do capital, em detrimento de mecanismos operacionais, produtivos e concretos. O financiamento desse ciclo vem sendo sustentado no setor público. O crescimento da dívida pública, em parte associada ao problema da dívida externa, beneficiou alguns segmentos específicos, especialmente os exportadores. Foi justamente a entrada de recursos

externos no Brasil que deu (e continuar a dar) o sobre-fôlego necessário à financeirização.

O volume mais recente do relatório Global Employment Trends, publicado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), ressalta o "emprego vulnerável" como a questão mais controversa na América Latina. O setor de serviços absorveu 33,2% da mão-de-obra empregada, em 2007, - percentual superior ao de 1997, de 31,4% (OIT, 2007). Segundo o relatório, a América Latina foi a única região em que essa participação aumentou, indicando que os empregos criados no setor de serviços apresentam maior grau de insegurança e retornam salários mais baixos aos trabalhadores. Apesar disso, o relatório responsabiliza o crescimento do setor na região pela redução da pobreza, partindo da premissa de que "qualquer salário é melhor que nenhum". Sinaliza também a redução da produtividade: em 1997, o índice superava a média mundial; em 2007, não mais. Porém, não fica claro se por despreparo industrial na região ou pelo aumento da média de produtividade mundial, sobretudo quando considerado o Extremo Oriente. Esse questionamento é pertinente, sobretudo se consideramos os dados relativos ao comércio, especialmente no Mercosul.

As empresas localizadas no Brasil participam do comércio internacional fornecendo de *commodities* a manufaturados de alta tecnologia. O estudo realizado por Bresciani (BRESCIANI *apud* CACCIAMALI, 2002) revela a importância dos bens primários na pauta de exportação brasileira, dada a participação significativa das commodities produzidas no Brasil em relação volume transacionado mundialmente. Manufaturados intensivos em trabalho e recursos naturais e manufaturados de baixa tecnologia também respondem por parcela significativa da participação brasileira. Manufaturados de média e alta tecnologia possuem menor participação.

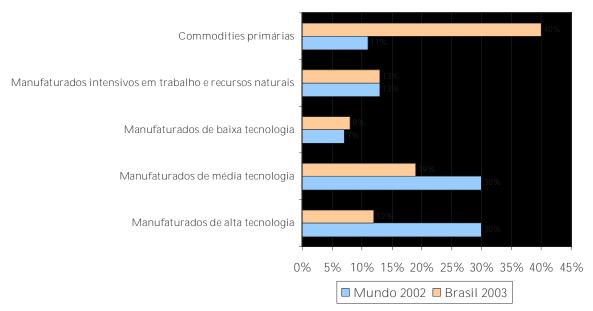


Gráfico 1: Exportações Por Intensidade Tecnológica: Brasil X Mundo Fonte: BRESCIANI *apud* CACCIAMALI, 2002.

Isso sinaliza o baixo nível relativo de capacitação tecnológica no Brasil. Estudo realizado por Bresciani em 71.996 empresas (BRESCIANI apud CACCIAMALI, 2002) revela que 77,1% não diferenciam produto ou têm baixos índices de produtividade, enquanto 21,3% são especializadas em produtos padronizados (TABELA 1, ANEXO 1). Apenas 1,7% inovam e diferenciam produtos, participando com aproximadamente 25% do total de faturamento das empresas estudadas.

Esses dados corroboram a tese de Reinaldo Gonçalves acerca da "reprimarização", ou o aumento da produtividade no setor agrícola, em detrimento do setor de manufaturas (GONÇALVES, 2002). Embora seus críticos estejam argumentem o crescimento da produção industrial — considerando o suco de laranja processado como manufatura, por exemplo -, o setor agrícola tem recebido investimentos significativos em tecnologia, ao passo em que aumenta a exploração do trabalho no meio rural. A tendência em reforçar o comércio agrícola encontra, no Mercosul, um contrapeso.

Os Estados-membros do acordo respondem por parcela significativa do comércio brasileiro. É o quarto bloco de países com quem as empresas situadas no Brasil mais transacionam. O gráfico abaixo demonstra a participação relativa de acordos regionais no saldo comercial total brasileiro. Apesar de seguir a tendência geral da balança comercial brasileira, os saldos comerciais auferidos no âmbito do Mercosul demonstram certo grau de constância, sobretudo se observarmos que, no período de acentuados déficits comerciais (1995-1999), o comportamento da curva do Mercosul mantém-se menos desfavorável, ao contrário das curvas relativas ao comércio com o Nafta e com a União Européia. De fato, o saldo comercial brasileiro é, em grande parte, reflexo do saldo comercial com as regiões centrais – o que, para Ayerbe (2007), denota uma situação de dependência.

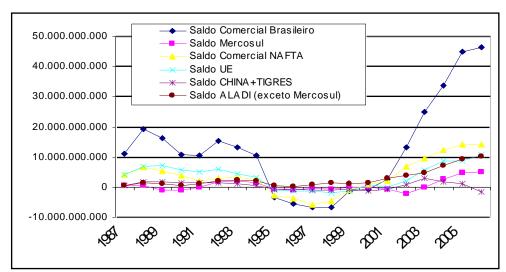


Gráfico 2: Saldos Comerciais do Brasil com blocos regionais

Fonte: SECEX/ MDIC

A partir deste gráfico, pode-se dividir a história do Mercosul em quatro fases: 1) a primeira (de 1987 a 1994) demonstra a reversão de movimentos de déficits para superávits comerciais, após o Tratado de Assunção, em 1991; 2) a segunda fase, que se estende de 1995 a 1999, caracteriza-se por sucessivos déficits comerciais, decorrentes do aumento das importações provocado pelas

privatizações; 3) a terceira etapa (1999 a 2002) refere-se a um período de crises internas, em que se destacam a crise cambial brasileira de janeiro de 1999, e a crise argentina, em 2001. Contrariando a regra, nesse período, os saldos comerciais intramercosul apresentam comportamento contrário à dinâmica global, o que ensejou o programa de "Relançamento do Mercosul", em 2001, durante o governo Cardoso. Por fim, 4) a quarta e última etapa refere-se a um momento de saldos comerciais inéditos no período, sobretudo no âmbito regional. Nesse período, é interessante frisar o aumento das importações asiáticas para o Brasil, contrariando o movimento geral.

O comportamento dos dados referentes ao comércio permite inferir que o Mercosul efetivamente criou espaço privilegiado para as exportações brasileiras na região, frente à concorrência asiática. O expressivo aumento no volume transacionado após a assinatura do Tratado de Ouro Preto (1994) está, em muito, vinculada às exportações de bens intermediários (representam mais de 50% do total), além dos bens de capital. Gonçalves (2000) aponta que o Mercosul tem sido, efetivamente, o principal destino das exportações brasileiras de manufaturados, servindo como "válvula de escape" do processo que denominou "reprimarização". A redução das barreiras ao comércio e a manutenção dos níveis de produtividade da indústria e da agricultura brasileira têm contrabalanceado o aumento das exportações chinesas para a região.

Até 2002, ano da crise de insolvência argentina e final da era Fernando Henrique Cardoso, destacavam-se os bens de consumo não-duráveis (têxteis, alimentos). As exportações deste setor alcançaram números inéditos principalmente durante o processo de privatização. Percebe-se que, neste período a indústria de

bens duráveis apresentou os menores volumes de exportação, sobretudo após a crise cambial brasileira de 1998.

Em 2003, as exportações voltam a crescer. Uma mudança qualitativa, porém, torna-se evidente. Ao contrário da primeira década do Acordo, o Brasil apresenta uma alta inédita nas exportações de bens de consumo duráveis, além de picos também inéditos referentes a bens intermediários e bens de capital (em 2005, esta última categoria atingiu o valor inédito US\$ 2.751,7 milhões). Deve-se considerar, também, o grande salto das exportações de combustíveis, cujo valor quadriplica entre 2003 e 2005. O pico inédito no setor energético, apenas poucos anos após a crise argentina, pode indicar maior utilização da capacidade produtiva, incentivada ainda pela maior exportação de bens intermediários brasileiros.

A análise dos setores ajuda a aprofundar a investigação quanto àqueles beneficiados pelo Mercosul. A retomada das exportações pós-crise argentina em 2001 envolveu setores tradicionais (automotivos, siderurgia, mineração), mas, também um setor antes marginalizado nas negociações: produtos eletrônicos, o que inclui telecomunicações (celulares) e informática.

O pacote de medidas lançados por Domingo Cavallo, em 2001, que zerou a tarifa de importação de peças e componentes usados na produção celulares, computadores e equipamentos de telecomunicações - genericamente chamados bens de informática<sup>4</sup> - contribui para o maior volume de comércio. Essa manobra, contudo, gerou descontentamento entre os Estados-parte, visto que descumpria a tarifa externa comum, aumentando comércio principalmente com os países asiáticos. Fatos como esse geraram questionamentos sobre a viabilidade do acordo.

-

<sup>&</sup>lt;sup>4</sup> FOLHA ONLINE. "Pacote Argentino dá tranco no Brasil". 01/04/2001.

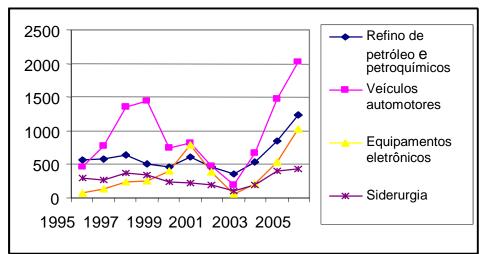


Gráfico 3: Exportações brasileiras para o Mercosul, por setor de atividade (em US\$ milhões)

Fonte: SECEX/ MDIC

Em 2003, durante o Consenso de Buenos Aires, os presidentes reconheceram as discrepâncias no setor de informática e acordam desenvolver "a infra-estrutura necessária" em tecnologia da informação<sup>5</sup>. Porém, o impasse permanece até os dias atuais, quando, durante a reunião em Montevidéu, no Uruguai, do Grupo de Mercado Comum do Mercosul, a Argentina defendeu que se mantivesse o regime de taxas alfandegárias diferenciadas para setores como informática e telecomunicações, atendendo a protestos de empresários platinos<sup>6</sup>. À época da reunião, havia mais de 14 tarifas diferentes para estes itens e estava prevista a entrada de um patamar comum a partir de 2006, proposta adiada pela Argentina por mais cinco anos.

Uma vez que o atual arcabouço institucional do Mercosul privilegia a concorrência como mecanismo de integração, a natureza conflituosa e instável do acordo não seria natural? Se a disputa inter-capitalista ocorre pelo aproveitamento de brechas, o estabelecimento de acordos tácitos entre as elites é condição

\_

<sup>&</sup>lt;sup>5</sup> Idem. "Leia a íntegra do Consenso de Buenos Aires". 16/10/2003

<sup>&</sup>lt;sup>6</sup> FOLHA ONLINE. "Industriais argentinos atacam governo Lula". 24/11/2005

necessária para ordenar o sistema. Apoiando-se nas idéias de Hilferding, pode-se pensar a ordem a partir da conformação de cartéis. Neste ponto, a idéia de região vincula-se ainda mais à de convergência de interesses entre elites nacionais. Contudo, até que ponto os capitalistas que controlam setores estratégicos estão vinculados à noção de plano regional de desenvolvimento?

Neste ponto, cabe assinalar que o processo de privatização, associado às políticas e reformas liberalizantes, encetou mudança qualitativa na estrutura produtiva brasileira. O influxo inédito de investimentos estrangeiros diretos no período (SARTI e LAPLANE, 2003) implica novo perfil da estrutura industrial e financeira do país. O fenômeno da "transferência de ativos" desvinculou os setores privatizados de eventuais diretrizes nacionais — portanto, das estratégias governamentais -, bem como ensejou a importação de tecnologia, respondendo pelos déficits comerciais registrados no período. Após esse processo, como pensar a articulação regional entre elites, considerando interesses governamentais de longo prazo?

Por esse motivo, a tentativa dos governos Lula e Kirchner de articular-se com frações da burguesia industrial nacional enfrentou resistência das frações beneficiadas pelas privatizações. A própria recuperação da Argentina enseja nova conformação na classe capitalista daquele país, fazendo persistir conflitos relativos ao comércio de produtos da linha branca (eletrodomésticos, geladeiras, *freezers*, etc.) e de informática. Nesse processo de "reorganização" é notória a influência do capital instalado no Brasil. A análise dos saldos comerciais indica o nível de integração entre os dois espaços.

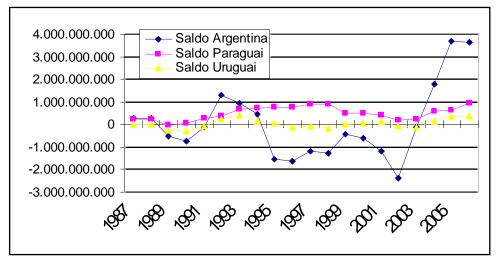


Gráfico 4 – Saldo Comercial Brasil-Mercosul.

Fonte de Dados: SECEX/ MDIC

A participação argentina no saldo comercial brasileiro permite algumas conclusões sobre a relação inter-capitalista nos dois países. Se observarmos a fase de "recuperação" argentina, é ainda mais notória a participação brasileira, sobretudo se consideramos que a maior parte dos bens exportados pelo Brasil são manufaturados. O renascimento da indústria argentina ocorre baseada em capital previamente instalado no Brasil – note-se que não falamos de *capital brasileiro*. O dado fornecido por Dupas (2005) de que 60% do comércio regional é do tipo *intra-firma*, cujas matrizes não necessariamente são *brasileiras*, reforça a tese de dependência e rechaça a tese de *subimperialismo brasileiro*. A elite que se fortalece na Argentina a partir desse movimento está diretamente vinculada aos interesses que emergem no Brasil durante a fase de liberalização, mas que não necessariamente se vinculam às estratégias dos governos. Apenas aproveitam-se de brechas abertas por estes.

Ainda de acordo com o gráfico 4, o Uruguai e o Paraguai exercem o papel de contrabalancear as oscilações na balança comercial brasileira. Importadores de bens manufaturados, sobretudo implementos agrícolas, estas economias apresentam elevada dependência em relação às empresas localizadas no Brasil, o

que pode contribuir para mantê-los como membros do acordo regional e postergar as propostas estadunidenses de acordos bilaterais.

As mudanças ocorridas na estrutura produtiva dos países do Cone Sul não são resultado direto do Mercosul, considerando as diversas reformas políticas e macroeconômicas pelas quais passaram os Estados-membros do acordo. Os diversos programas de estabilização macroeconômica adotados pelos diferentes Estados-membros contribuíram para aumentos e reduções no produto interno de cada um. BAUMANN e MUSSI (2006) apontam o Mercosul como fator complementar nesse processo, muito embora seu "papel tenha sido ínfimo", na opinião dos autores.

Brasil e Argentina respondem, desde os anos 1990, por 90% do produto do Acordo Regional. Entretanto, ao comparar os triênios 1990-92 e 2003-2005, BAUMANN e MUSSI (2006) fornecem importantes dados:

TABELA 5 - Composição do Produto (percentagens a preços constantes)

País	Agricultura		Indu	ıstria	Servicos		
rais	1990-92	2003-2005	1990-92	2003-2005	1990-92	2003-2005	
Argentina	8,3	5,8	25,7	16,6	66	77,6	
Brasil	7	7,9	21,5	20,4	71,5	71,7	
Paraguai	21,3	26	16,2	14,4	52,7	59,6	
Uruguai	11,2	12,3	24,5	18,2	64,3	69,5	

Fonte: elaborado pelo autor a partir de dados de BAUMANN e MUSSI (2006)

Nota-se que houve redução na participação do setor manufatureiro de todos os Estados-membros, em contraposição ao aumento relativo do setor de serviços. Ao aprofundar a análise de cada setor, Baumann e Mussi (2006) apontam ainda para a alta produtividade do setor agrícola no Brasil, na Argentina e no Uruguai – em decorrência da incorporação de modernas tecnologias no campo -, em

detrimento do Paraguai. Nesse sentido, presenciamos relativo aumento das assimetrias em um setor que, por excelência, seria o amálgama do Mercosul. Isso cria novos obstáculos para negociações externas sobre redução de barreiras comerciais. A participação maciça do setor de serviços, por outro lado, o coloca como central dentre os interesses comuns dos Estados-membros do acordo.

Em todos os países do bloco, os principais setores manufatureiros têm forte componente de recursos naturais – alimentos e bebidas, produtos têxteis, combustíveis, produtos minerais e outros. A exploração desses recursos responde pela vantagem comparativa desses países e pela internacionalização do capital produtivo na região. Todavia, o grande setor receptor de IED foi o setor serviços, conforme mostra o gráfico abaixo.

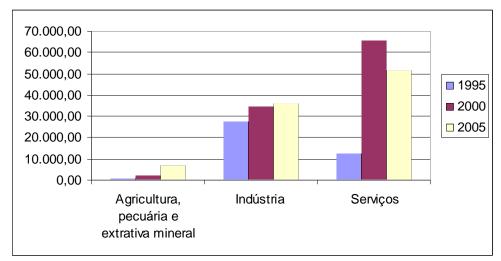


Gráfico 5: Estoque de IED no Brasil, por setor (em milhões de US\$) Fonte: Elaborado pelo autor, a partir de dados do Banco Central do Brasil

Os serviços de intermediação financeira passam de US\$1.638,38 milhões em 1995, para US\$10.671,26 milhões em 2005, representando um terço do total de investimentos estrangeiros diretos no total de serviços. A tendência à financeirização é reforçada, considerando que o volume investido no setor de serviços ultrapassa o

total de investimentos na agricultura e na indústria. O setor ultrapassa o volume de IED na indústria, esboçando tendência que se consolidaria após as privatizações.

Apesar de ser um dos maiores blocos regionais do mundo em extensão e população, o Mercosul é composto por países em desenvolvimento com severas restrições fiscais, em descompasso com as crescentes demandas sociais. ARCURI (2005) ressalta a crise fiscal do Estado, a deficiente poupança interna, a fragilidade do mercado de capitais e do marco jurídico, bem como os problemas verificados no processo de privatização, tanto na ótica de investidores, quanto do público, como desafios à questão do financiamento da integração regional. Como alternativas, são suscitados bancos e fundos de desenvolvimento, assim como programas de competitividade que considerem cadeias produtivas – não apenas setoriais.

Uma importante instancia dessa articulação é o Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos, nascido em 1965, no âmbito da ALALC – e adaptado em 1982, após a criação da ALADI. Trata-se de um mecanismo criado pelos bancos centrais dessa Associação, pelo qual se cursam e compensam, a cada quatro meses, os pagamentos derivados do comércio dos países membros. Além de câmara de compensação, contempla garantias (conversibilidade, transferência e reembolso), além de promover exportações. Entretanto, o mecanismo tem-se mostrado obsoleto, face às mudanças ocorridas em cada país, não oferecendo portfólio de opções significativo para os exportadores da região.

Porquanto o Banco do Sul permanece como projeto carente de implementação, o BNDES e o Fonplata destacam-se como principais instituições de fomento regional. Entretanto, tem sido reiterada nas recentes Cúpulas Intergovernamentais a carência de uma instituição supranacional. Durante o exercício

brasileiro da presidência pró-tempore, foi instituído o Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul (FOCEM). O fundo, considerado como importante iniciativa de combate às assimetrias regionais. O principal beneficiado é o Paraguai, seguido do Uruguai. Entretanto, a restrição do fundo a investimentos em infra-estrutura, ao invés do saneamento de questões nevrálgicas como a dívida pública, limita a atuação do fundo mútuo ao aprimoramento do aparato logístico regional.

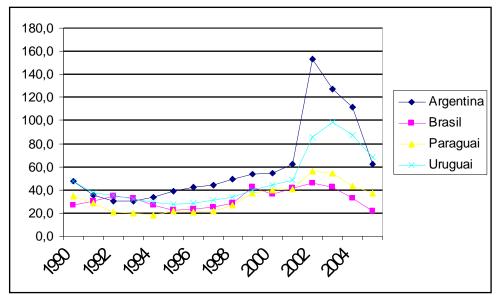


Gráfico 6: Comportamento Dívida/ PIB nos países do Cone Sul Fonte: CEPAL, 2007.

Para conter a dívida externa e as oscilações do mercado financeiro, a estratégia adotada foi manter "reservas internacionais". Esta provisão de recursos para possíveis momentos de "crise" atinge níveis inéditos, sobretudo no Brasil. Se inseridos em um plano de integração monetária, o Brasil serviria de âncora para o acordo? Dinheiro provisionado para evitar incertezas e aumentar a previsibilidade.

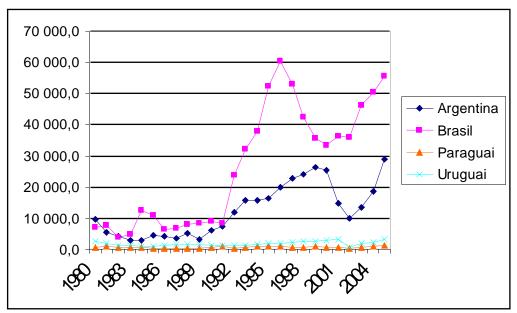


Gráfico 7: Estoque de reservas internacionais dos membros do Mercosul Fonte: CEPAL, 2007.

Comparando o Mercosul a outros blocos regionais compostos por países em desenvolvimento, pode-se observar o avanço em relação às reduções tarifárias intra-regionais (vide gráfico abaixo). Considerando a cláusula da nação mais favorecida (do inglês, *most favored nation – MFN*), a redução intra-regional no Mercosul figura como uma das mais significativas, inserida em uma tendência geral à liberalização. Isso ajuda a explicar o desvio de comércio obtido com o acordo, bem como a crescente especialização da estrutura produtiva dos Estados-membros e a manutenção das assimetrias.

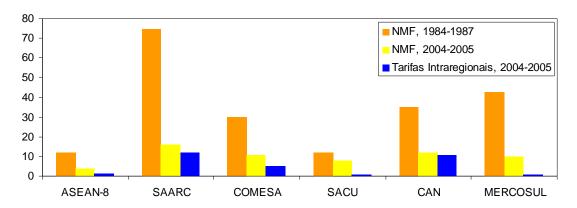


Gráfico 8: Desgravamento tarifário em blocos de países em desenvolvimento. Fonte: Trade and Development Report, UNCTAD, 2007

Tal nível peculiar de desgravamento tarifário constitui, de fato, atrativo para o intercâmbio comercial, sobretudo para investimentos diretos oriundos de países externos ao acordo. A redução das tarifas intra-regionais — para alguns, indicador do "aprofundamento do acordo" — propicia benefícios às empresas instaladas em alguns dos países. Esse "diferencial competitivo" frente a outros acordos regionais, contudo, é complementado por outras iniciativas de incentivo ao comércio, notadamente aquelas com objetivo de facilitar a circulação de mercadorias.

O maior aporte de investimentos em infra-estrutura visa atender a este escopo. Fortalecer o aparato logístico e facilitar as trocas na região constituem "pilar da integração" regional, muito embora seus efeitos não sejam de tamanha integração. Pelo contrário, podem favorecer a polarização.

Os projetos do *Plano de Ação para a Integração da Infra-estrutura Regional Sul-Americana* (IIRSA) são o principal eixo para diminuir os obstáculos à expansão do capital no Cone Sul, estendendo-se, inclusive, ao norte da América do Sul, em direção à Comunidade Andina de Nações (CAN). O fortalecimento da rede de transportes visa permitir o fluxo de bens com custos de frete e seguro compatíveis com padrões internacionais, bem como conectar e ampliar demais redes de infra-estrutura já existentes. O principal objetivo é reforçar o comércio, mediante suporte logístico.

O IIRSA foi concebido na gestão do presidente Cardoso e privilegia áreas de energia, transporte e comunicações, com a finalidade de "configurar eixos de integração e desenvolvimento econômico e social". Inicialmente proposto em Brasília, foi implementado por meio do Plano de Ação acordado na Reunião

Ministerial de Montevidéu, em dezembro de 2000, com 12 eixos de integração. Baseia-se na atração de investimentos estrangeiros diretos, associado ao capital público, por intermédio de concessões ou *parcerias* público-privadas. Como destaca Quintanar e López (2001, p. 217), "As possibilidades do IIRSA podem ser utilizadas como mais uma estrutura de incentivos para a liberalização dos regimes de investimento e privatização das empresas públicas restantes". Seria um "espaço comum para investimentos privados".

Organismos como o BNDES, a CAF, o Fonplata, o BID articulam-se com governos e empresas privadas na coordenação dos projetos do IIRSA. Do gerenciamento de informações à mitigação dos riscos, passando pelo aprimoramento de garantias, essa articulação visa a formação de padrões de financiamento em todo o subcontinente.

O projeto tem relevante significado para os países de maior desenvolvimento industrial e que padecem de crises energéticas recorrentes, como a Argentina e o Brasil. A posição central do Brasil o favoreceria, uma vez que passaria a constituir "zonas de enlace" ou entrecruzamento de vias terrestres e fluviais. A Argentina, historicamente concebida como ilha, voltada para a embocadura do Prata, seria alijada, pois áreas como a Patagônia ou as Serras Centrais não participarão da dinâmica dos eixos de desenvolvimento e integração do IIRSA, bem como o norte e o nordeste do Brasil. A concentração das trocas na região concentrada São Paulo-Buenos Aires limita ainda mais a participação de regiões periféricas nos dois países.

Tal concentração do capital nessas regiões enseja a integração do espaço regional em torno do fornecimento energético. A integração energética perpassa

empreendimento público-privados e multiestatais - como propôs o presidente venezuelano Hugo Chávez -, nos setores gasífero, petrolífero e energético. O projeto representaria, então, a possibilidade de resgatar o neodesenvolvimentismo em escala sul-americana, com a coordenação entre governos para reduzir a vulnerabilidade externa.

Em 2005, na Cúpula de Montevidéu, foi assinado o Acordo Marco de Complementação Energética Regional, que expressou a vontade de avançar a "integração energética mediante acordos específicos de intercâmbio de hidrocarbonetos, interconexão elétrica e de gás e cooperação em matéria de prospecção". No plano de ação, consta a substituição do anel energético sulamericano – criado pelos países fundadores do Mercosul e o Chile – por uma rede de gasodutos que perpassa todo o Cone Sul, a partir das reservas do campo de Camisea (Peru).

Brasil e Argentina destacam-se como principais provedores de energia não-renovável (CEPAL, 2006). O Brasil, ainda, é o maior ofertante de energia renovável do bloco. A Petrobras destaca-se na exploração, refino e distribuição de petróleo na Argentina, Paraguai e Uruguai, enquanto a usina hidrelétrica de Itaipu responde com 12.600 Megawatts de potência, alçando o Paraguai à categoria de exportador energético e de maior gerador de energia *per capita* do mundo (MAI, SANTOS e MELDONIAN, 2002). Incluída Itaipu, são, ao todo, 7 hidrelétricas binacionais no âmbito do Mercosul, a saber: Salto Grande, Yacyretá (Argentina-Paraguai), Corpus-Christi, Garabi, Roncador e São Pedro – as três últimas, situadas na fronteira Brasil-Argentina.

As termoelétricas respondem por 57% da geração argentina, sobretudo a partir de gás natural. O país exporta energia para o sul e sudeste do Brasil, principal região consumidora do Cone Sul. Por outro lado, o Uruguai é o país mais dependente de importações de petróleo, notadamente para os setores de transporte e indústrias.

Além da energia elétrica da bacia do Paraná e do gás natural argentino, outro importante eixo de integração energética é o nuclear. A integração dos ciclos de combustíveis nucleares dos reatores de Angra-I (Brasil) e Embalse (Argentina), mediante o chamado *Ciclo Tandem*, mostra-se rentável. Dada a redução de custos operacionais e de externalidades – desde que seja solucionada a questão do "lixo nuclear" – esse eixo torna-se relevante, sobretudo após os reclames ambientais.

Recentemente, a Venezuela têm-se mostrado importante parceiro estratégico. Na Reunião de Montevidéu (2005), foi traçado o plano de um grande gasoduto ligando Venezuela, Brasil e Argentina. Os desafios topográficos e os riscos ambientais põem em xeque a iniciativa, o que evidencia o potencial estruturante dessa dimensão no contexto econômico-político da América do Sul. Entretanto, todo esse aparato volta-se para a região concentrada já destacada, sem incluir áreas periféricas em seu escopo.

Tal ênfase em infra-estrutura – transportes e energia – suscita a questão se o Mercosul não seria mais que um grande projeto logístico para o capital, distanciando-se de instituições relativas ao bem-estar. Suscitando a inovação como possível elemento capaz de alavancar o desenvolvimento regional, somos levados a investigar o arcabouço institucional do Mercosul no que tange a propriedade

intelectual. O resultado reforça a tese de que o acordo restringe-se a um facilitador de trocas, ao invés de mecanismo desenvolvimentista.

Entrou em vigor, em agosto de 2000, o Protocolo de Harmonização de Normas sobre Propriedade Intelectual no Mercosul. O protocolo restringe-se a vincular o marco regulatório regional àquele da OMC (Acordo TRIPS, 1994), sem grandes inovações. A reafirmação da cláusula de Tratamento Nacional e as disposições sobre a conceituação de marcas, patentes e propriedade intelectual, bem como as normas que regem registro e patenteamento não constituem novidade em termos de regulação. Até a conclusão desta investigação, não foram identificados instrumentos que facilitem a harmonização das regras de propriedade intelectual entre os Estados-membros, ou mesmo facilitem o compartilhamento de informações via sistemas integrados. O subcontinente permanece fracionado neste aspecto.

Em 6 de outubro de 2003, entrou em vigor o Protocolo Adicional ao Acordo Marco de Cooperação em Aplicações Pacíficas de Ciência e Tecnologia Espaciais relativo à Concessão de Reciprocidade na Aquisição de Equipamento para Cooperação Espacial. Parte da estratégia de aproximação brasileiro-argentina, o protocolo visa estimular o uso pacífico de tecnologias espaciais, notadamente em monitoramento do território. Esta iniciativa, contudo, insere-se no bojo da cooperação em termos de segurança, na qual os interesses estadunidenses merecem destaque especial.

Ao analisar a temática "segurança" na América Latina, é notória a influência dos Estados Unidos na conformação da agenda. O fim da Guerra Fria deslocou o foco do combate ao comunismo para os chamados 'novos temas', como

o narcotráfico, as migrações ilegais, a degradação ambiental e o terrorismo. A ênfase no multilateralismo e na democracia resultou no tratamento do tema nas diferentes cimeiras promovidas pela Organização dos Estados Americanos, ainda que os Estados latino-americanos tenham-se mostrado extremamente pragmáticos nesse sentido. O tratamento de temas considerados "ameaças globais" deveria ser coerente com a realidade fiscal dos Estados, fragilizados após a onda de abertura comercial e econômica.

Brasil e Argentina trataram da questão com extremo pragmatismo, aproveitando-se dos incentivos estadunidenses para reaparelhar, treinar e financiar suas Forças Armadas. A crise inflacionária da década de 1980 desmontou o aparelho militar da maior parte dos Estados sul-americanos (VAZ, 2007); ao mesmo tempo, multiplicavam as demandas, como combate ao crime organizado, patrulhamento de fronteiras e gerenciamento de informações estratégicas. A região amazônica despontou como foco de atenção, exigindo habilidade da diplomacia brasileira para conter as propostas de internacionalização da área. O frustrado Plano Colômbia evidenciou a disposição estadunidense para a região, colocando em estado de alerta as autoridades brasileiras.

As Forças Armadas brasileiras saíram beneficiadas dessas preocupações, muito embora estes tenham sido compartilhados com os EUA. Houve deslocamento de militares para a calha norte, implantação do Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM) e outras formas específicas de apoio logístico e de informação, por entender que a região pode conferir organicidade às políticas regionais de segurança. Prova disso é a criação da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica, reforçando a articulação com Estados da região.

A maioria das ações ligadas a segurança no Cone Sul ocorriam, até então, por meio de acordos bilaterais (Brasil e Argentina, em 1985), cabendo à OEA coordenar ações conjuntas no continente. As Conferencias de Santiago (1995) e San Salvador (1998) de fomento à confiança contribuíram para a transmissão voluntária de informações (medidas de confiança de primeira geração), mecanismos de verificação e medição (medidas de segunda geração), bem como proibição de armamentos e promoção de exercícios militares (medidas de terceira geração). A transparência, a avaliação e o controle das políticas militares.eram coordenadas, então, supranacionalmente (VAZ, 2007), utilizando metodologias desenvolvidas por instituições como a CEPAL. A participação estadunidense ocorreu pelo fornecimento de tecnologia e treinamento dos usuários, em troca do livre acesso às informações. O exercício da *transparência*, como coloca Vaz, minou a confidencialidade estratégica tradicional das Forças Armadas.

Em 2000, o Brasil sediou uma reunião de ministros de defesa, proposta pela OEA, em que se observou a paralisia das negociações, sobretudo após o advento do Plano Colômbia. O dissenso entre latinos e estadunidenses aprofundouse quanto ao combate militar ao narcotráfico e à inserção da região à lógica da guerra contra o terrorismo. A ressalva permanece em decorrência do temor de que a hegemonia americana possa converter-se em ameaça à soberania, notadamente em relação à Amazônia.

A suspeita de terrorismo na Tríplice Fronteira (Argentina, Brasil e Paraguai) ensejou a formação de novas frentes para crédito estadunidense e para a articulação entre os países vizinhos. Essa tendência ao associativismo é ainda mais premente por não haver marco regulatório capaz de acomodar interesses de

parceiros tão assimétricos. A formalização dos marcos de cooperação obteve avanços significativos durante o Governo Lula.

Em novembro de 2006, ministros da justiça dos Estados-parte do Mercosul assinaram acordos de reforço à segurança, no subcontinente. O Sistema de Intercâmbio de Informações sobre Segurança do Mercosul (SISME), um conjunto de acordos que visa integrar bancos de dados relativos a pessoas condenadas, bens e fatos operacionais na região. Acordou-se, também, a reativação e o fortalecimento do Centro de Coordenação de Capacitação Policial do Mercosul. O objetivo é treinar as forças de segurança do bloco, com a troca de experiências e de conhecimentos científico-tecnológico para aumentar a integração no combate aos crimes transpacionais.

\*\*\*

Em linhas gerais, as análises feitas até aqui permitem traçar um perfil do Mercosul no período recente. O acordo reforçou suas bases comerciais – e este comércio está cada vez mais concentrado em um número restrito de firmas. Para aumentar o volume de trocas, os governos Lula e Kirchner têm dado ênfase especial às questões de transporte e energia. A integração regional mostra-se sob a perspectiva de grande plataforma logística para favorecer relações capitalistas, que não se relacionam diretamente com o interesse público. Isso porque os processos de abertura e internacionalização ensejaram novo fracionamento das elites no poder, aumentando o potencial de conflitos inter-capitalistas na região. A "pluralidade de capitais" tem como objetivo "evitar a falência", que no dizer de Wallerstein, constitui amálgama dos interesses capitalistas, considerados individualmente.

Os bancos, que executam os "serviços de intermediação financeira", aparecem como agente aglutinador de interesses, enquanto os setores industriais perdem espaço no Brasil. O crédito fornecido para recuperar a Argentina impulsionou a internacionalização de conglomerados financeiros para aquele país, reforçando as relações financeiras como mecanismo de poder que aglutina interesses regionais. Perceba-se que, em meio aos inúmeros conflitos no âmbito industrial, a intermediação financeira permanece impassível, seja nos espaços públicos ou privados.Na atual conjuntura, são os bancos — e não a potencial integração energética ou logística — que conformam o *núcleo* da integração regional liberal.

Tal poder decorre do fortalecimento comercial e industrial, em um primeiro momento; então, a necessidade de crédito inicia o processo de subordinação do capital produtivo ao capital financeiro. O capital se torna sujeito autônomo das relações de produção e tende a regulá-las e submetê-las à sua lógica.

Nesse contexto, os governos representantes da "nova esquerda", segundo Fiori, adotam posturas reativas - suporte ao comércio e acúmulo de reservas para eventuais "infortúnios" -, esquecendo que os agentes comerciais não trarão autonomia necessária ao desenrolar de estratégias governamentais voltadas ao bem-estar. Muito pelo contrário, a crescente imbricação entre agentes comerciais e financeiros tende a aumentar a contradição desenvolvimento capitalista x bem-estar social.

#### 5. CONCLUSÃO

O termo "tendência", em sentido abstrato, trata da operação de "forças" subjacentes ao processo econômico real que se impõem persistente e dominantemente à realidade e sustentam os obstáculos ao *devir*. Marx assinala que sua manifestação concreta ocorre a partir de mediações, objeto de disputa entre forças contraditórias situadas em um mesmo plano de abstração. No plano concreto, essas forças estão dispostas na conformação dos modos de produção, no embate entre classes. No modo de produção capitalista, a mediação da tendência se dá na contradição capital-trabalho, capitalista/proletariado, em que pese suas diversas frações. A partir dessa premissa, qualquer menção à ruptura implica preponderância de uma força sobre outra, em determinado momento histórico, cujos efeitos concretos são opostos e irreconciliáveis.

O continuismo implica o imobilismo. A adoção de políticas públicas conservadoras, que visam fornecer condições de vida suportáveis ao mesmo tempo em que "destravam" o capitalismo periférico, pressupõe que sejam mantidas as relações de dependência assimétrica. À medida que aumenta a dependência, cresce a necessidade por políticas públicas de bem-estar, o que perfaz um ciclo. A repetição deste ciclo, como se o Estado fosse, sempre, o *super-ego* do capital,

mascara a constatação de que a liberdade sitiada decorre do próprio modo de produção e das formas de regulação social que este determina.

A liberdade sitiada no modo de produção capitalista tem como premissa a concorrência, em suas diversas matizes, de acordo com Possas. Ao considerar a concorrência como elemento fundamental da dinâmica capitalista — embora não o único —, o presente trabalho busca reforçar o caráter limitado da integração regional ocorrida sob tais bases. BRANDÃO (2007) reforça a nossa tese, de que, "com a integração, ocorre a supressão da independência e da autonomia dos lugares que serão acionados por tal processo [em especial, a coerção concorrêncial]". Assim, "destravar o capitalismo" implica ampliar os vínculos com o sistema mundial, e se este implica dependência, a conclusão é óbvia: a inserção capitalista pressupõe redução da autonomia da periferia.

Daí o questionamento: até que ponto o Acordo fortalece a região sulamericana? A melhora quantitativa dos indicadores sociais coaduna-se com um crescimento mais que proporcional do capital financeiro na região. A financeirização cresce em maior proporção que as "melhorias sociais" — que muitas vezes são traduzidas por *maior inserção* no mercado de trabalho, ainda que de forma precária e desumana. Os aspectos qualitativos da subordinação de indicadores sociais aos ditames do capital ficam evidentes se nos questionamos sobre os vieses dos investimentos em educação, saúde e cooperação tecnológica realizados. Como pensar a mudança, a partir deste quadro?

O processo de privatizações promoveu um rearranjo na configuração dos cartéis, em âmbito nacional e regional. Concluídos os principais leilões, observou-se a crise comercial no âmbito do Mercosul, em 1999, fruto também da desvalorização

do Real. As exportações brasileiras para o demais membros do acordo atingiram níveis inéditos, corroborando a tese de Hilferding quanto à manutenção da economia de escala — entendendo o imperialismo como estágio necessário do capitalismo. Uma vez que isso ocorre associado a forte intervenção do aparato estatal para expandir áreas econômicas receptoras de exportações, os monopólios conduzem os Estados capitalistas a conflitos pela ampliação dos mercados. Eis uma possível explicação econômica para a integração regional ocorrida sob a égide do capital. A nosso ver, é a que melhor se aplica ao caso do Mercosul.

Subjaz ao presente trabalho a idéia de a ampliação dos mercados por intermédio da ação estatal não se trata, meramente, de opção política, mas de tendência natural do sistema. Amplia-se, assim, a noção de império adotada por Wallerstein e Braudel, reforçando a captura do espaço estatal pelo capital. Não se trata, portanto, de aliança. Trata-se de disputa por poder, na qual a acumulação desempenha papel central, deslocando, inclusive, o empresariado nacional – no caso de países periféricos – para o segundo plano.

Com as privatizações e a abertura comercial, o influxo crescente de investimentos externos sinaliza que, cada vez mais, o Estado passa a defender interesses privados – muitas vezes descolados dos interesses da maioria dos cidadãos. Nesse contexto, eventuais benesses sociais vêm à reboque, subordinadas às condicionalidades do capital. Em economias dependentes do capital internacional, mesmo que sejam registradas melhoras relativas em indicadores sociais como desemprego, o aumento na oferta de postos de trabalho associa-se à precarização do trabalho. Aproveitando-se da espoliação do trabalho, aumenta a acumulação capitalista. De forma mais que proporcional, cresce a atividade

industrial e, notadamente, os serviços de intermediação financeira. Em última instância, a financeirização condiciona as relações sociais.

Dessa forma, mina-se a autonomia estatal de promover políticas públicas estruturantes no âmbito social, de forma a minimizar as contradições. O endividamento – ou o represamento de divisas para contingências, leia-se "reservas internacionais" – traduz a vulnerabilidade deste Estado ante a lógica do capital. Como afirma Harvey, resta-lhe tentar "capturar" a lógica capitalista de poder, como forma de também se beneficiar. É minada, também, a capacidade de harmonização de políticas públicas entre Estados tão díspares: no caso do Mercosul, instituições comuns tendem a restringir a mecanismos que possibilitam maiores níveis de acumulação e distribuição. Este é o caso do FOCEM e do IIRSA. Priorizar investimentos em infra-estrutura e criar mecanismos de "proteção" financeira podem, aliás, ser consideradas instituições basilares na atual conjuntura do Mercosul. Em última instância, tais instituições tendem a agravar as assimetrias, uma vez que beneficiam as partes de forma desigual.

Não estamos afirmando que se esvazia a capacidade regulatória do Estado. De forma alguma advogamos a crise do Estado, em sentido regulatório. Entretanto, encontra-se combalida a capacidade do Estado de contrapôr-se ao avanço do capital, uma vez que se torna cada vez mais evidente a subordinação do primeiro ao último. Tentativas de ruptura e busca de autonomia perpassam questionamentos radicais, que contradigam o capital em sua essência: a mercantilização do trabalho e, logo, das relações sociais.

O que se observa, no entanto, é a conformação de instâncias regulatórias complementares ao Estado. Organizações internacionais e acordos de integração

regional inserem-se nesse contexto, atuando como dispositivos disciplinares da ação estatal individual. Reforça-se a idéia do Panópticon, suscitada por Foucault. Esse movimento obedece à lógica descrita por Wallerstein, de que a mundialização da atividade empresarial enseja a criação de novas e mais complexas "máquinas estatais". Fica claro, então, que as instituições tendem a refletir o grau de evolução do capitalismo e o movimento de poder dele decorrente. Mas, como afirma Schumpeter (1954, p. 61), "seu próprio sucesso [do capitalismo] mina as instituições sociais que o protegem e, 'inevitavelmente', cria condições em que ele não conseguirá sobreviver". O acirramento das contradições enseja a crise.

O presente trabalho não visa apontar respostas para este questionamentos. Evidenciar a movimentação do capital, a precarização do trabalho e a fluidez da proposta de desenvolvimento regional, a partir do Mercosul, contudo, mostram-se importantes contribuições, que buscamos alcançar. Pensar os processos de integração regional de modo articulado à dinâmica de poder mundial balisa a construção e aponta para o *aprofundamento* da dependência regional, uma vez que a vincula, cada vez mais, ao modelo capitalista.

Acreditamos, firmemente, na possibilidade de aprofundar a presente análise. Por limitações de tempo e recursos, não foi possível realizar a investigação conforme desejado. Mapear as articulações inter-capitalistas na região (seja no plano produtivo ou fictício), a fim de identificar os principais atores envolvidos constitui aspecto importante para detalhar a dinâmica regional. Adicionalmente, é premente realizar análise das confrontações entre classes, a fim de aprofundar a compreensão da dinâmica concorrencial, sob a perspectiva do trabalho. O momento de crescente precarização do trabalho é extremamente oportuno para este tipo de análise: ainda que, aparentemente, a fragmentação da classe trabalhadora aponte

para a impossibilidade de pensar outras formas de integração regional, a crise do trabalho sinaliza o acirramento das contradições. Portanto, sinaliza inquietação e possibilidade de mudanças radicais.

#### 6. REFERENCIAS

AMAL, M. Modelo teórico e operacional de análise dos determinantes de investimento direto externo (IDE) na América Latina. Tese de Doutoramento. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

AMORIM, C. Conceitos e estratégias da diplomacia do governo Lula. In: Diplomacia, estratégia e política/ Projeto Raúl Prebisch. Vol. 1, n.1, ano 1 (Out/ Dez, 2004). Brasília, 2004.

ANDERSON, P. O papel das idéias na construção de alternativas. In: Nova Hegemonia Mundial: Alternativas de mudança e movimentos sociais. BORÓN, A. (orgs.). CLACSO. Buenos Aires, 2005.

ANDREFF, W. Les multinationales globales. Ed. La Découverte, Paris, 1996.

ARRIGHI, G. O longo século XX. Ed. Contraponto/ UNESP. Rio de Janeiro/ São Paulo, 1996.

BANDEIRA, M. Estado Nacional e Política Internacional na América Latina: o continente nas relações Argentina-Brasil (1930-1992). 2ª Edição. Ed. Ensaio, São Paulo, 1995.

\_\_\_\_\_. Brasil, Estados Unidos e los procesos de integración regional: la lógica de los pragmatismos. In: Mimeo. 2007.

BAUMANN, R., CANUTO, O. E GONÇALVES, R. Economia Internacional: teoria e experiência brasileira. 3ª Edição. Rio de Janeiro, Elsevier, 2004.

BAUMANN, R.; MUSSI, C. Mercosul: então e agora. CEPAL. Maio de 2006. Acesso em 15 de janeiro de 2007. Disponível em: www.eclac.cl

BECKER, B.; EGLER, C. Brasil: Uma Nova Potência Regional na Economia-mundo. Rio de. Janeiro, Bertrand Brasil. 1993.

BELUZZO, L. G.; ALMEIDA, J. G. Depois da queda: a economia brasileira da crise da dívida aos impasses do Real.Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 2002.

BERNAL-MEZA, R. Sistema Mundial y Mercosur: Globalización, Regionalismo y Políticas Exteriores Comparadas. Grupo Editor Latinoamericano. Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires, Argentina, 2000.

BIELSA, R. A política externa argentina no quadro da integração regional. In: Diplomacia, estratégia e política/ Projeto Raúl Prebisch. Vol. 1, n.1, ano 1 (Out/ Dez, 2004). Brasília, 2004.

BIONDI, A. O Brasil privatizado: um balanço do desmonte do Estado. Ed. Perseu Abramo. São Paulo, 2003.

BOTTOMORE, T. Introdução. In: O Capital Financeiro. HILFERDING, R. Nova Cultural, São Paulo, 1985.

BRANDÃO, C. Território e Desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global. Ed. Unicamp. Campinas, SP, 2007.

BRANDÃO, L. A. G. A. Distribuição de Poder no Cone Sul: Abordagem Realista dos Desafios e Oportunidades à Integração Regional. Congresso Iberoamericano de Relações Internacionais. Buenos Aires, Argentina. Setembro, 2007.

BRAUDEL, F. Civilização material, economia e capitalismo (séculos XV-XVIII): o tempo do mundo. Vol. 3. 2ª Edição. Ed. Martins Fontes. São Paulo, 1998.

CACCIAMALI, M.C. Estudos e análise com vistas à definição de políticas, programas e projetos relativos ao mercado de trabalho brasileiro: políticas públicas voltadas para o setor informal. 2002. Disponível em http://www.mtb.gov.br/observatorio/778\_tema\_15.pdf. Acesso em 07 de abril de 2008.

CEPAL. Anuario estadístico de América Latina y el Caribe 2006. Acesso em 20 de janeiro de 2007. Disponível em: www.cepal.org.

CERVO, A. L.; BUENO, C. História da Política Exterior do Brasil. Ed. Unb. Brasília. 2002

CHESNAIS, F. Mundialização do Capital. São Paulo: Xamã, 1996.

DOBB, M. A evolução do capitalismo. Ed. Guanabara. Rio de Janeiro, 1987.

DORATIOTO, F. A Política Platina do Barão do Rio Branco. In: Revista Brasileira de Política Internacional. Ed. IBRI. Brasília, 1999.

DUPAS, G. Economia global e exclusão social. Ed. Paz e Terra. São Paulo, 2003.

DURKHEIM, E. O Suicídio. Rio de Janeiro, Martins Fontes, 1977

EICHENGREEN, B. A globalização do capital. Ed. 34. São Paulo, 2000.

FAJNZYLBER, F. La industrialización trunca de América Latina. México, Caracas, Buenos Aires: Editoral Nueva Imagen, 1983.

FIORI, J. L. O poder global. In: Coleção Estado de Sítio. Ed. Boitempo. São Paulo, 2007.

FOUCAULT, M. Microfísica do Poder. 21ª Edição. Ed. Graal.2005.

\_\_\_\_\_. Vigiar e Punir. 33a Edição. Ed. Vozes. Rio de Janeiro, 2007.

GILBERT, A. The New Regional Geography in English and French-speaking Countries. Progress in Human Geography, 12 (2). 1988

GONÇALVES, R. O Brasil e o Comércio Exterior. Ed. Loyola, São Paulo, 2002.

GOWAN, P. A roleta global: uma aposta faustiana de Washington para a dominação do mundo. Ed. Record. Rio de Janeiro, 2003.

HAESBAERT, R. Região, diversidade territorial e globalização. In: Geographia. Ano.1, n. 1. Rio de Janeiro, 1999.

HALLIDAY, F. Repensando as relações internacionais. Editora da UFRGS e FAPA. Porto Alegre, 1999

HARVEY, D. O novo imperialismo. Ed. Loyola, São Paulo, 2003.

\_\_\_\_\_. A theory of uneven geographical development. In: Spaces of global capitalism: towards a theory of uneven geographical development. New Left Books, Londres, 2005.

Limits to capital. Verso Books. Washington, 1982.

HAYEK, F. A. V. Camino de Servidumbre. Ed. Alianza. Madri, 2002.

HERZ, M. Teoria das Relações Internacionais no Pós-Guerra Fria. In: Dados [online], v. 40, n.2, 1997. Citado em 07 de agosto de 2007. Disponível em http://www.scielo.br.

HILFERDING, R. O Capital Financeiro. Coleção Os Economistas. Nova Cultural. São Paulo, 1985.

HIRST, P. e THOMPSON, G. A Globalização em Questão. 2ª Edição, Ed. Vozes, Rio de Janeiro, 1998.

HOBSON, J. A. A principal raiz econômica do imperialismo. In: TEIXEIRA, A. (org). Utópicos, heréticos e malditos: os precursores do pensamento social de nossa época. Ed. Record. Rio de Janeiro, 2001.

\_\_\_\_\_. A Evolução do Capitalismo Moderno: um estudo da produção mecanizada. Coleção Os Pensadores. 2ª Edição. Ed. Nova Cultural. São Paulo, 1985.

HOPENHAYN, B; FERNÁNDEZ M., H. Análisis de proyectos de integración. Fonte: Santiago; ILPES; 1972

HVEEM, H. Integration by Whom, for Whom, against Whom? On the relationship between neo-classical integration theory, processes of integration, and social structure. In: Cooperation and Conflict, Vol. 9, No. 1, 1974

IANNI, O.. Imperialismo na América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974

KEYNES, J. M. As Consequências Econômicas da Paz. IPRI/FUNAG, Editora UnB, Imprensa Oficial do Estado de S. Paulo, 2002.

LÊNIN, V. Imperialismo: fase superior do capitalismo. Disponível em http://www.dominiopublico.gov.br. Acesso em 10 de dezembro de 2007.

MARTI, R. Z. Evolución de las propuestas de la CEPAL: su aporte al desarrollo. In: Comercio Exterior, fevereiro. México, 2001.

MACHADO, J. B. M.; MOTTA VEIGA, P. A ALCA e a estratégia negociadora brasileira. Texto para discussão 127. FUNCEX. 1997

MUNCK, R. Globalization: desconstruction and beyond. In: Latin American Perspectives. 2002; 29; 24. Disponível em << http://lap.sagepub.com >>. Acesso em 27 de novembro de 2007.

MAI, L.A.; SANTOS E. M. e MELDONIAN, N. L. Integração energética no Mercosul: a dimensão nuclear. In Mimeo. 2002

MARX, K. O Capital. Ed. Abril. Rio de Janeiro, 1985.

\_\_\_\_\_. 18 de Brumário de Luis Bonaparte. Disponível em http://www.dominiopublico.gov.br. Acesso em 10 de dezembro de 2007.

NONNENBERG, M. J. B.; MENDONÇA, M. J. C. Criação e Desvio de Comércio no Mercosul: o Caso dos Produtos Agrícolas. Texto para discussão, n. 631. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Rio de Janeiro, março de 1999.

NOUR, S. Modelos teóricos. In: À paz perpétua de Kant: filosofia do Direito Internacional e das Relações Internacionais. Ed. Martins Fontes, São Paulo, 2004.

OIT. Global Employment Trends. Disponível em http://www.ilo.org . Acesso em 27 de fevereiro de 2007. 2007.

PANITCH, L.; GINDIN, S. Capitalismo global e império norte-americano. In: Socialist register 2004: o novo desafio imperial. PANITCH, L.; LEYS, C. (orgs.). 1ª Edição. CLACSO. Buenos Aires, 2006.

PNUD. Relatório de Desenvolvimento Humano 2007/2008: combater as alterações climáticas – solidariedade humana num mundo dividido. Disponível em: http://www.pnud.org.br/arquivos/rdh/rdh20072008/hdr\_20072008\_pt\_complete.pdf . Acesso em 26 de fevereiro de 2007.

POCHMANN, M. País é prisioneiro da elite nacional. In: Diário Vermelho. Disponível em http://www.vermelho.org.br/diario/2006/0208/0208\_pochmann.asp. Acesso em 02 de fevereiro de 2008.

Sobre a distribuição de renda. <b>Fórum</b> , v. 6,	p. 29, 2007.
---	--------------

POSSAS, M. L. Dinâmica e concorrência capitalista: uma interpretação a partir de Marx. Coleção Economia e planejamento. Ed. Hucitec/ Unicamp. São Paulo, 1989.

QUINTANAR, S.; LÓPEZ, R. O Plano de Ação para a Integração da Infra-estrutura Regional Sul-Americana (IIRSA): oportunidades e riscos. Seu significado para o Brasil e a Argentina. In: Revista Brasileira de Política Internacional. Brasília. 2001.

RAFFESTIN, C. [1980]: Por uma Geografia do Poder. São Paulo: Ática. 1993.

RAPOPORT, M.; CERVO, A. L. El Cono Sur. Una Historia Común. 1. ed. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2002

ROCHE, Jean-Jacques. Théories des relations internationales. 6.ed. Paris: Montchrestien, 2006. 159 p.

SARTI, F.; LAPLANE, M. F. O Investimento Direto Estrangeiro e a internacionalização da economia brasileira nos anos 90. In: LAPLANE, M.; COUTINHO, L.; HIRATUKA, C. (Org.). Internacionalização e Desenvolvimento da Indústria no Brasil. 1 ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP - FEU, 2003.

SARNEY, J. Vinte Anos de Democracia. In: Diplomacia, Estratégia e Política/ Projeto Raúl Prebisch. V. 3, n. 3, ano 2 (abril/junho, 2005). Brasília, 2005.

SCHNAPPER, Dominique. Qu'est-ce que l'intégration?. Paris: Folio Actuel, 2007.

STRANGE, S. States and Markets. 2ª ed., Pinter Publishers, London, 1994

TAVARES, M. C. Prefácio. In: Tobin or not tobin. CHESNAIS, J. F. Ed. Unesp/Attac. São Paulo, 1999.

VAZ, A. C. O Brasil e o sistema interamericano: dos anos 1990 até o presente. In: Relações Internacionais do Brasil: temas e agendas. Ed. Unb. 2007

\_\_\_\_\_. Cooperação, integração e processo negociador: a construção do Mercosul. Ed. IBRI. Brasília, 2002.

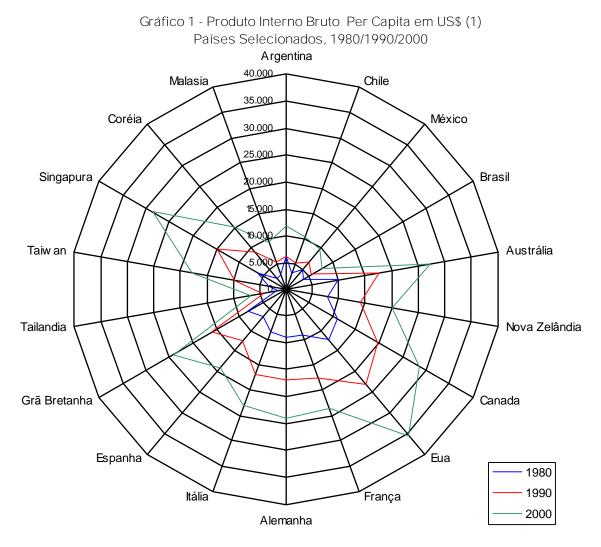
VIGEVANI, T.; OLIVEIRA, M. F. Integration Brazilian Foreign Policy in the Cardoso Era: The Search for Autonomy through. In: Latin American Perspectives. V. 34, n. 58, 2007. Disponível em: http://lap.sagepub.com/cgi/content/abstract/34/5/58. Acesso em 27 de agosto de 2007.

VINER, J. The customs union issue — carnegie endowment for international peace. Nova lorque, 1950.

WALLERSTEIN, I. O capitalismo histórico. In: Co Brasilense. São Paulo, 1985.	oleção Primeiros Vôos, n.º 32. Ed.
Capitalismo histórico e Civilização capi Janeiro. 2001	talista. Ed. Contraponto. Rio de
Comprendre le monde: Introduction à l'a Découverte, Paris, 2006.	nalyse des systèmes-monde. La
O Universalismo Europeu: a retórica do 2007.	poder. Ed. Boitempo. São Paulo,

### 7. ANEXO

# GRÁFICO 9: EVOLUÇÃO PIB PER CAPITA EM US\$ - BRASIL X MUNDO



Fonte: Penn World Tables, Center for Intenracional Comparison, University of Pennsylvania. (1) Valor em US\$ atualizado segundo o índice de Paridade de Poder de Compra.

## GRÁFICO 10: INFORMALIDADE NA AMÉRICA LATINA

Setor informal (em % do PIB)

País	1999/2000	2001/2002	2002/2003
Argentina	25,4	27,1	28,9
Bolívia	67,1	68,1	68,3
Brasil	39,8	40,9	42,3
Chile	19,8	20,3	20,9
Colômbia	39,1	41,3	43,4
Costa Rica	26,2	27	27,8
Equador	34,4	35,1	36,7
El Salvador	46,3	47,1	48,3
Guatemala	51,5	51,9	52,4
Haiti	55,4	57,1	58,6
Honduras	49,6	50,8	51,6
Jamaica	36,4	37,8	38,9
México	30,1	31,8	33,2
Nicaragua	45,2	46,9	48,2
Panamá	64,1	65,1	65,3
Paraguai	27,4	29,2	31,4
Peru	59,9	60,3	60,9
Porto Rico	28,4	29,4	30,7
República Dominicana	32,1	33,4	34,1
Uruguai	51,1	51,4	51,9
Venezuela	33,6	35,1	36,7
Média não ponderada	41,1	42,2	43,4

Fonte: SCHNEIDER, 2005

TABELA 6: CAPACITAÇÃO TECNOLÓGICA NO BRASIL

Perfil das Empresas

	Total de empresas	Pessoal ocupado (média)	% do Faturamento	% do emprego	Produtividade (R\$ 1000)
Inovam e diferenciam produto	1.199 1,7%	545,9	25,9	13,25	74,1
Especializadas em produtos padronizados	15.311 21,3%	158,1	62,6	48,7	44,3
Não diferenciam produtos e têm produtividade menor	55.486 77,1%	34,2	11,5	38,2	10,0
Total	71.996		100,0	100,0	

Fonte: BRESCIANI, 2005